

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2024





# SUMÁRIO

<b>SOBRE O RELATÓRIO .....</b>	4
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	6
<b>1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO</b>	
Identificação da Unidade Prestadora de Contas .....	9
Políticas e Programas de Governo .....	11
Organograma Funcional do INPI .....	13
Dirigentes de 2024 .....	13
Modelo de Negócios do INPI .....	15
Cadeia de Valor .....	16
Ambiente de Atuação – Cenário Nacional e Internacional .....	17
Cenário Nacional .....	17
Cenário Internacional .....	21
<b>2 - RISCOS, OPORTUNIDADES E APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC DE GERAR VALOR</b>	
Gestão de Riscos no Âmbito do INPI: Contexto e Visão Geral .....	27
Riscos .....	29
Riscos e Oportunidades Relacionadas à Estratégia .....	35
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade da UPC de Gerar Valor .....	37
Modelo de Governança Corporativa do INPI .....	37
Auditoria Interna .....	38
Corregedoria .....	42
<b>3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO</b>	
Estratégia .....	46
Mapa Estratégico .....	46
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Geração de Valor .....	48
O Plano de Ação 2024 em Números .....	53
<b>Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos e às Prioridades da Gestão .....</b>	55
Objetivo Estratégico 1 .....	55
Objetivo Estratégico 2 .....	59
Objetivo Estratégico 3 .....	62
Objetivo Estratégico 4 .....	64
Destques dos Objetivos Estratégicos de 5 a 9 .....	66
Agendas Transversais .....	70
Programa de Gênero, Diversidade e Inclusão 2024 .....	70
Sustentabilidade Ambiental .....	72
Panorama dos Principais Recursos Críticos para o Alcance dos Resultados .....	76
Gestão de Pessoas .....	76
Gestão da Tecnologia da Informação .....	85
Gestão de Licitações, Contratos e Patrimonial .....	91
Relacionamento com a Sociedade .....	100
<b>5 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS</b>	
Panorama Geral .....	108
Análise - Previsto x Realizado .....	109
Receita .....	110
Execução Orçamentária .....	112
Execução Financeira .....	115
Resultados Orçamentário, Financeiro e Contábil .....	117
Gestão de Custos .....	119
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas .....	127
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES .....</b>	130



# Sobre o Relatório





O Relatório de Gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) 2024 está organizado como o relato de 2023, buscando oferecer um formato mais conciso, com uma leitura mais dinâmica e dando destaque às principais entregas do Instituto à sociedade. Para tanto, destacam-se também os fatores determinantes que influenciaram as entregas do exercício.

A abrangência do relatório, na comparação das informações, são os últimos três anos (2022, 2023 e 2024) e o conteúdo elaborado é orientado pela Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) n.º 198, de 23 de março de 2022. Já o formato do relatório é o Relato Integrado (RI), desenvolvido pelo International Integrated Reporting Council – IIRC e expresso no guia para elaboração do formato RI, 3<sup>a</sup> Edição, de 2022, disponibilizado pelo TCU.

O relatório é composto por quatro capítulos.

No Capítulo 1, apresenta-se o INPI e seu ambiente de atuação.

No Capítulo 2, abordam-se os riscos, as oportunidades e a estrutura de governança envolvidos na gestão diária do Instituto.

O Capítulo 3 apresenta os resultados sob a perspectiva da estratégia de atuação traçada no ciclo de Planejamento 2023-2026. Há um aprofundamento dos resultados dos Objetivos Estratégicos de 1 a 4, que representam os resultados institucionais e são a base para delimitar a abrangência do relatório. Os objetivos estratégicos de 5 a 9 representam o suporte à gestão e têm seus principais resultados em destaque. Os objetivos de suporte e gestão também estão refletidos no panorama dos principais recursos críticos para o alcance dos resultados que são abordados no final do capítulo. O capítulo encerra-se com as agendas transversais de gênero, diversidade, inclusão e sustentabilidade ambiental, que perpassam por toda a estratégia do INPI.

O relatório é finalizado com o Capítulo 4 que consolida as informações orçamentárias, financeiras e contábeis do Instituto, permitindo uma visão geral da geração de receita do INPI e das limitações orçamentárias e financeiras existentes que influenciaram os resultados de 2024.



# Mensagem do Presidente



O ano de 2024 marcou um período de avanços significativos para o INPI. Demos passos importantes, ainda que iniciais, na implementação de medidas estruturantes que vão assegurar as condições necessárias para um verdadeiro salto de desempenho na prestação de serviços de Propriedade Intelectual (PI) à sociedade.

Este Relatório de Gestão do ano de 2024 é uma oportunidade para refletirmos sobre nosso caminho e avaliarmos se estamos seguindo a estratégia institucional planejada. A resposta é clara: sim, estamos avançando. No entanto, desafios persistem, exigindo esforços contínuos para garantir a consolidação de um sistema de PI moderno e eficiente.

Nosso objetivo de consolidar o INPI como um escritório de PI de classe mundial exige a ampliação da nossa capacidade de atendimento aos usuários, acompanhando o crescimento da demanda. Somente em 2024, foram depositados cerca de 445 mil pedidos de marcas e quase 28 mil pedidos de patentes. Ao mesmo tempo, a produção de decisões finais foi de 300 mil para marcas e 25 mil para patentes, números inferiores aos de 2023, refletindo um desafio estrutural que precisa ser enfrentado para evitar o aumento dos prazos de exame. Esse descompasso entre a capacidade de processamento e a demanda reforça a necessidade de estratégias para evitar o crescimento do tempo de exame, um fator crítico para a competitividade do ambiente de inovação no Brasil.

Para enfrentar essa questão, investimentos estão sendo direcionados para a automação do processamento de pedidos. O projeto BPMS - Automação do Fluxo de Patentes já teve seu contrato firmado e está em fase de planejamento, com previsão de implementação a partir do primeiro trimestre de 2025.

Iniciativas voltadas para implantação de soluções de IA aplicados ao exame ganharam maturidade e serão operacionalizadas nos próximos dois anos. Esses projetos de modernização tecnológica prometem reduzir gargalos e aumentar a eficiência operacional.

Importante destacar, ainda, a centralidade da modernização da Lei da Propriedade Industrial para o alcance das metas ousadas de redução do prazo de exame de apresentadas pelo INPI para até 2026: decisão de pedidos de patentes em 2 anos e de marcas sem oposição em 1 mês. Um fator determinante será a aprovação tempestiva do Projeto de Lei nº 2210/2022.

Outro pilar essencial para o fortalecimento do sistema de PI é a disseminação do uso estratégico da propriedade industrial. Em 2024, foram elaborados seis estudos de prospecção tecnológica e inteligência estratégica, abordando temas como semicondutores, com um panorama detalhado das patentes depositadas no Brasil. Além disso, foram realizadas 445 mentorias voltadas para empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas, fomentando o uso inteligente da PI como diferencial competitivo.

Destaque também para o lançamento do Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), um mapa completo e atual do desempenho dos ecossistemas de inovação nas 27 unidades da federação e nas cinco regiões do país.

No campo da gestão, nossos principais desafios envolvem a sustentabilidade financeira, a recomposição da força de trabalho e o fortalecimento da capacidade tecnológica. A Política de Preços do INPI, submetida ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), reflete a transparência e o rigor técnico com que os recursos financeiros do Instituto são geridos.



A Consulta Pública MDIC nº 03/2024, publicada em novembro de 2024, permitirá a incorporação de contribuições antes da aprovação final da nova política, prevista para março de 2025. Essa iniciativa reforça o compromisso do INPI com a sustentação e a qualidade da prestação de serviços.

Importante ressaltar que a efetiva utilização da receita de serviços para financiar a modernização da infraestrutura física e tecnológica, bem como a contratação de pessoal compatível com a demanda, é condição essencial para o fortalecimento da capacidade do INPI de entregar o nível de eficiência, qualidade e escala de serviços de PI que a sociedade custeia e tem o direito de exigir em contrapartida.

Além disso, reforçamos nossa equipe com a nomeação de 120 novos servidores aprovados no concurso público concluído em 2023. Sabemos que esse número ainda é insuficiente, mas representa um primeiro passo essencial para recompor nossa força de trabalho a fim de garantir a agilidade necessária na prestação dos serviços. O pedido de autorização para a nomeação do cadastro de reserva do concurso vigente já foi formalizado junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), além do pedido de novo concurso público, conforme necessidade verificada no Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT).

Outro desafio crítico é o déficit na capacidade de atendimento das necessidades internas de Tecnologia da Informação. O desenvolvimento de sistemas é um gargalo que impacta diretamente a eficiência dos serviços prestados. Para enfrentar essa questão, o INPI tem priorizado investimentos em TI, tanto na alocação de recursos humanos quanto no orçamento destinado à área.

Além disso, alternativas administrativas vêm sendo exploradas para agilizar e qualificar a contratação de serviços estratégicos, como o desenvolvimento de software. Exemplo disso é a parceria bem-sucedida com o Instituto Brasileiro de informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Os avanços obtidos ao longo deste segundo ano do Plano Estratégico 2023-2026 mostram que estamos no caminho certo, alinhados com a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). No entanto, é fundamental mantermos o compromisso com a melhoria contínua, adaptando estratégias sempre que necessário para responder aos desafios e oportunidades que surgem. Nossa objetivo é claro: fortalecer o INPI e garantir o acesso a serviços de propriedade industrial cada vez mais modernos, eficientes e alinhados às demandas do país.

Seguimos firmes nesse propósito.

**JÚLIO CÉSAR CASTELO BRANCO REIS MOREIRA**

Presidente do INPI



# Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

# Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, instituída pela [Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de 1970](#).

No Brasil, sua função é conceder direitos relacionados à propriedade industrial, como patentes de invenções e modelos de utilidade, registros de marcas, desenhos industriais e indicações geográficas, além de realizar o registro e a averbação de contratos de transferência de tecnologia e franquias, conforme a [Lei n.º 9.279/1996](#). O INPI também é responsável pelos registros de programas de computador e topografias de circuitos integrados, em conformidade com o [Decreto n.º 2.556/1998](#) e a [Lei n.º 11.484/2007](#). Além das funções de concessão e registro, o Instituto desempenha ações voltadas ao combate à contrafação e à promoção do sistema de propriedade industrial, fomentando negócios inovadores e capacitando profissionais nessa temática.

A proteção da propriedade industrial é essencial para transformar o conhecimento gerado pela atividade intelectual em ativos econômicos relevantes e comercializáveis, desempenhando um papel estratégico para o desenvolvimento do mercado.

Neste sentido, o novo ciclo de planejamento do INPI, que resultou no Plano Estratégico 2023-2026, reformulou a MISSÃO do Instituto:



**Impulsionar a inovação por meio  
da propriedade industrial**

A missão de fazer da Propriedade Industrial um impulsionador da inovação no País alinha-se com a razão de ser de uma instituição cuja finalidade legal é "executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial" ([Lei n.º 9.279, de 14/05/1996](#)).



Como VISÃO, a ambição do INPI é:



## Consolidar-se como Escritório de Propriedade Industrial de classe mundial

A concretização da visão de futuro exigirá um amplo espectro de transformações. Uma performance de Classe Mundial deverá ser sustentada por uma instituição igualmente de Classe Mundial. Nessa trajetória, são exigidos avanços planejados e sistemáticos em diferentes campos, como garantia da qualidade, capacidade tecnológica, recomposição e valorização da força de trabalho, autonomia financeira, modernização da governança e gestão, entre outros. O desafio é dotar o Instituto dos meios necessários para se modernizar e ganhar escala para operar em alto nível e cumprir a missão de impulsionar a inovação no País.





# Políticas e Programas de Governo

O Plano Plurianual (PPA) orienta de modo concreto as escolhas do governo federal no médio prazo, que se traduzem em programas finalísticos e de gestão. A participação do INPI no PPA 2024-2027 reflete as políticas públicas e alinha-se à atuação governamental, conforme estabelecido na Lei nº 14.802/2024 e anexos, por meio de objetivos específicos e ações orçamentárias relacionados aos seguintes programas:

PROGRAMA FINALÍSTICO	<p><b>PROGRAMA: 2801 – Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional</b></p> <p><b>Objetivo Geral:</b> Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais</p> <p><b>Órgão Responsável:</b> Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p> <p><b>Participação do INPI:</b> Objetivo Específico 0535 - Otimizar o desempenho do Sistema de Propriedade Intelectual e estimular o uso da Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para o alcance das políticas industrial, de inovação, de economia verde, de micro e pequenas empresas e de comércio exterior; e Ação Orçamentária 21FI (Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial) com Planos Orçamentários PO 0001 (Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação), PO 0002 (Buscas de anterioridades de patentes e prospecção tecnológica), PO 0003 (Gestão e suporte aos serviços de Propriedade Industrial), PO 0004 (Disseminação da Propriedade Industrial) e PO 0005 (Capacitação dos Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação).</p>
PROGRAMA DE GESTÃO	<p><b>PROGRAMA: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo</b></p> <p>Representa um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, que não são passíveis de associação aos programas finalísticos, relacionadas à gestão da atuação governamental ou à manutenção da capacidade produtiva das empresas estatais.</p> <p><b>Participação do INPI:</b> Ações Orçamentárias que contemplam as demais despesas do INPI não contempladas na ação finalística – 2000 (Administração das Unidades); ações de despesas de pessoal 20TP (Ativos Civis da União); 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes); 212B (Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes); 216H (Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos)</p>

No âmbito das Políticas Públicas, o INPI participa diretamente da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

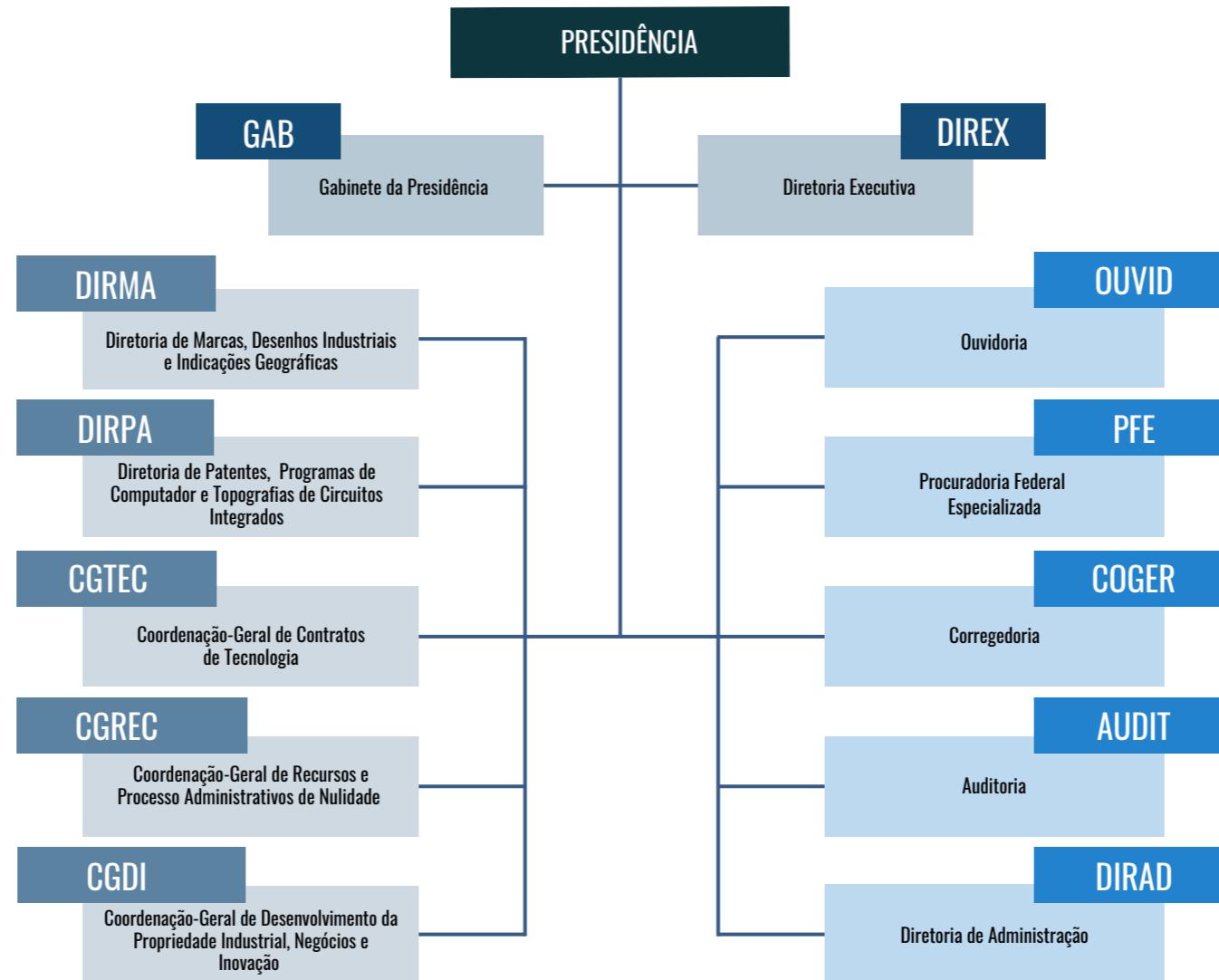
**O objetivo da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual é alcançar um Sistema Nacional de Propriedade Intelectual efetivo e equilibrado, que seja amplamente conhecido, utilizado e observado, que incentive a criatividade, os investimentos em inovação e o acesso ao conhecimento, visando ao aumento da competitividade e ao desenvolvimento econômico e social.**

A ENPI opera com Planos de Ações (PA) bienais. As informações da ENPI, incluindo o PA 2021-2023 e a participação do INPI no plano estão disponíveis na página da ENPI no link: <https://www.gov.br/propriedade-intelectual/pt-br/assuntos/estrategia-nacional-de-propriedade-intelectual>





# Organograma Funcional do INPI



Órgãos de assistência direta e imediata à presidência



Órgãos específicos singulares



Órgãos seccionais



# Dirigentes de 2024



**Júlio César Castelo Branco Reis Moreira**

Presidente



**Tânia Cristina Lopes Ribeiro**

Diretora Executiva



**Alexandre Lopes Lourenço**

Diretor de Administração



**Schmuell Lopes Cantanhêde**

Diretor de Marcas, Desenhos Industriais  
e Indicações Geográficas



**Alexandre Dantas Rodrigues**

Diretor de Patentes,  
Programas de Computador e  
Topografia de Circuitos  
Integrados

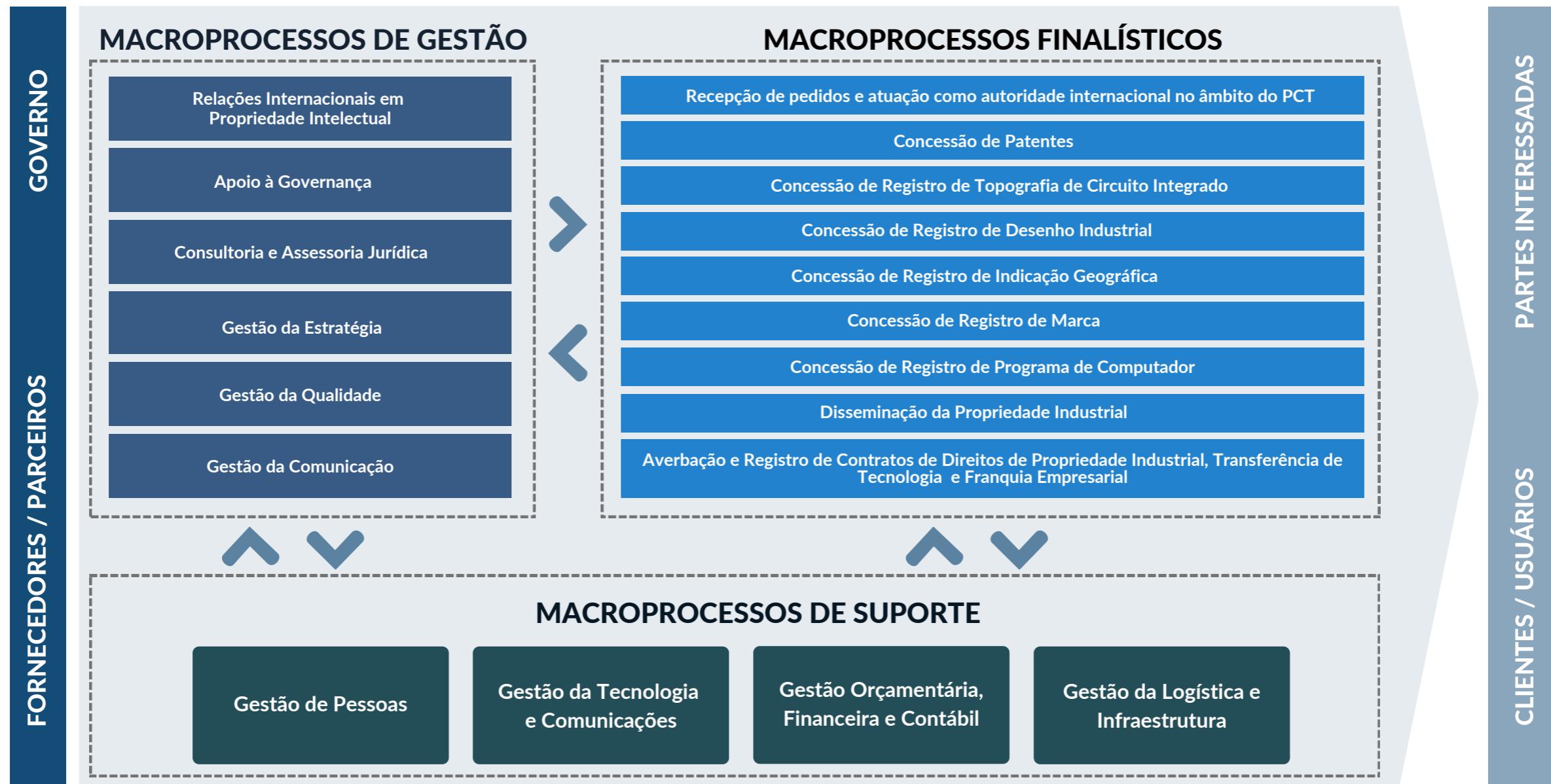


# Modelo de Negócios do INPI



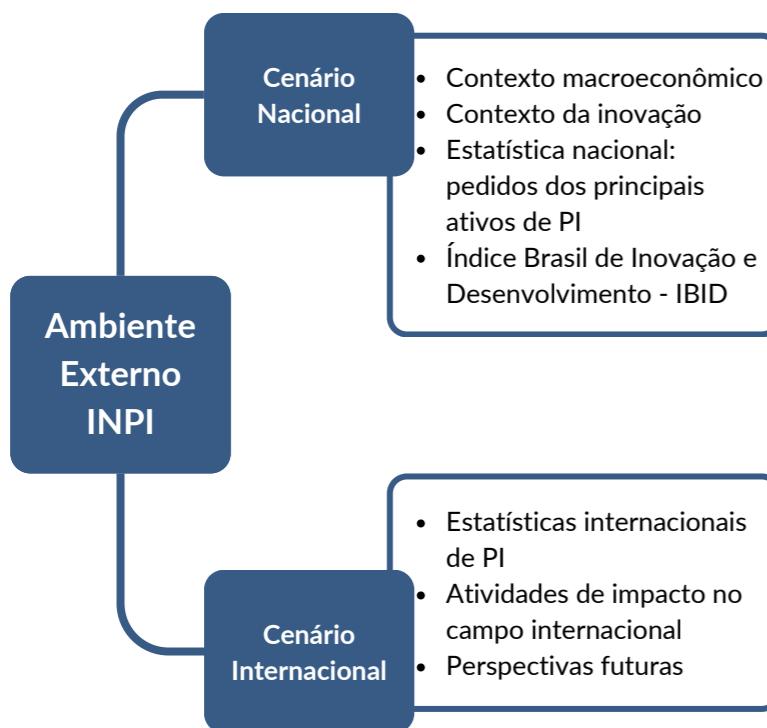


# Cadeia de Valor



# Ambiente de Atuação – Cenário Nacional e Internacional

O INPI participa ativamente do Sistema de Inovação Brasileiro e integra um sistema internacional de Propriedade Intelectual, coordenado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual- OMPI.



## Cenário Nacional

### • Contexto macroeconômico

A atividade econômica no Brasil indicou trajetória de crescimento nos principais segmentos ao longo do ano de 2024. Pelo lado da demanda interna, destaque para o desempenho do consumo das famílias e do investimento das empresas. O consumo das famílias foi puxado pelo comportamento favorável dos indicadores do mercado de trabalho: o ano foi marcado pelas menores taxas de desemprego da atual série histórica, com ganhos consideráveis no rendimento real do trabalho principal. Já o comportamento dos investimentos foi fruto da expansão da oferta da indústria, que foi um dos componentes importantes da expansão econômica de 2024. O final do ano foi marcado por cenário desafiador à política econômica decorrente de choques externos nos mercados cambiais, resultando em resistência das taxas de juros e de inflação em convergir para as metas.

### • Contexto da inovação

O Brasil manteve-se entre as 50 economias mais inovadoras do mundo, segundo o Índice Global de Inovação da OMPI, tendo, contudo, perdido uma posição (passou a figurar exatamente na 50<sup>a</sup>). O país permaneceu na liderança entre os países da América Latina e Caribe. Entre os cinco países que iniciaram o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil manteve-se na terceira colocação, à frente da Rússia (59º lugar) e da África do Sul (69º).

No ranking dos indicadores de resultado, o país manteve-se na 49<sup>a</sup> posição. As melhorias apontadas pela OMPI no índice para o Brasil foram em: publicações científicas; investimentos em P&D; número de negociações em venture capital; saneamento seguro; acesso à banda larga; número de robôs e número de veículos elétricos. Os destaques positivos foram: tamanho do mercado interno (8º lugar); marcas registradas (9º) e participação na internet (11º). O Brasil, pelo quarto ano consecutivo, figura entre os países que apresentaram níveis de inovação acima do esperado para o seu patamar de desenvolvimento econômico, medido pela renda.

- Estatísticas nacionais: pedidos dos principais ativos de PI

Apesar do cenário econômico favorável, o depósito de patentes apresentou retração de 0,8%, caindo para 27.701 patentes depositadas em 2024. Já o depósito de marcas cresceu 10,3%, passando a 444.037. Desenhos industriais também apresentaram desempenho positivo, com crescimento de 3,1% (7.276 pedidos). Em programas de computador houve crescimento de 25,5%, passando a 5.312. Por fim, houve 26 pedidos de novas indicações geográficas e de seis topografias de circuitos integrados.

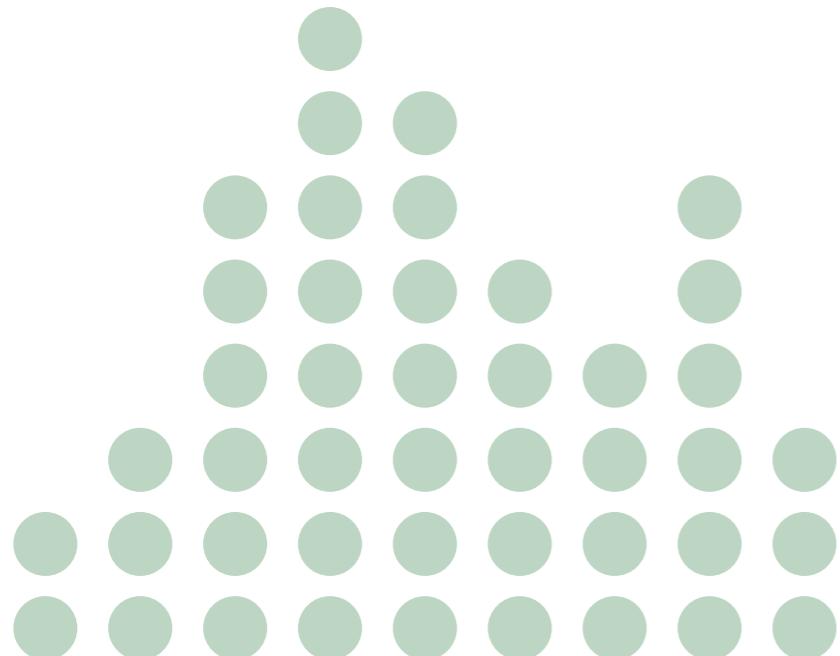
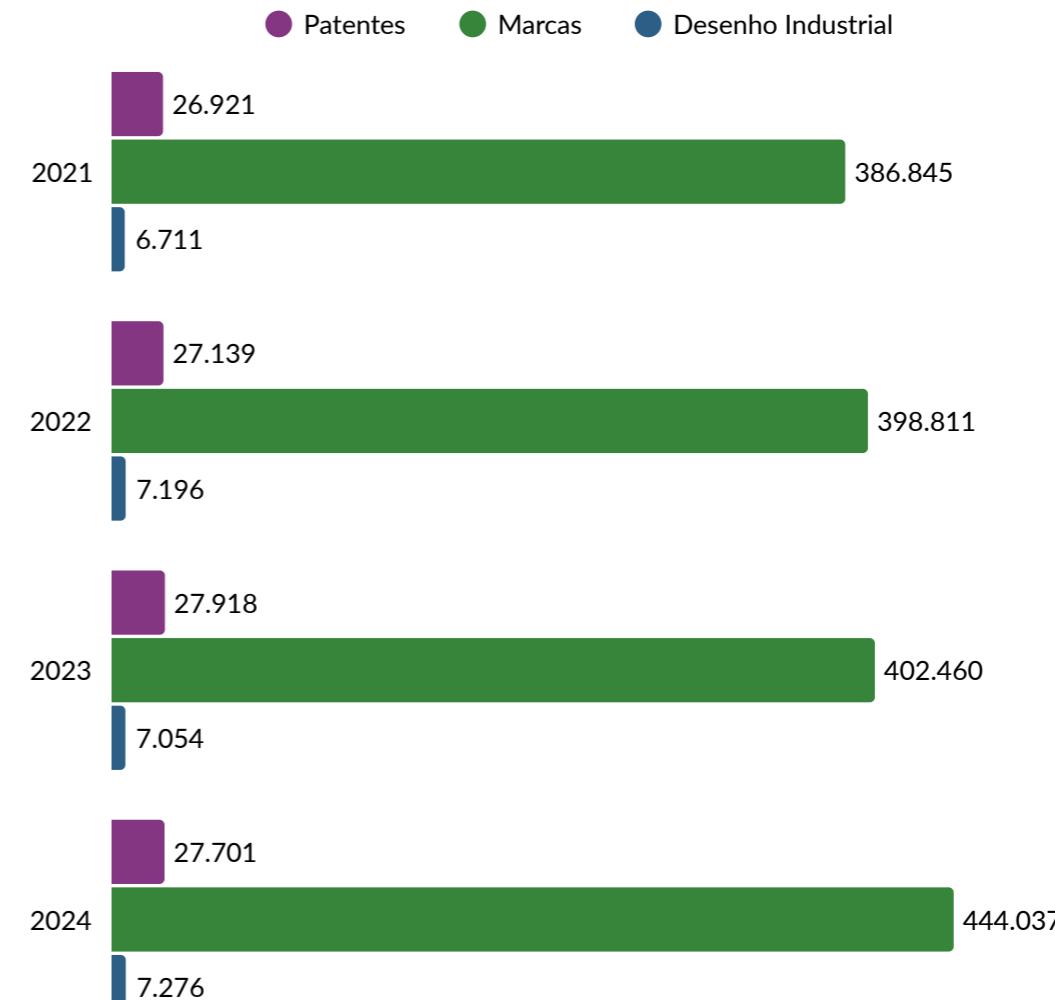


Gráfico - Depósitos de Pedidos de PI no Brasil

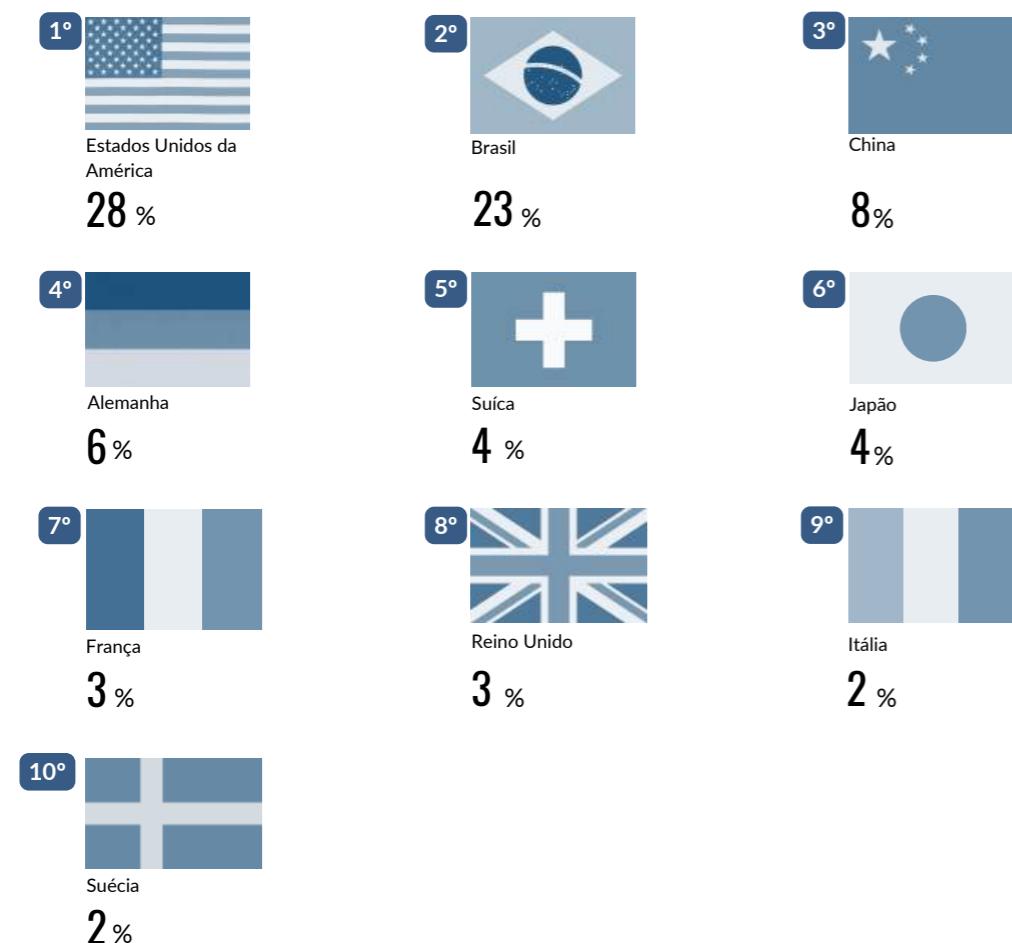


Fonte: Dados AECON/DIREX



Cientes de 82 países solicitaram proteção de patentes no INPI em 2024. Entre os países que mais depositaram pedidos de patentes de invenção, estiveram os EUA (28%), Brasil (23%), China (8%), Alemanha (6%) e Suíça (4%). Entre os depósitos de modelo de utilidade, marcas, desenhos industriais e contratos de tecnologia, a maioria dos pedidos foram protocolados por representantes do Brasil.

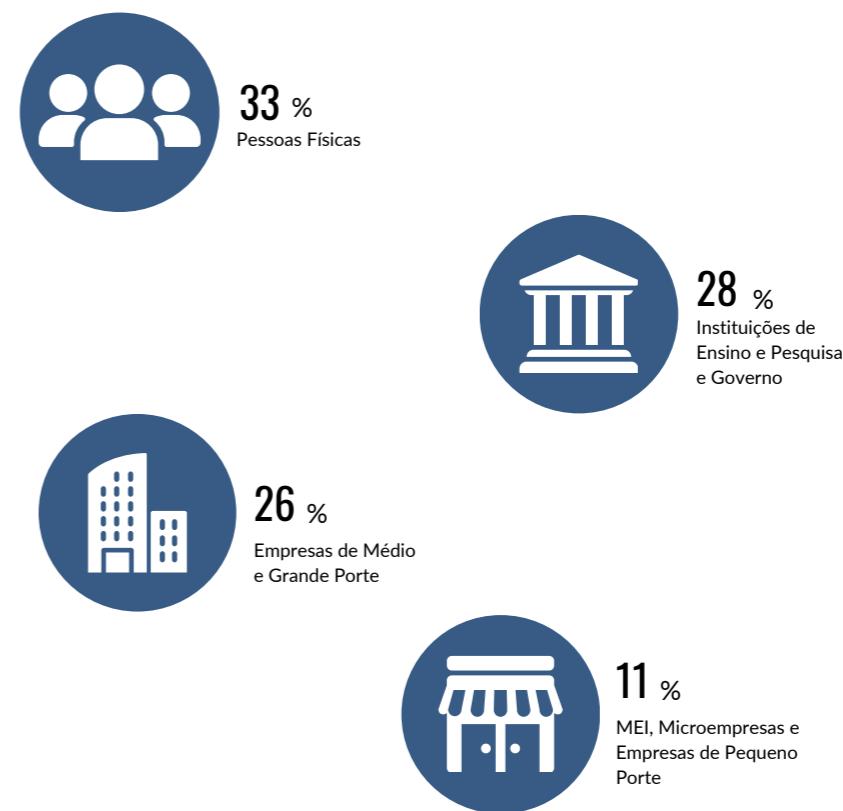
Figura - Participação percentual, por origem, dos depositantes no Brasil em 2024



Fonte: Dados AECON/DIREX

Em 2024, as pessoas físicas responderam por 33% dos 5.740 depósitos de patentes efetuados por residentes, seguidas por Instituições de Ensino e Pesquisa e Governo, com 28%, Empresas de médio e grande porte (26%) e MEI, Microempresas e EPP (11%). Cerca de 50% das marcas nacionais depositadas tiveram origem em micro e pequenas empresas.

Figura - Perfil de depositantes de patentes em 2024 – Residentes no Brasil



Fonte: Dados AECON/DIREX

- Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento

No ano de 2024, o INPI lançou o Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID), calculado com base na metodologia do Índice Global de Inovação, daOMPI, para retratar o cenário da inovação no Brasil e nas 27 Unidades da Federação e cinco macrorregiões que o formam.

Os resultados de 2024 apontaram que os estados mais inovadores do Brasil foram, na ordem: São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As economias do Nordeste apresentaram desempenho em inovação acima do esperado tendo em vista seus níveis de renda. Em termos regionais, os estados líderes de cada Grande Região do Brasil foram São Paulo (Sudeste), Santa Catarina (Sul), Distrito Federal (Centro-Oeste), Rio Grande do Norte (Nordeste) e Tocantins (Norte).



## Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento

*Orientando estratégias para a competitividade.  
Uma iniciativa do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.*

# Cenário Internacional

## • Estatísticas internacionais de PI

De acordo com as estatísticas mais recentes consolidadas pela OMPI\* (exercício 2023), e destacadas quando do lançamento da última edição do Índice Global de Inovação “o investimento em inovação desacelerou em 2023, em contraste marcante com os anos anteriores, tornando a perspectiva para 2024/2025 notavelmente incerta”. Entre as economias emergentes, o Brasil encontrou-se, nesse mesmo estudo, entre os países que mais tiveram melhora de seus índices nos últimos cinco anos, juntamente com Arábia Saudita, Ilhas Maurício, Indonésia e Catar.

Por um lado, em 2023, foram registrados 3,55 milhões de pedidos de patente no mundo, marcando um aumento de 2,7% em relação a 2022. Após um declínio de 3% em 2019 – no auge da pandemia da COVID19 – os pedidos de patente globalmente aumentaram por quatro anos consecutivos. China, República da Coreia, Estados Unidos, Japão e Índia foram os principais impulsionadores do crescimento nesse ano.

Por outro lado, seguiu-se a queda dos depósitos mundiais para marcas. Estima-se que 11,6 milhões de pedidos de marca foram registrados em todo o mundo em 2023, 1,3% a menos que o ano anterior, sendo o segundo ano consecutivo de redução global de registros.

Mas, ao contrário do ano anterior, houve uma reversão no quadro para desenhos industriais. Em 2023, cerca de 1,19 milhão de pedidos de design industrial foram protocolados em todo o mundo, refletindo um aumento de 4% em relação aos números de 2022. Não à toa, a Conferência Diplomática realizada na Arábia Saudita, para finalização das negociações em torno do novo tratado internacional para desenhos industriais (DLT) foram coroadas de sucesso e vista com grande importância pela comunidade internacional.

O continente asiático lidera globalmente na proteção via patentes, concentrando 68,7% dos pedidos mundiais em 2023, totalizando cerca de 2,44 milhões de registros. Nos últimos dez anos, sua participação global aumentou 10,3 pontos percentuais, impulsionada principalmente pelo crescimento da China, que respondeu por 68,8% dos pedidos na região. Os demais 45 institutos asiáticos contribuíram com 32,2% do total registrado no continente.

Em 2023, a China liderou amplamente em registros de marcas, com 46,1 milhões. Na sequência, Índia e EUA registraram quase 3,2 milhões cada, enquanto Reino Unido e Brasil somaram cerca de 2,5 milhões cada. EUIPO, França, Japão, México, República da Coreia e Turquia apresentaram números entre 1,3 e 2,2 milhões.

\*Fonte: Estatísticas OMPI (<https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo-pub-941-2024-en-world-intellectual-property-indicators-2024.pdf>)



- **Atividades de impacto no campo internacional**

O INPI, buscando uma maior inserção internacional, vem atuando na presença do Brasil nos acordos que seguem.





O ano de 2024 foi marcado pelo desenvolvimento no INPI de uma série de ações de grande visibilidade no sistema internacional da Propriedade Intelectual. A seguir, destaque de alguns destes atos.

- Negociação entre o INPI, Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC), unidade interna ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) a fim de se reinstituir o Fundo de Cooperação Sul-Sul junto àquele organismo internacional, viabilizando uma série de atividades de cooperação técnica para com os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo;
- Apresentação pelo Brasil do pleito perante a Rede Latino-Americana de PI e Gênero para inclusão, em seu escopo, da temática da Diversidade. Esta solicitação contou com o apoio da Associação Interamericana de Propriedade Intelectual (ASIPI);
- Apresentação pelo Brasil junto à OMPI do interesse em sediar a primeira reunião externa à Genebra de especialistas em IP Analytics. Tal pleito encontra-se ainda em avaliação pela instituição internacional; e
- Foi completado o processo de adesão ao Global Patent Prosecution Highway (GPPH), dando acesso imediato aos documentos de trabalho de 28 países membros, agilizando o exame de pedidos que sejam comuns aos seus participantes, que passará a ser válido a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre aqueles que não são participantes de tal arranjo, destaca-se ainda a renovação em novembro do PPH entre INPI e o Instituto Europeu de Patentes (EPO) e a negociação, também pela renovação, deste mesmo instrumento junto à Administração Pública Chinesa de Propriedade Intelectual (CNIPA).

Já no âmbito bilateral destaca-se a negociação em andamento para o estabelecimento de um projeto de cooperação técnica com o Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI) de Cabo Verde, com apoio da ABC, acima citada, que financiará as atividades a serem implementadas, que abrangerão diversos campos, tanto técnicos quanto operacionais. Existe a possibilidade desta ação ser otimizada, alcançando também o Instituto da Propriedade Industrial (IPI) de Moçambique, algo coerente com a disponibilização realizada por nossas áreas técnicas pelo acompanhamento, à distância, do nosso Programa de Ambientação quando da entrada dos novos servidores, pelos técnicos dos institutos dos países de língua portuguesa.

Em 2024, o INPI marcou presença em sessões de comitês e de grupos de trabalho da OMPI, assim como na Assembleia Geral da referida organização internacional. Ademais, em maio, houve participação na Conferência Diplomática que viabilizou a conclusão de um Instrumento Jurídico Internacional Relativo à Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado aos Recursos Genéticos, ocasião em que o Brasil atuou inclusive na secretaria executiva, por intermédio da Embaixada brasileira. Já em novembro, com a participação do Diretor de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas, o INPI se fez presente na delegação brasileira que acorreu à Riade, Arábia Saudita, para a Conferência Diplomática que viabilizou o surgimento do mencionado novo tratado internacional sobre Desenhos Industriais.



O INPI ainda deu sequência ao projeto no âmbito do CDIP (Comitê de Desenvolvimento e PI da OMPI) para a valorização de indicações geográficas. Além disso, apresentou nesse foro novo projeto para criação de um Observatório interno à OMPI dedicado ao apoio, registro e estudo das estratégias nacionais de propriedade intelectual implantadas por seus países membros.

Além disso, o INPI voltou a participar do Congresso Interamericano de PI (ASIPI) em dezembro, no Panamá, consolidando aproximação regional, assim como seguiu com seus esforços para desenvolver novas estruturas de governança de PI no Mercosul e na ALADI (Associação LatinoAmericana de Integração). Quanto a esta última, foram realizadas duas reuniões no recém-denominado Foro de Especialistas. Entre outras iniciativas, o Economista-chefe do INPI apresentou o e-book sobre Valoração de Ativos de PI que foi lançado no final deste ano, que despertou interesse nos demais membros.

Já em relação ao MERCOSUL, o Grupo Ad-Hoc de PI segue com os trabalhos no sentido de construir um Plano de Trabalho que dê substância a sua transformação para uma unidade de caráter permanente. Após duas reuniões, foi aprovado projeto apresentado pela Argentina no sentido de se desenvolver um programa piloto de facilitação do registro de marcas no Bloco. Além disso, aprovou-se a realização de atividades voltadas para startups de base tecnológica, com apoio da OMPI, revestidas do perfil do projeto denominado IP Management Clinic.

No âmbito do IP BRICS, em 2024, o INPI seguiu no desenvolvimento do estudo sobre busca de estado da técnica por meio de ferramentas de inteligência artificial nos escritórios de propriedade intelectual, o qual foi apoiado pelos demais membros, com término previsto para o próximo biênio 2025-2026. Ainda em dezembro, ocorreu uma atividade virtual com participação da Coordenação Geral de Contratos de Tecnologia (CGTEC) e da Academia do INPI, para troca de experiências entre os países acerca dos temas sob seu domínio.

Em termos de reuniões oficiais o INPI participou das reuniões de Altos Dirigentes (HIPO), realizadas durante a Assembleia Geral da OMPI, em julho/ Genebra, e de maneira virtual, em outubro. Destaca-se a cooperação com os institutos congêneres da Dinamarca e dos Estados Unidos, com a recepção de delegações de alto nível de ambos os Institutos em 2024, e também da União Europeia a partir da cooperação por meio dos programas de fundos europeus gerenciados pela EUIPO.

Deve-se ressaltar ainda que, ao longo do ano, visando otimizar qualidade e agilidade na concessão e registro de direitos de propriedade industrial, o corpo técnico do INPI teve a oportunidade de se capacitar contando com o apoio dos parceiros internacionais, através de cursos nas áreas de patentes verdes, biotecnologia, desenhos industriais, indicações geográficas, marcas, Protocolo de Madri, Acordo de Haia, entre outros. O INPI teve a oportunidade de realizar algumas atividades envolvendo o Programa de Diplomacia da Inovação (PDI), capitaneado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), que busca quebrar os estereótipos vinculados à imagem do Brasil no exterior e mostrar que o país produz conhecimento, produtos e serviços em setores da fronteira tecnológica. Para tanto ocorreram reuniões virtuais; mentorias – em especial em colaboração com o Governo Suíço, através de programa intermediado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil, missões aos Estados Unidos, para apresentação das ações do INPI perante o corpo diplomático brasileiro localizado tanto naquele país quanto no Canadá.

Destaca-se ainda, nesse sentido, no hemisfério norte das Américas, a participação na convenção da BIO, em San Diego, por especialistas da Diretoria de Patentes. Além disso, o Instituto participou de missão à Singapura, dando suporte a um grupo de startups brasileiras que para lá acorreram para prospectar oportunidades, tendo nessa ocasião assinado novo acordo de cooperação com o seu homólogo naquele país, o Instituto de Propriedade Intelectual de Singapura (IPOS).

- **Perspectivas futuras**

Em 2025, o INPI deverá ser anfitrião e parceiro em importantes encontros internacionais.

Em fevereiro daremos suporte ao IP Key Summit, conferência organizada pelo fundo europeu de mesmo nome que envolverá todos os países da América Latina, além do próprio Instituto Europeu de Propriedade Intelectual (EUIPO), o INPI de Portugal e o Instituto Dinamarquês de Patentes e Marcas (DKPTO).

Em março será coorganizador e principal participante de eventos organizados pela Licensing Executives Society International (LESI) e seu braço brasileiro (LES Brasil) tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, com a possibilidade de edições na região norte do Brasil, voltadas para o estímulo à adoção de boas práticas em termos de transferência de tecnologia.

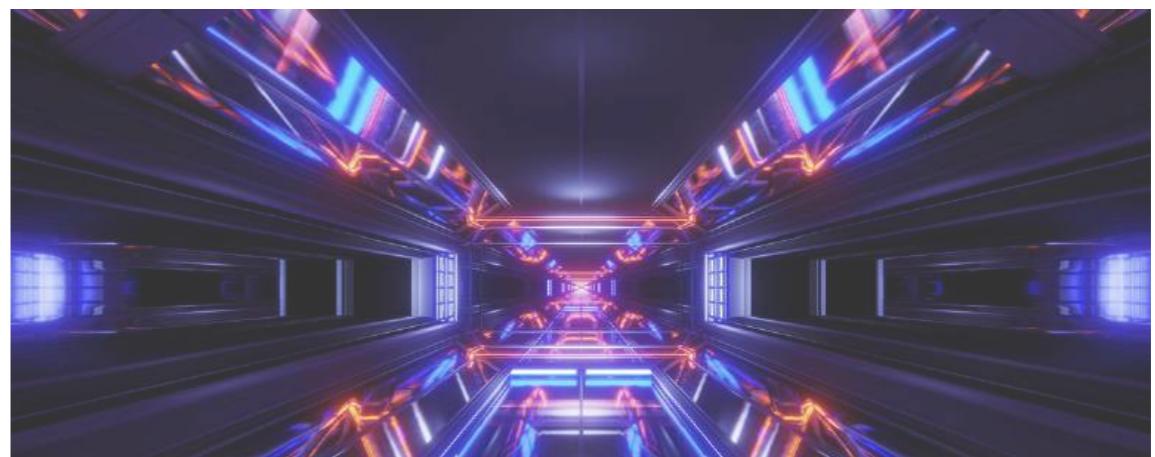
Espera-se ainda em maio a realização da II Jornada Lusófona de Propriedade Intelectual, contando com o apoio da OMPI e a presença dos Institutos de PI da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ainda sem uma data prevista, conforme já citado, o INPI poderá ser eleito para sediar o primeiro encontro de especialistas em Data Analytics.

Por último, na qualidade Presidência Pro-Tempore do bloco denominado BRICS, receberemos no segundo semestre os mais altos dirigentes da Rússia, Índia, China, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã – e potencialmente Arábia Saudita, ainda em processo de adesão.

Finalmente, o instituto planeja prosseguir com a pauta de adesão aos tratados internacionais em matéria de propriedade intelectual para contínuo aprimoramento da integração do INPI ao sistema internacional de PI, em conformidade ao estipulado na Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). Além disso, planeja-se seguir com uma forte pauta bilateral alicerçada no supracitado PDI.

Neste contexto, em 2025 espera-se realizar mais atividades para a disseminação da PI e do trabalho que vem sendo realizado pelo Instituto, apoiando assim os brasileiros na inserção do mercado internacional, lembrando ainda que o Brasil, durante o segundo semestre, deverá também estar na Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL, o que ensejará esforços no sentido de consolidar a colaboração entre os Institutos dos países pertencentes ao bloco em diversas frentes.





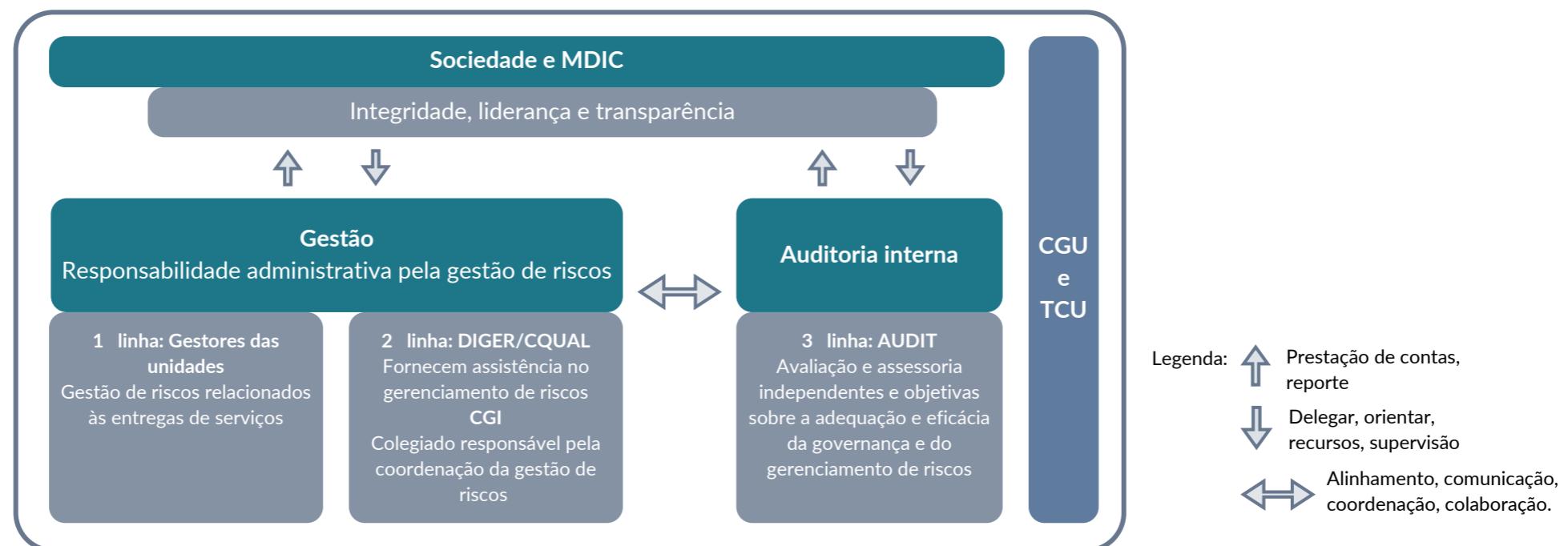
# Riscos, Oportunidades e Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade da UPC de Gerar Valor

# Gestão de Riscos no Âmbito do INPI: Contexto e Visão Geral

A Gestão de Riscos do INPI tem como premissa básica a avaliação de riscos dentro dos processos organizacionais e está apoiada em diretrizes da norma ABNT NBR ISO 31000:2018. Cabe ressaltar que o processo de gestão de riscos do INPI considera somente as ameaças e não os riscos positivos (oportunidades). Porém, as oportunidades são analisadas no âmbito da formulação da estratégia.

Conforme disposto no [Manual de Gestão de Riscos do INPI](#), os riscos identificados serão classificados como: estratégicos, operacionais, orçamentários, reputacionais, sociais, para a integridade e de conformidade.

Figura - Governança dos Riscos



Fonte: Elaborado por INPI, a partir do Modelo das Três Linhas do IIA



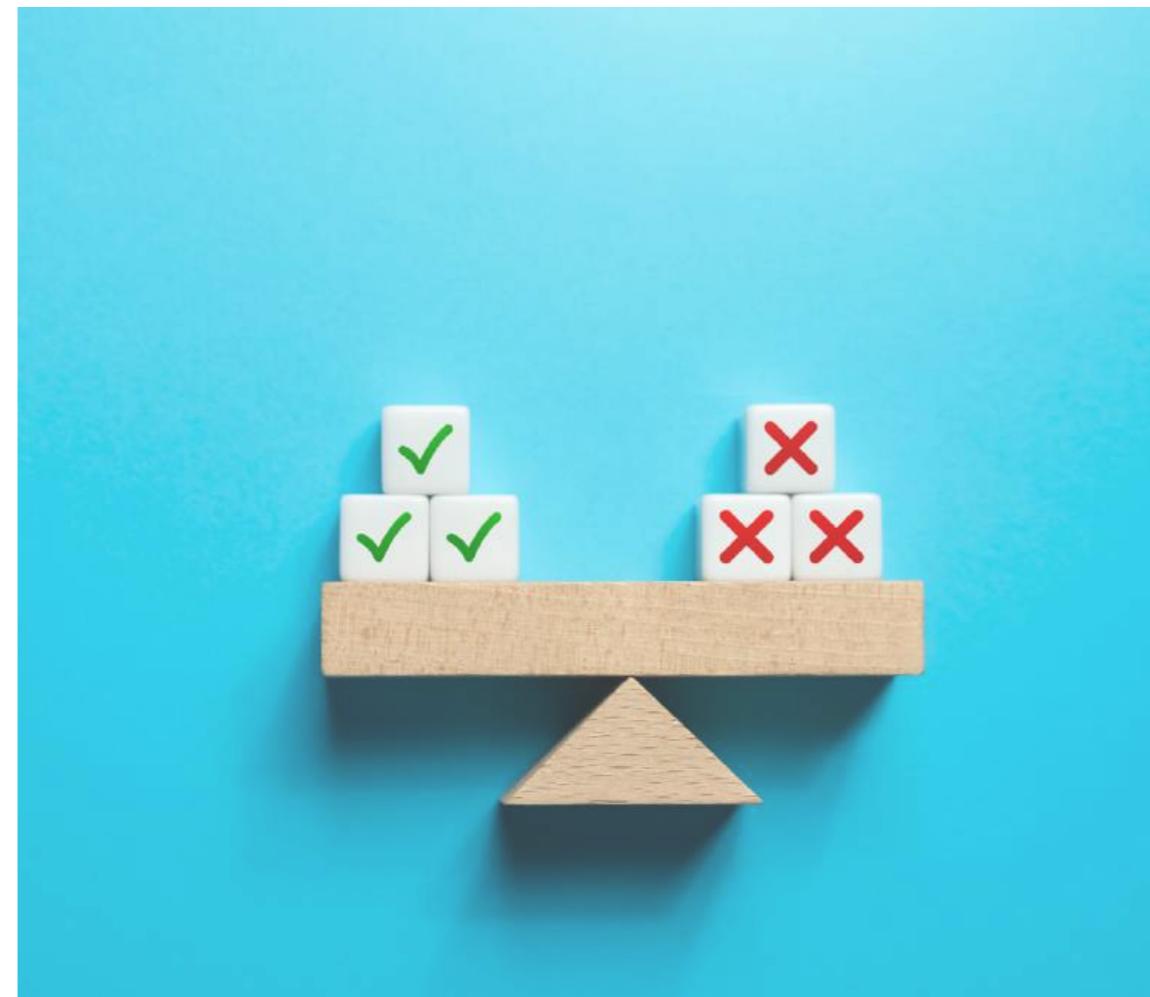
Segundo estabelecido no Manual de Gestão de Riscos do INPI, o primeiro passo no processo de gestão de riscos do instituto consiste na identificação dos eventos de riscos dos processos de trabalho, sendo seus níveis de risco categorizados e avaliados por meio da aferição das variáveis probabilidade e impacto, resultando no seu nível de risco residual: pequeno, moderado, alto e crítico. Após conhecido seu nível, o dono do processo, que também tem o papel de gestor dos riscos, decide como vai respondê-lo. Caso opte por reduzi-lo/ mitigá-lo, propõe controles adicionais (além daqueles já implementados). Assim, os controles propostos devem atuar para reduzir o grau inicialmente atribuído à probabilidade de ocorrer o evento de risco (preventivamente) ou para reduzir o grau inicialmente atribuído ao impacto de sua ocorrência (corretivamente).

O produto da gestão de riscos materializa-se nos planos de gestão de riscos, compostos pelas etapas de análise de contexto, identificação, avaliação, resposta e tratamento desses riscos. Esses planos são liderados pelos donos de cada processo, podendo envolver outros executores, e monitorados pela Divisão de Gestão de Riscos do INPI.

Todas as informações são registradas e atualizadas em um sistema informatizado de gerenciamento de riscos – o Ágatha - em uso no INPI desde 2020.

O Comitê de Governança Interna (CGI) tem o papel supervisor da gestão de riscos do INPI e monitora a execução dos planos associados àqueles classificados como acima do apetite a riscos do Instituto – ou seja, os de nível alto ou crítico – avaliando eventuais providências cabíveis em cada caso para que os planos sejam efetivados.

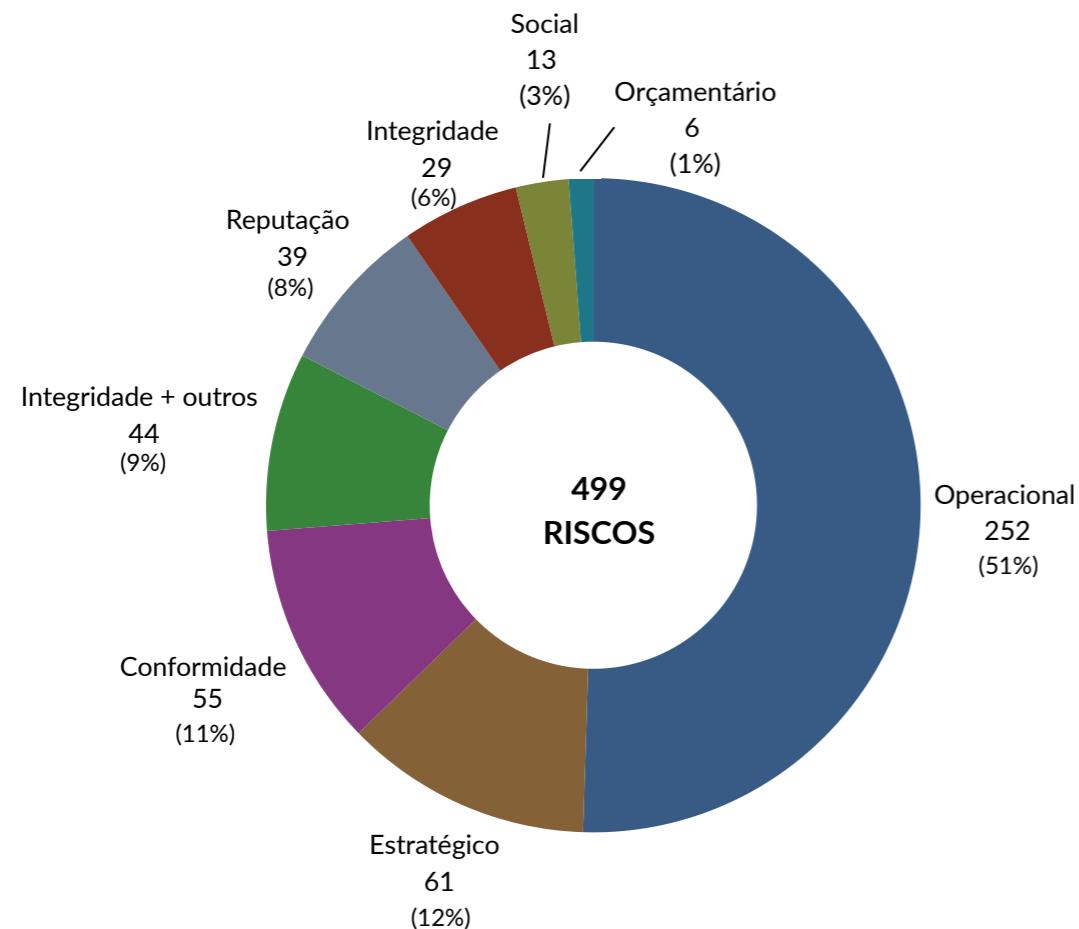
Todas as informações da gestão de riscos podem ser visualizadas e acompanhadas por todos os servidores e gestores por meio do acesso ao Painel de Riscos do INPI, disponibilizado na intranet do Instituto.



# RISCOS

O gráfico a seguir apresenta a dimensão quantitativa dos eventos de riscos identificados e monitorados pelo INPI, distribuído por categorias.

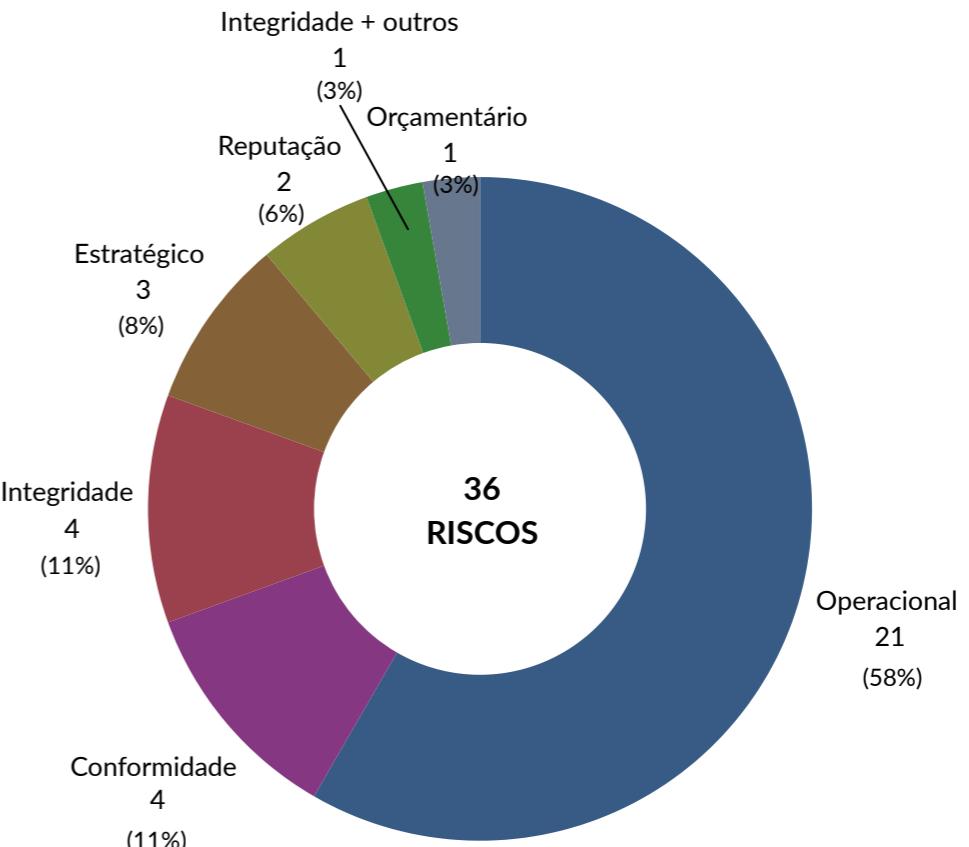
Figura - Riscos por categoria (dezembro/2024)



Fonte: CQUAL/DIREX/INPI

A seguir a dimensão quantitativa dos riscos altos e críticos por categoria (status dez/2024).

Figura - Riscos acima do apetite a riscos do INPI (dezembro/2024)



Fonte: CQUAL/DIREX/INPI



Dentre os riscos levantados, elencamos aqueles que guardam relação com os objetivos estratégicos do INPI (apresentados no Plano de Ação INPI 2025) e que, por essa razão, poderiam afetar a capacidade de o INPI gerar valor em curto, médio e longo prazos.

#### Quadro - Riscos altos

Macroprocesso	Processo	Evento de risco	Probabilidade	Impacto	Categoria
Concessão de Patente	Exame Técnico	Desequilíbrio entre a entrada de requerimentos de exames e a quantidade de decisões emitidas	3	4	Estratégico
Concessão de Patente	Exame Técnico	Irregularidades no exame técnico por parte do Examinador (Falta de conformidade no exame técnico)	2	5	Conformidade
Disseminação da Propriedade Intelectual	Gestão de cursos de PI	Cancelamento do curso	3	4	Reputação
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Segurança da Informação	Falha na implementação de medidas de segurança	2	5	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Segurança da Informação	Ocorrência de incidentes de Segurança da Informação	2	5	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Segurança da Informação	Violação da confidencialidade ou da integridade ou da disponibilidade dos dados	2	4	Integridade
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Soluções de TIC	Desenvolvimento de tecnologias, softwares, aplicativos e serviços de TIC sem a aprovação ou participação da CGTI / Células paralelas que desenvolvem soluções (Shadow IT)	5	2	Operacional



Macroprocesso	Processo	Evento de risco	Probabilidade	Impacto	Categoria
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão e Fiscalização de Contratos	Empresa contratada não executar o objeto total ou parcialmente ou entregá-lo com erros e fora do prazo	2	4	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Governança de TIC	Comunicação institucional ineficaz	4	3	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Monitoramento de Soluções de TIC	Demora na identificação de incidentes de TIC	2	4	Operacional
Gestão de Pessoas	Gerenciamento do Recrutamento e da Seleção de Pessoas - GRS	Ausência e demora na composição e recomposição da força de trabalho	3	4	Estratégico
Relações Internacionais em Propriedade Intelectual	Aprovação de Instrumentos de Entendimento Interinstitucional	Não conclusão do processo tempestivamente a evento internacional organizado para sua assinatura entre as partes	2	5	Reputação, Integridade

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI



## Quadro - Riscos críticos

Macroprocesso	Processo	Evento de risco	Probabilidade	Impacto	Categoria
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Soluções de TIC	Serviço ou produto de TIC não contratado ou contratado em atraso	4	4	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Soluções de TIC	Solução de TIC não executada	3	5	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Soluções de TIC	Solução de TIC planejada entregue com atraso ou com problemas pela Fábrica de SW	4	4	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Gestão de Soluções de TIC	Solução de TIC planejada não desenvolvida pela Fábrica de SW	4	4	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Governança de TIC	Resposta tardia aos riscos de TIC	4	4	Operacional
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações	Sustentação de TIC	Falha na disponibilidade do ambiente produtivo	3	5	Operacional

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI



A seguir, um exemplo do grau de detalhamento das informações extraídas do Sistema Ágatha e utilizadas para monitoramento do Comitê de Governança Interna do INPI:

#### Quadro - Informações extraídas do Sistema Ágatha

Macroprocesso	Processo	Evento de risco	Categoria	Resposta ao risco	Probabilidade*	Impacto*	Produto	Nível	Medidas de mitigação
Concessão de Patente	Exame Técnico	Desequilíbrio entre a entrada de requerimentos de exames e a quantidade de decisões emitidas	Estratégico	Reducir	3	4	12	Alto	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acompanhamento do requerimento de exame por área técnica</li><li>• Automação de atividades</li><li>• Recepção de novos servidores</li></ul>

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI

\*O INPI avalia a probabilidade de ocorrência do risco e seus impactos por meio de critérios e atribuição de uma pontuação, conforme as tabelas seguintes.

#### Tabela - Escala de pontuação da probabilidade de um risco ocorrer

Grau	Escala	Definições da Escala	Frequência Observada/ Esperada
5	Muito alta	Evento esperado que ocorra na maioria das circunstâncias	> 90%
4	Alta	Evento provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias	> 50% <= 90%
3	Média	Evento deve ocorrer em algum momento	> 30% <= 50%
2	Baixa	Evento pode ocorrer em algum momento	> = 10% <= 30%
1	Muito baixa	Evento pode ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais	< 10%

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI



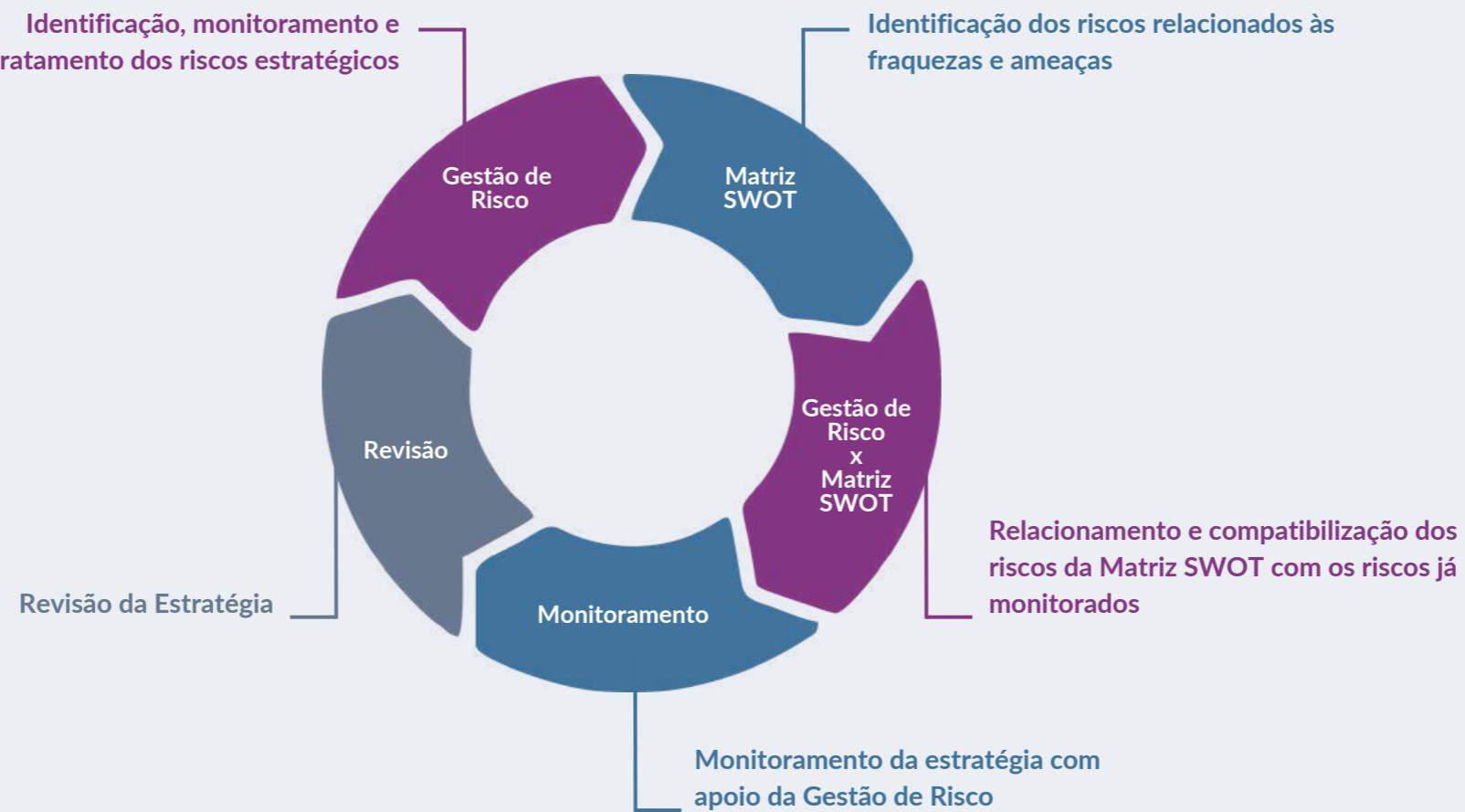
Tabela - Escala de pontuação do impacto de um risco ocorrer

Grau	Escala	Impacto - fatores para análise		
		Regulação	Reputação	Negócios/Serviços à Sociedade
		25%	25%	50%
5	Catastrófico	Determina interrupção das atividades	Com destaque na mídia nacional e internacional, podendo atingir os objetivos estratégicos e a missão	Prejudica o alcance da missão institucional
4	Grande	Determina ações de caráter pecuniário (multas)	Com algum destaque na mídia nacional, provocando exposição significativa	Prejudica o alcance da missão da Unidade
3	Moderado	Determina ações de caráter corretivo	Pode chegar à mídia provocando a exposição por um curto período de tempo	Prejudica o alcance dos objetivos estratégicos
2	Pequeno	Determina ações de caráter orientativo	Tende a limitar-se às partes envolvidas	Prejudica o alcance das metas do processo
1	Insignificante	Pouco ou nenhum impacto	Impacto apenas interno / sem impacto	Pouco ou nenhum nas metas

Fonte: CQUAL/DIREX/INPI

# Riscos e Oportunidades Relacionados à Estratégia

Os riscos estratégicos identificados nos processos organizacionais do INPI estão associados às fraquezas e às ameaças levantadas durante cada ciclo de Planejamento Estratégico. Para realizar essa análise, o INPI utiliza a matriz SWOT, uma ferramenta que auxilia na identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, contribuindo para o desenvolvimento do planejamento estratégico de forma integrada e estruturada.





A seguir os principais riscos identificados para implementação do Plano Estratégico 2023-2026.

Evento de Risco	Medidas de Controle
Insuficiência da recomposição do quadro de pessoal por meio do concurso realizado para 120 vagas	Solicitação ao MDIC de autorização para convocação e nomeação do cadastro de reserva  Solicitação ao MDIC de autorização para realização de novo concurso público
Imprevisibilidade e insuficiência orçamentária para assegurar de forma sustentável, a continuidade do funcionamento a modernização das operações e a ampliação da capacidade de prestação de serviços do Instituto	Elaboração de política de precificação dos serviços  Negociação continuada junto aos Poderes Executivo e Legislativo para recomposição de perdes orçamentárias  Elaboração e articulação com os Poderes Executivo e Legislativo para apresentação e aprovação de propostas legislativas voltadas para a ampliação da autonomia financeira do INPI  Elaboração de propostas de redesenho do modelo institucional que propicie ao INPI maior autonomia financeira
Morosidade e imprevisibilidade da aprovação das propostas de alteração da LPI indispensáveis para assegurar o alcance das metas estratégicas de melhoria do desempenho dos serviços de concessão e registro de direitos de PI, notadamente de marcas e patentes.	Elaboração e articulação com os Poderes Executivo e Legislativo para apresentação e aprovação de propostas legislativas de alteração da LPI

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

Principais oportunidades destacadas no processo de elaboração do Plano Estratégico 2023-2026:

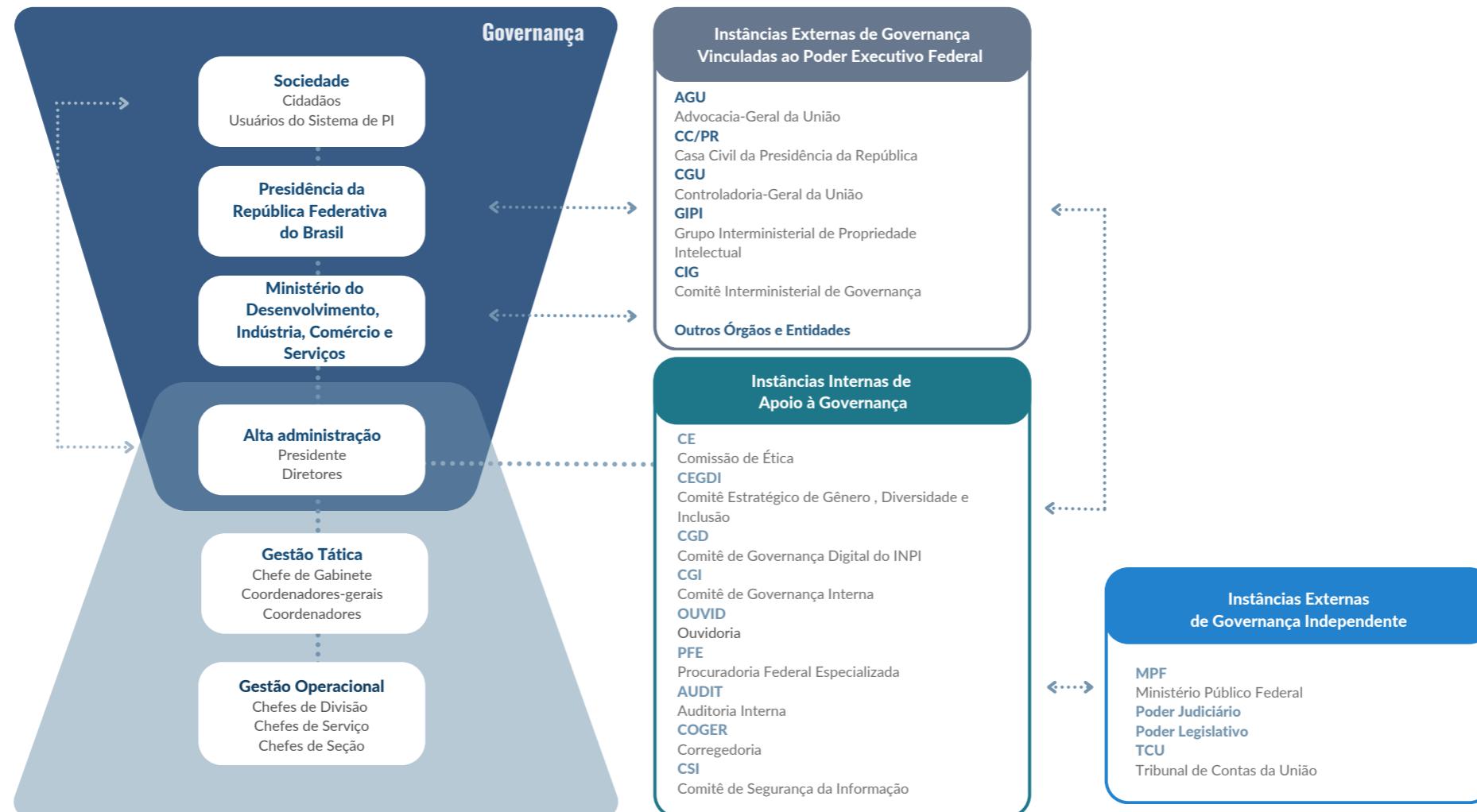
Oportunidades	Fonte	Ações
Aumento da percepção da importância da PI pelos agentes econômicos e maior interesse pelo sistema de PI por novos setores da sociedade	Externa	<ul style="list-style-type: none"><li>Expansão das ações do INPI para o impulsionamento de negócios baseados em inovação e propriedade industrial</li><li>Novas parcerias estabelecidas por meio de acordos de cooperação</li></ul>
Ampliação da utilização de plataformas/mídias sociais e meios digitais pelos usuários do sistema de PI	Externa	<ul style="list-style-type: none"><li>Maior divulgação das ações realizadas pelo INPI, possibilitando a melhoria do conhecimento e do reconhecimento da atuação do INPI</li></ul>
Internacionalização: cooperação entre escritórios de PI para projetos estratégicos, e parcerias para promoção da inovação	Externa	<ul style="list-style-type: none"><li>Ampliação dos acordos de cooperação internacional</li></ul>
Disponibilização pelo governo de ferramenta para dimensionamento da força de trabalho (DFT), possibilitando a melhor composição da força de trabalho dos órgãos públicos federais (concurso público, autorização para movimentação de pessoal, contratação temporária e outros)	Externa	<ul style="list-style-type: none"><li>Utilização das informações do DFT nos pleitos de Concurso Público</li><li>Utilização das informações do INPI nas solicitações de criação e transformação de cargos, possibilitando ampliação no número de vagas ofertados nos concursos públicos</li></ul>
Infraestrutura de rede moderna (Datacenter, Colocation (armazenamento do data center), cabeamento de rede) que permitirá a ampliação e atualização tecnológica	Interna	<ul style="list-style-type: none"><li>Implementação de novas tecnologias de Inteligência Artificial para aumentar a agilidade da concessão dos ativos de PI</li></ul>
Arrecadação das retribuições suficiente para o financiamento sustentável	Interna	<ul style="list-style-type: none"><li>Solicitação de concursos públicos tendo como única fonte a receita de serviços</li><li>Solicitação de orçamento compatível com as necessidades do Instituto, sem solicitação de recursos adicionais do Tesouro Nacional</li></ul>

Fonte: CGPE/DIREX/INPI



# Apoio da Estrutura de Governança à capacidade da UPC de gerar valor

## Modelo de Governança Corporativa do INPI





Nos quadros apresentados a seguir, são evidenciadas as principais funções e atividades desempenhadas pelas instâncias internas de apoio à governança – Auditoria Interna e Corregedoria –, cujas funções incluem:

- Adicionar valor e melhorar as operações do INPI, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada (Auditoria Interna); e
- Garantir a prevenção e apuração de ilícitos administrativos praticados por servidores públicos, bem como pelas ações de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas (Corregedoria).

## Auditoria Interna

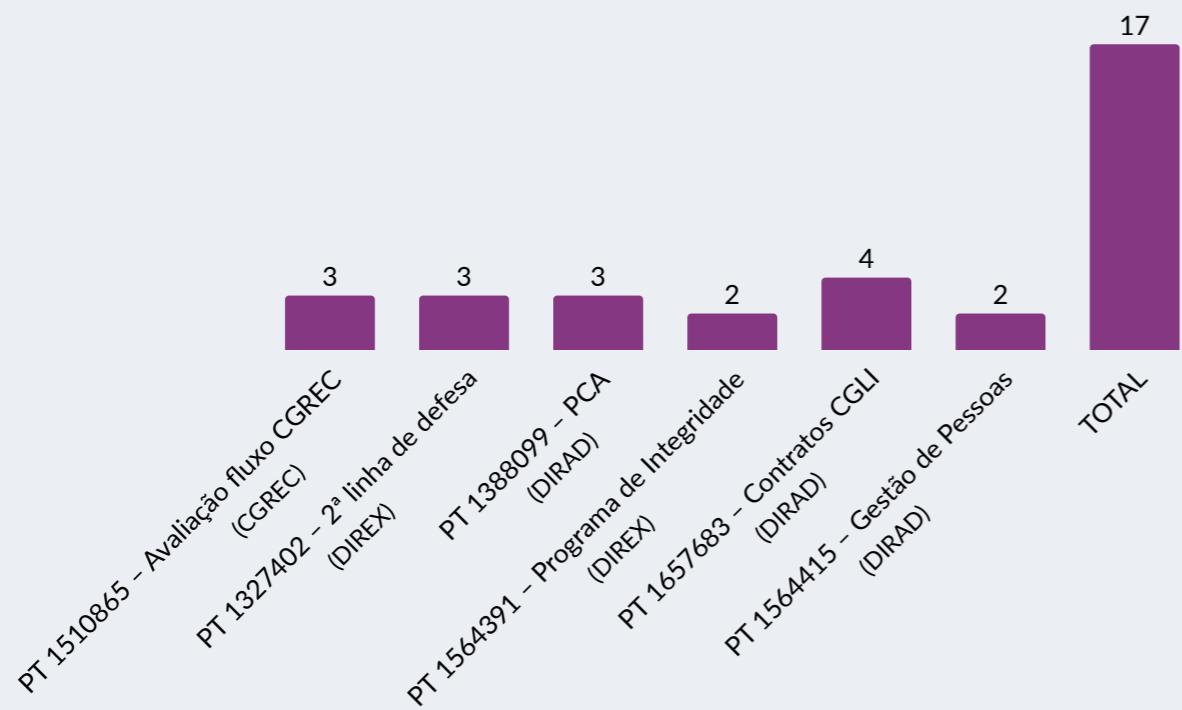
A organização de uma unidade de auditoria interna governamental visa ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento da estrutura de governança da instituição e à racionalização das ações de controle, constituindo-se em elemento de melhoria endógena da gestão. Ademais, a atividade de auditoria interna governamental deve ser independente e objetiva, por meio de trabalhos de avaliação e de consultoria, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada, conforme preconiza a Instrução Normativa (IN) n.º 3, de 9 de junho de 2017, da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC).

É consenso que, para cumprir sua missão de impulsionar a inovação por meio da Propriedade Industrial (PI), conforme previsto no seu Planejamento Estratégico, é importante que a Autarquia tenha uma estrutura robusta e especializada na Auditoria Interna (AUDIT), suportada por uma força de trabalho compatível. Por isso, visando dar vazão à aludida responsabilidade e de modo a cumprir sua missão regimental, a estrutura organizacional da AUDIT no INPI conta com duas divisões, uma delas voltada para examinar os procedimentos das áreas finalísticas, avaliando em especial seus controles internos e a adequação dos resultados alcançados, enquanto a outra divisão se encarrega, principalmente, do exame dos atos e fatos de gestão e das áreas administrativas da autarquia.

No tocante aos processos de trabalho, conforme a cadeia de valor do INPI, as atividades da AUDIT se relacionam ao Macroprocesso de Gestão, denominado Apoio à Governança. Em 2024, foram incorporados dois novos processos de trabalho: Apoio à prestação de contas anual e Prestação de serviços de apuração, à matriz SIPOC da AUDIT, que contemplava os seguintes processos: Gestão das atividades de auditoria interna; Prestação de serviços de Avaliação; Prestação de serviços de Consultoria; Monitoramento das Recomendações e Análise de Conflito de Interesses.

Dessa forma, em 2024, pode-se destacar a execução do processo “Prestação de serviços de Avaliação”, mediante a conclusão de seis Planos de Trabalho (PT) de auditoria ao longo do exercício, com escopos variados e definidos previamente conforme planejamento anual. Ao final destes trabalhos, foram propostas recomendações em decorrência de achados de auditoria, fruto da comparação entre um critério preestabelecido pela equipe de auditoria e a condição real encontrada durante a realização dos exames, conforme síntese no gráfico a seguir.

Gráfico - Recomendações expedidas pela AUDIT em 2024



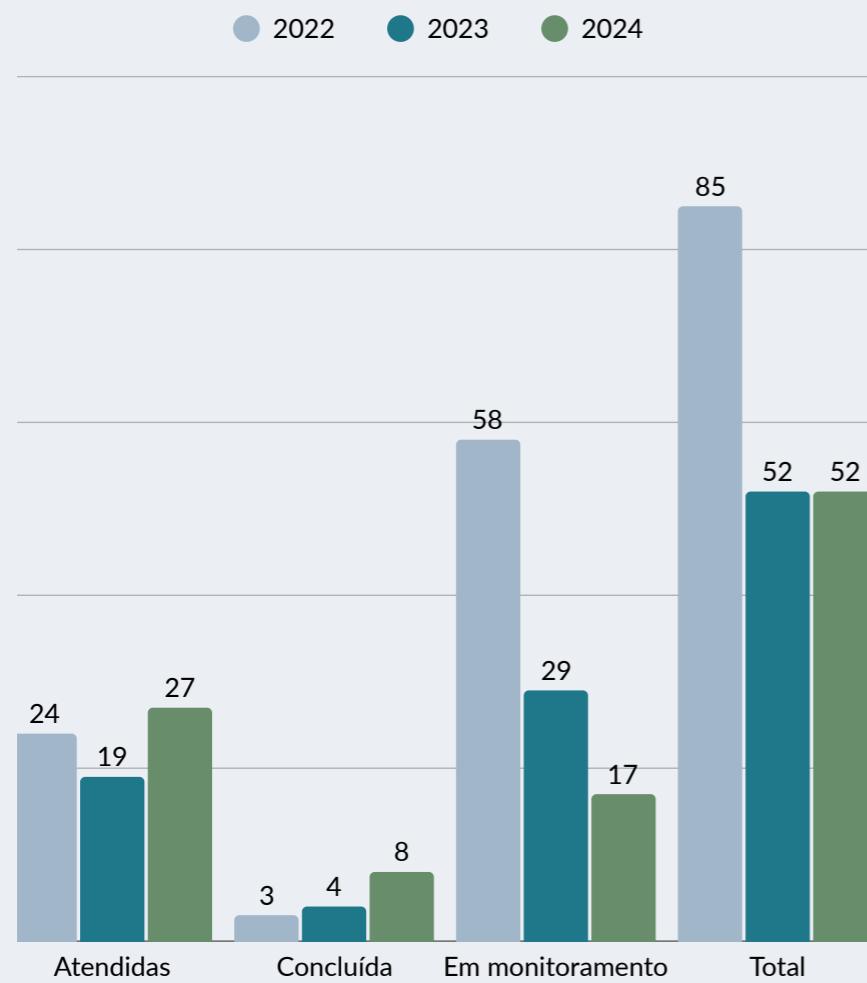
Fonte: Controles da AUDIT a partir do Sistema e-CGU, posição em 27 de dezembro de 2024

As sobreditas recomendações consistem em ações indicadas e acordadas com os gestores das Unidades Auditadas, visando a corrigir desconformidades, a tratar riscos e a aperfeiçoar processos de trabalho e controles, agregando-se valor à gestão do INPI por meio dos benefícios obtidos com o atendimento das recomendações.

Outro processo de trabalho da AUDIT que merece destaque em 2024 é o “Monitoramento das Recomendações”. Conforme previsto em normativo da SFC, este processo visa a acompanhar a adoção de providências por parte das unidades auditadas, verificar se estas foram efetivamente implementadas e se houve, de fato, mitigação do risco e/ou necessária melhoria da governança apontados nos relatórios de avaliação. Os trabalhos de monitoramento realizados pela AUDIT em 2024, e ao longo dos dois últimos exercícios (2022/2023), estão apresentados no gráfico a seguir, evidenciando que os esforços de interlocução com os gestores do INPI resultaram no incremento da implementação das recomendações da AUDIT acordadas durante as Reuniões de Busca Conjunta de Soluções, nos termos da IN/INPI/PR n.º 06, de 14 de dezembro de 2023.



## Gráfico - Monitoramento das recomendações de Auditoria entre 2022 e 2024



Fonte: Controles da AUDIT a partir do Sistema e-CGU, posição em 27 de dezembro de 2024

O atendimento às recomendações da AUDIT, além de mitigar os riscos decorrentes das falhas constatadas, pode propiciar a geração de benefícios financeiros e não financeiros ao INPI, conforme Sistêmica de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovada pela IN SFC/CGU n.º 10, de 28 de abril de 2020, cuja normatização no âmbito do INPI se deu por meio da IN/INPI/PR n.º 07, de 29 de dezembro de 2023.

Destarte, o atendimento de recomendações da AUDIT expedidas em 2024 ou em exercícios anteriores resultou no registro de onze benefícios não financeiros no exercício de 2024, apontando uma evolução em relação ao ano anterior, mas inferior ao ano de 2022, conforme gráfico a seguir demonstra.

## Gráfico - Benefícios Apurados



Fonte: Controles da AUDIT a partir do Sistema e-CGU, posição em 27 de dezembro de 2024

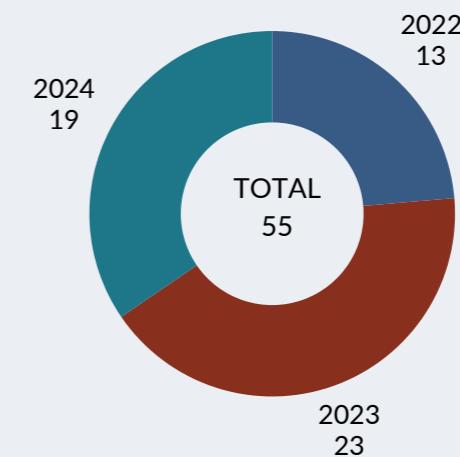


Destaque-se, ainda, que a análise de consulta sobre a existência de conflito de interesses e pedido de autorização para o exercício de atividade privada, conforme Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, sofreu sensível mudança em 2024. A AUDIT observou que o regramento do processo no âmbito do INPI, por meio da Portaria PR nº 519, de 21 de novembro de 2013, não está integralmente aderente aos normativos que regulam o assunto no Poder Executivo Federal, tampouco ao Manual de Tratamento de Conflito de Interesses, editado pela CGU.

Sendo assim, fruto de demanda da AUDIT à Presidência do INPI, foi instituído Grupo de Trabalho para elaboração de uma nova normatização do fluxo no âmbito do INPI, em substituição à citada Portaria PR nº 519/2013. Sob a Coordenação da AUDIT, os representantes da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, da Corregedoria, da Procuradoria Federal Especializada, da Diretoria Executiva e da Comissão de Ética do INPI discutiram o assunto em busca de um novo normativo. O trabalho resultou na aprovação de um procedimento provisório mediante a PORTARIA/INPI/PR Nº 16, de 18 de abril de 2024, que trouxe mais conformidade ao processo no INPI até que a normatização definitiva seja publicada, cuja minuta prevê a atribuição da gestão do assunto para a Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Em 2024, houve um pequeno decréscimo da demanda por análises dessa natureza no INPI em relação ao ano anterior, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Porém, devido à mudança no fluxo de tratamento, mediante a participação da CGRH e da CEINPI nos processos, a carga horária utilizada para essa atividade na AUDIT ultrapassou a planejada inicialmente.

Gráfico - Demandas sobre Conflitos de Interesses



Fonte: Controles da AUDIT

Para mais informações sobre a atuação da AUDIT, acesse os Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) disponíveis em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/raint>.

Consulte também os pareceres da AUDIT sobre as prestações de contas anuais do INPI, disponíveis em <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/transparencia-e-prestacao-de-contas/pareceres-de-auditoria-interna-sobre-processos-de-contas-anuais>.



## Corregedoria

Segundo o art. 2º, II do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 10.768, de 13 de agosto de 2021 c/c art. 2º, II da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, a Corregedoria do INPI (COGER) integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade setorial, responsável, em síntese, pelas atividades relacionadas à prevenção e apuração de ilícitos administrativos praticados por servidores públicos, bem como pelas ações de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas, na forma da [Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013](#).

A [Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022](#), que revogou a Instrução Normativa CGU nº 14, de 14 de novembro de 2018, trouxe a previsão de que, dentre as atividades típicas das unidades setoriais de correição, além daquelas inerentes à instauração e condução de procedimentos investigativos e processos correcionais, incluem-se também atribuições relacionadas ao exercício da função de integridade no âmbito das atividades correcionais da organização.

Nesse sentido, encontram-se inseridas dentre as competências desta unidade correcional o apoio à identificação de riscos e vulnerabilidades à integridade, o que vem sendo realizado pela Corregedoria do INPI enquanto instância de integridade.

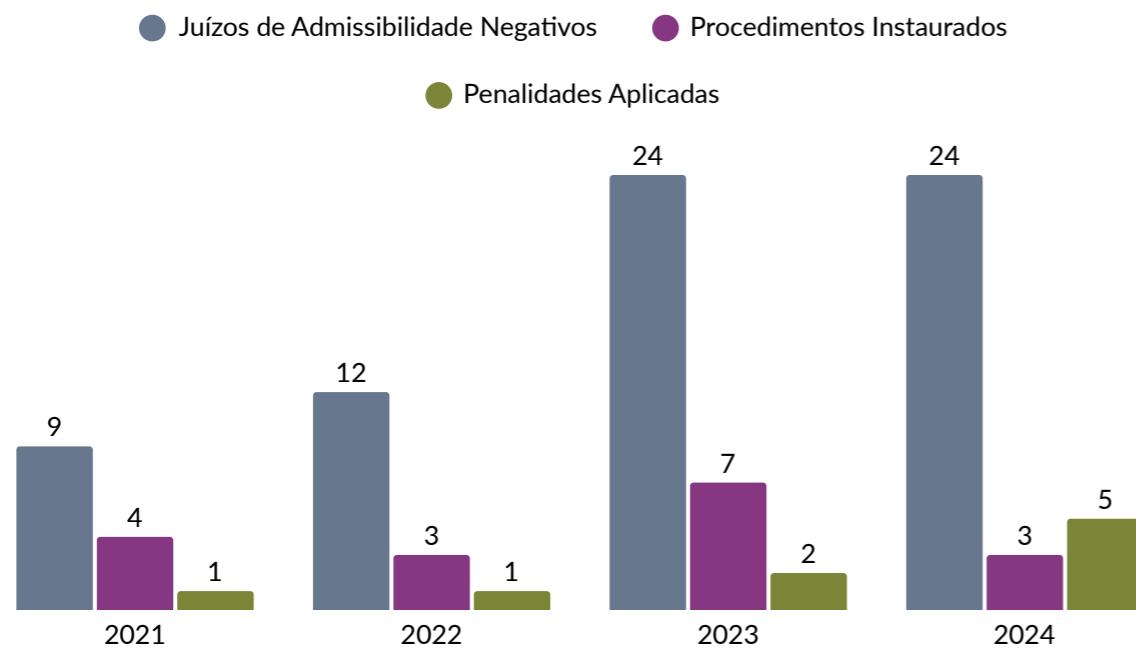
Dentro da estrutura organizacional do INPI, a Corregedoria é uma unidade com dupla vinculação. No âmbito administrativo, a COGER é vinculada à Presidência do INPI, e, no âmbito técnico, atua como uma unidade setorial integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, sujeita à orientação normativa e supervisão operacional do Órgão Central do Sistema de Correição, conforme art. 2º, §2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 c/c art. 2º, parágrafo único da Portaria CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.

A nomeação do Corregedor Titular é submetida previamente à avaliação da Corregedoria-Geral da União (CRG), sendo-lhe assegurado mandato de 02 (dois) anos e cabendo-lhe, precípuamente, o planejamento, coordenação, orientação e supervisão da execução das atividades de correição, dentre outras competências, conforme disposto no art. 8º c/c art. 16 da Portaria CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.

A COGER também é responsável pelas atividades de capacitação e transparência ativa em matéria disciplinar, tendo como fulcro a disseminação de conhecimentos visando à sensibilização e capacitação dos servidores públicos, por meio de um canal de atendimento destinado a esclarecer dúvidas e promover ações de capacitação em matéria disciplinar, buscando a redução de instauração de procedimentos disciplinares baseados meramente em notícias abstratas, genéricas e/ou incompatíveis com a legislação vigente.

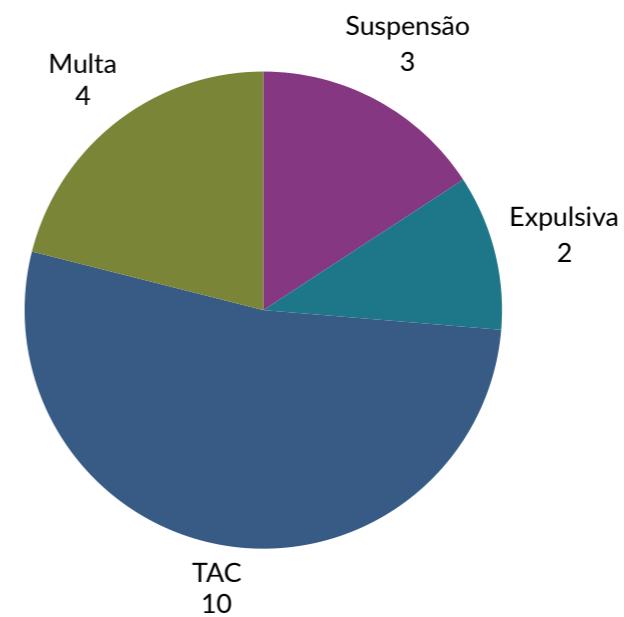
Além disso, a COGER tem atuado no mapeamento de fragilidades visando coibir a reincidência de ilícitos administrativos, e agindo preventivamente para manter reduzidas as instaurações de procedimentos acusatórios, e, por conseguinte, as aplicações de penalidades neste Instituto, conforme a evolução ilustrada nos gráficos a seguir.

Gráfico - Procedimentos de Natureza Disciplinar Instaurados e Penalidades Aplicadas



Fonte: COGER/INPI

Gráfico - Penalidades e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, Aplicados de 2021 a 2024



Fonte: COGER/INPI



Relativamente às estratégias de combate à prática de ilícitos e atividades de prevenção, em 2024, a COGER atuou nas seguintes atividades:

- Monitoramento do Plano de Integridade do INPI, importante conjunto de mecanismos e procedimentos internos de prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e desvios de conduta, conforme Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, alterada pela Portaria CGU nº 57, de 04 de janeiro de 2019;
- Identificação de riscos à integridade;
- Atuação como participante do Fórum.ME de Corregedorias, uma iniciativa da Corregedoria do Ministério da Economia que tem por finalidade a promoção de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, com vistas à capacitação técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e à melhoria da gestão no âmbito das atribuições relacionadas às atividades correcionais;
- Condução de processos administrativos disciplinares em colaboração com a Controladoria-Geral da União - CGU e outros Órgãos do Poder Executivo Federal;
- Participação em ações de capacitação em parceria com a CGU, como instrutor ou palestrante;
- Atuação na Hora da Corregedoria durante todo o exercício de 2024, com a realização de um encontro, que abordou a temática de conflito de interesses, contando com a participação do corpo funcional, colaboradores e, eventualmente, servidores convidados de outras Corregedorias e da CGU;
- Instauração de Processos de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas em face de atos de fraude no envio de boletos a usuários do INPI, com aplicação de penalidades de multas (ver “Gráfico - Penalidades e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC”).

Em 2024, a Corregedoria do INPI participou ainda do Programa de Ambientação dos novos servidores, ministrando painéis sobre direito disciplinar e direito administrativo, visando à sensibilização, capacitação e criação de um ambiente laboral sadio aos servidores do INPI, além de esclarecer questionamentos sobre matéria correcional, sanando eventuais dúvidas e atuando, com isso, na prevenção de ilícitos.

Outrossim, em 2024 a Corregedoria do INPI obteve reconhecimento do Nível 3 - INTEGRADO - de maturidade das Unidades Setoriais de Correição do Poder Executivo federal - CRG-MM. Trata-se do principal instrumento pelo qual o Órgão Central (CGU) afere o desempenho das Corregedorias da Administração Direta e Indireta federal.

Nesse sentido, em conjunto com a Presidência do INPI, a COGER continuou a atuar na promoção e organização das ações de integridade privada dos agentes que se relacionam com o instituto, intermediando a adesão da Autarquia como apoiador institucional do PACTO BRASIL pela Integridade Empresarial, programa da CGU que visa a estimular empresas que atuam no Brasil a assumir, voluntariamente, compromisso público com a integridade empresarial.

Para mais informações sobre a atuação da COGER, incluindo o Relatório completo de Gestão Correcional, acesse os conteúdos disponíveis em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/gestao-da-integridade/atividade-correicional>



# Governança, Estratégia e Desempenho



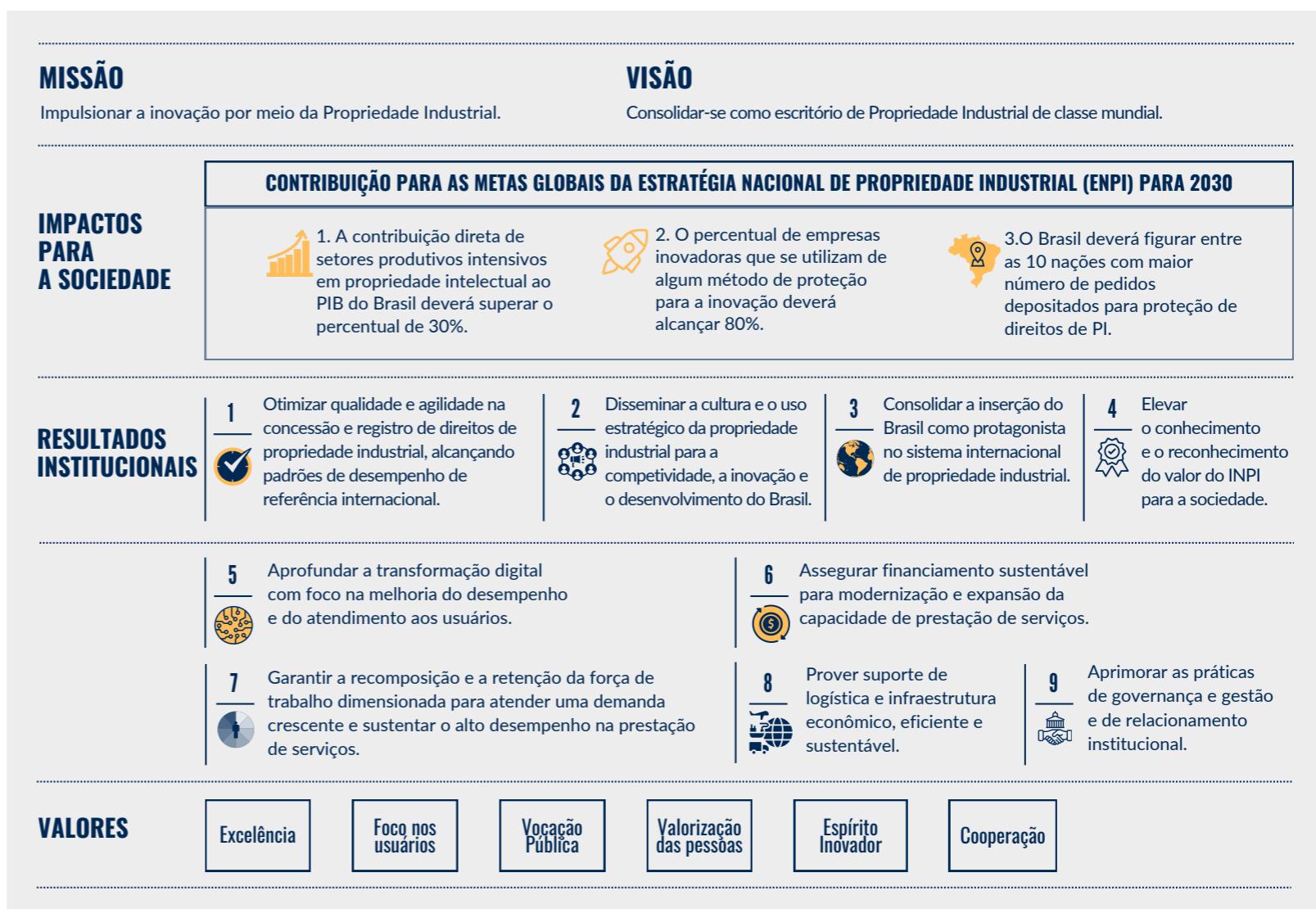
# Estratégia

A gestão estratégica do INPI é conduzida principalmente por meio do Plano Estratégico (PE) e dos Planos de Ação anuais elaborados pelo Instituto. Em 2023, foi desenvolvido o Plano Estratégico 2023-2026 (PE 23-26), que se desdobrou no Plano de Ação 2024 (PA 2024).

Os planos estão organizados em nove Objetivos Estratégicos, dos quais quatro são voltados para Resultados Institucionais e cinco para Suporte e Gestão Organizacional. Essas diretrizes estão detalhadas no Mapa Estratégico a seguir, que também apresenta os impactos esperados para a sociedade e os valores que norteiam o INPI.

A visão do INPI - “Consolidar-se como escritório de Propriedade Industrial de classe mundial” - reflete a ambição do Instituto e orienta as ações futuras.

## Mapa Estratégico





O Plano de Ação de 2024 do INPI é composto por indicadores de desempenho e suas metas; iniciativas estratégicas, que se dividem em projetos e ações estratégicas; agendas transversais relacionadas a gênero diversidade e inclusão e sustentabilidade ambiental; o orçamento e os programas de sustentação, que envolvem as despesas básicas de funcionamento do instituto. Foi elaborado tendo como alicerces as premissas e os temas prioritários definidos pelo Comitê de Governança Interna (CGI), que tem como referências o PE 23-26, planos governamentais (como plano plurianual – PPA – e o plano de ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual – ENPI), diagnósticos de governança e gestão (Modelo de Excelência da Gestão da Fundação Nacional da Qualidade (MEG/FNQ) e o levantamento da governança e gestão na Administração Pública Federal pelo TCU), entre outras referências em evidência no ano.

O monitoramento do desempenho estratégico do INPI é feito de modo mensal, e publicado por meio da Central de Monitoramento, com relatórios em formato de Business Intelligence – Power BI. A partir da avaliação do desempenho, ações corretivas e preventivas são tomadas pelos responsáveis por metas ou iniciativas estratégicas.

Trimestralmente são realizadas análises mais aprofundadas da execução do plano e emitidos internamente Relatório de Avaliação Trimestral (1º, 2º e 3º trimestres) e, após fechamento do ano, é publicado internamente o Relatório de Execução Anual (REA), que apresenta uma avaliação do último trimestre e do total do ano.

Eventualmente pode ocorrer revisão do plano de ação a cada trimestre, após a análise criteriosa da coordenação responsável pelo planejamento e gestão estratégica, e a aprovação do CGI.

Para consultar o Plano de Ação 2024, o Plano Estratégico 2023-2026 e a Central de monitoramento em Power BI acesse o link: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/planejamento-estrategico>.





# Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Geração de Valor

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou em 2017, 2018, 2021 e 2024 o levantamento na Administração Pública federal para conhecer melhor a situação da governança do setor público, tendo ocorrido uma remodelagem do instrumento em 2024.

No último ano, a Secretaria de Controle Externo de Governança, Inovação e Transformação Digital do Estado (SecexEstado) concluiu o levantamento de um novo índice de governança e sustentabilidade – o iESGo. Desenvolvido a partir da atualização do questionário do iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública -, agora abrange as dimensões ambiental e social incluídas no conceito de ESG (Environmental, Social and Governance), de modo conjunto aos processos de governança e gestão.

No levantamento mais recente divulgado em 2024, participaram 387 organizações, tendo sido avaliadas diferentes dimensões: Liderança, Estratégia, Controle, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação e da Segurança da Informação, Gestão de Contratações, Gestão Orçamentária, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Social.

A partir das respostas por meio de questionário eletrônico de autoavaliação, o INPI obteve as seguintes pontuações em 2024 e em anos anteriores (Quadro 1), conforme relatórios resultantes desses levantamentos. Observa-se que, após uma queda em 2021, no ano de 2024 o INPI apresentou melhora nos índices tanto em relação a 2021 quanto em relação aos anos anteriores (à exceção de gestão da TI e de Contratações, comentados a seguir), o que demonstra que o caminho da busca pela excelência vem sendo trilhado pelo Instituto.

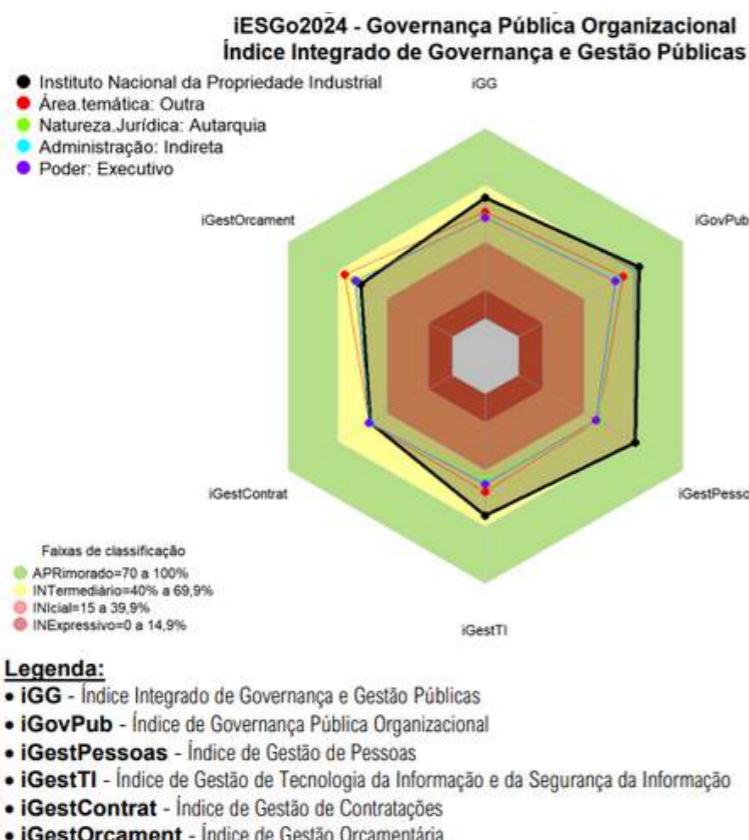
Quadro 1 - Resumo da Autoavaliação do INPI ao longo dos anos

Indicador	2017	2018	2021	2024
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	58%	62%	46,1%	63,5%
iGovPub (índice de governança pública organizacional)	38%	53%	50,7%	73,6%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	57%	56%	42,1%	83,7%
iGestPessoas (índice de gestão de pessoas)	66%	64%	31,1%	71,2%
iGovTI (índice de governança e gestão de tecnologia da informação e de segurança da informação)	51%	73%	48,1%	73,4%
iGestTI (índice de gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação)	72%	69%	49,9%	64%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	48%	58%	35,4%	53,1%
iGestContrat (índice de gestão de contratações)	48%	62%	52,1%	50,1%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)	-	-	28,8%	53,0%
iGestOrcament (índice de gestão orçamentária)	-	-	42,2%	55,7%
iESGo (índice ESG)	-	-	-	67,8%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	-	-	-	56,9%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	-	-	-	56,9%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	-	-	-	56,9%

Fonte: Relatório Individual da Autoavaliação do INPI

Entre os índices que compõem o iGG, o INPI apresentou melhora da performance nos índices de governança pública organizacional e de gestão de pessoas. Já os índices de governança e gestão orçamentárias e de gestão de contratações foram os que apresentaram avaliações mais baixas, ainda que permaneçam na média das autarquias, como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Resultado iGG do INPI em 2024



Fonte: Relatório Individual da Autoavaliação do INPI

O **índice de governança pública organizacional (iGovPub)** relaciona-se à Liderança, Estratégia e Controle. O destaque positivo para Liderança foi a promoção da integridade e a principal oportunidade de melhoria é promover a capacidade da liderança. Em relação a Controle, a capacidade em promover a transparência e garantir a responsabilização e a efetividade da auditoria interna foram avaliados em nível já aprimorado. O principal destaque para o tópico Estratégia do INPI foi estabelecer a estratégia da instituição, e os principais desafios foram promover a gestão estratégica e monitorar os resultados organizacionais.

O **índice de gestão de pessoas (iGestPessoas)** inclui a gestão de desempenho e o desenvolvimento de competências do corpo funcional e gestores. As principais oportunidades foram documentar e desenvolver as lacunas de competências dos servidores e dos gestores, além de haver programa de reconhecimento das pessoas.

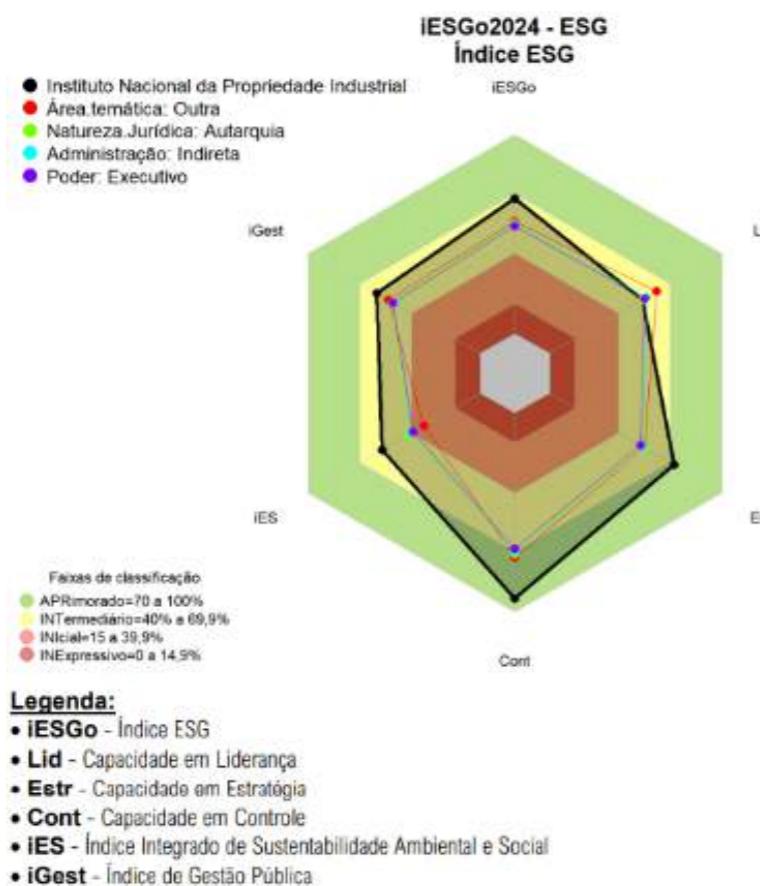
O **índice de gestão orçamentária (iGestOrcament)** demonstra que o INPI está em nível aprimorado em estabelecer o processo orçamentário organizacional, no entanto, há obstáculos para contemplar adequadamente as prioridades da instituição no orçamento.

O **índice de gestão de contratações (iGestContrat)** inclui a definição de processos de contratação na instituição, a gestão de pessoas envolvidas em contratações, a promoção da integridade nesses processos e a realização de contratações sustentáveis. O resultado demonstra que o INPI está em nível aprimorado quanto à capacidade em promover a integridade nas contratações, apresentando pontos de atenção em mapear os processos e em gerir o pessoal de contratações, sendo identificado que há necessidade de a organização suprir a demanda por ocupantes de funções essenciais à gestão de contratações e realizar processo de transição entre as funções.

O **índice de gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação (iGestTI)** envolve planejar e gerir os recursos de TI, gerir riscos relacionados, definir políticas de responsabilidades para a gestão da segurança da informação, estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança da informação e gerir o desenvolvimento de soluções e inovação. O principal desafio do INPI está em melhorar sua capacidade de gerir o desenvolvimento de soluções e inovação.

Em relação ao novo instrumento – o iESGo –, o resultado da percepção do INPI está acima das demais autarquias, conforme demonstra o Gráfico 2. As evidências relacionadas à sustentabilidade ambiental e social serão apresentadas na seção sobre agendas transversais deste capítulo.

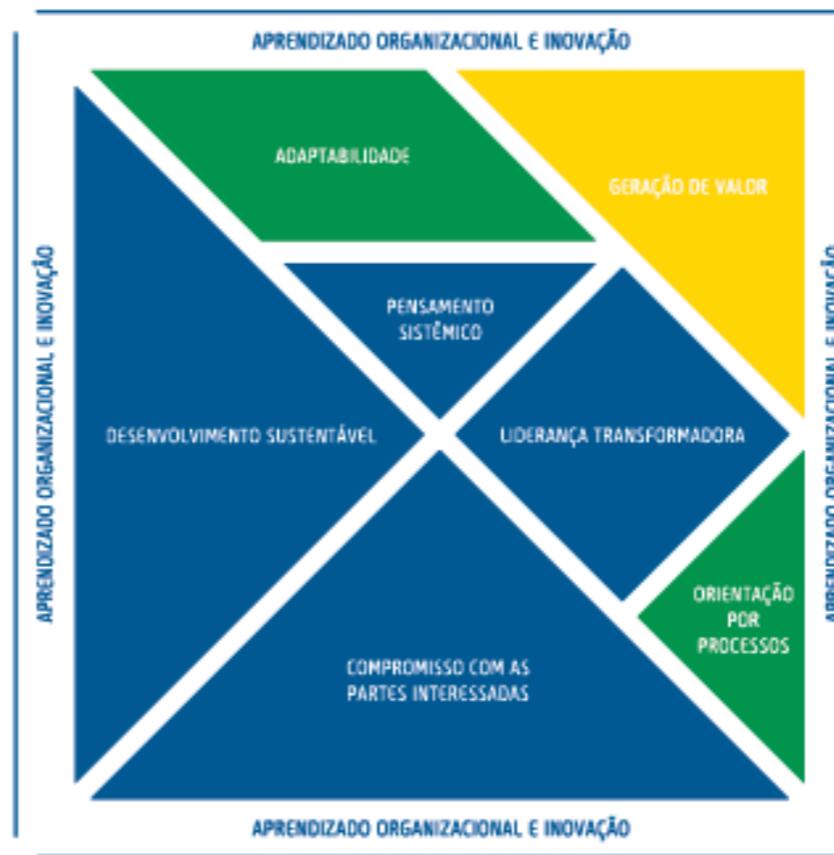
Gráfico 2 - Resultado iESGo do INPI em 2024



Fonte: Relatório Individual da Autoavaliação do INPI

De modo complementar à autoavaliação proposta pelo TCU, nessa linha do apoio da estrutura de governança à Capacidade de Geração de Valor, o INPI firmou, em 2023, um acordo com a Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) com o objetivo de adotar o Modelo de Excelência em Gestão (MEG) – Figura 1. O MEG visa estimular e apoiar a organizações do País no desenvolvimento e na evolução de sua gestão para que se tornem sustentáveis, cooperativas e gerem valor para a sociedade e outras partes interessadas.

Figura 1 - Tangram representativo do MEG 21<sup>a</sup> edição

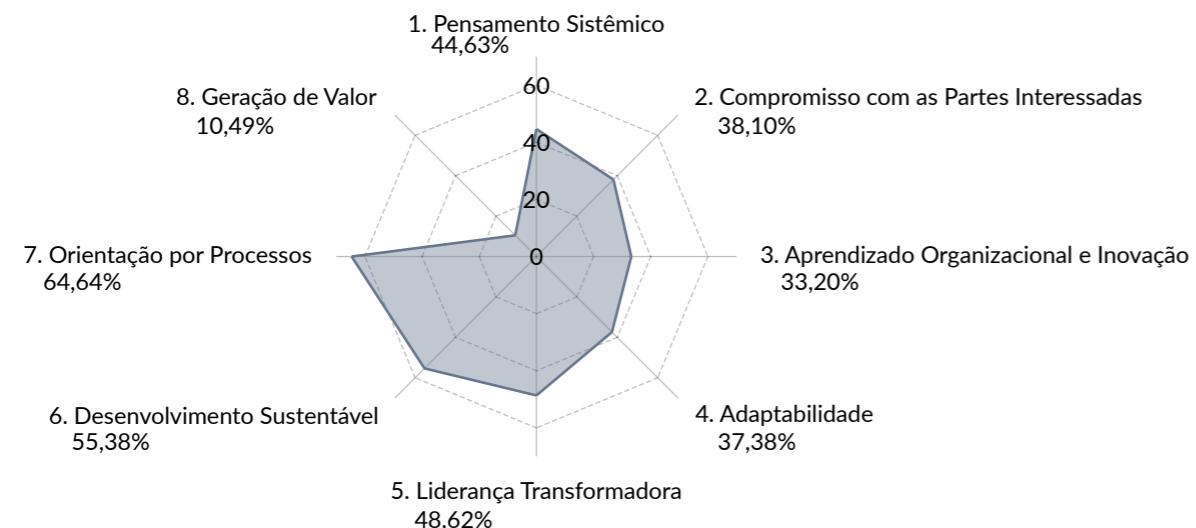


Fonte: Modelo de Excelência da Gestão (MEG) – Guia de Referência da Gestão para Excelência 21<sup>a</sup> Edição - 2016

O Tangran (figura 1) representa os Fundamentos geradores de valor MEG 21<sup>a</sup> edição (MEG21) do seguinte modo: Considerando o Desenvolvimento Sustentável e o Compromisso com as Partes Interessadas, a Liderança Transformadora, a partir do Pensamento Sistêmico, define como as estratégias e planos devem ser implementados e materializados, por meio da Orientação por Processos e com Adaptabilidade, resultando em Geração de Valor para a própria organização e partes interessadas. A partir disso, a organização busca evoluir por meio do Aprendizado Organizacional e Inovação, que permeiam o sistema promovendo a excelência.

Com o propósito de impulsionar a inovação por meio da Propriedade Industrial, objetivando consolidar-se como Escritório de PI de Classe Mundial, o INPI elenca a excelência como um de seus valores. Em 2023, a autoavaliação da maturidade da gestão do Instituto assistida pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), alcançou 299,75 pontos (escala de 0 a 1.000), com a pontuação por fundamento demonstrada na Figura 2.

**Figura 2 - Pontuação do INPI por Fundamento da Gestão para Excelência MEG21**



Fonte: CGPE/DIREX/INPI

No relatório final de Diagnóstico de Maturidade da Gestão (DMG) emitido pela FNQ, foram destaques: a Orientação por Processos do Instituto e o Gerenciamento de Riscos, com identificação, classificação e tratamento de riscos e acompanhamento pelo Painel de Riscos; a Central de Monitoramento dos processos e projetos; a inserção da sustentabilidade no mapa estratégico com ênfase para aspectos ambientais e sociais; e o Plano Estratégico e o Plano de Ação, embora, para a análise de cenários externos, tenha sido recomendado ampliar a participação de pessoas/instituições relevantes que possam agregar valor com seu conhecimento, não somente de propriedade industrial, como também de mercado, tecnologia, econômico/financeiro, entre outros.

Foi apontada a necessidade da sistematização de práticas já exercidas pelo INPI, como o processo de tomada de decisão que precisa ser estruturado com cascamenteamento de decisões e acompanhamento das mesmas, assim como para o fortalecimento do sistema de indicadores (estratégicos e operacionais) – fundamento Geração de Valor –, com o uso de referenciais comparativos e requisitos das partes interessadas. Também foi diagnosticado que é importante o estabelecimento de metodologia para identificação das competências essenciais, compartimento de lições aprendidas, elementos da cultura organizacional, gestão da inovação, gestão de mudanças, entre outros processos.



Em 2024, o foco do instituto foi implementar as melhorias oriundas da avaliação, disseminar os conceitos do MEG para o INPI e organizar-se para conduzir, em 2025, uma nova autoavaliação assistida pela FNQ e concorrer pela primeira vez ao Prêmio Melhores em Gestão. A relação mais completa dos pontos fortes, das oportunidades de melhoria e das ações priorizadas pelo instituto em 2024 estão disponíveis na Cartilha do MEG para o INPI, no Portal do INPI <https://www.gov.br/inpi/pt-br/governanca/excelencia-da-gestao>. A meta expressa no Plano Estratégico 2023-2026 é obter o nível bronze no Prêmio Melhores em Gestão.

Neste capítulo serão detalhados os resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da Gestão, assim como as perspectivas de futuro. Também será apresentado o panorama dos principais recursos críticos – pessoas, contratações e TI – para o alcance dos resultados do INPI. O último capítulo abordará informações sobre o planejamento e a execução do orçamento do Instituto.





## O Plano de Ação 2024 em Números

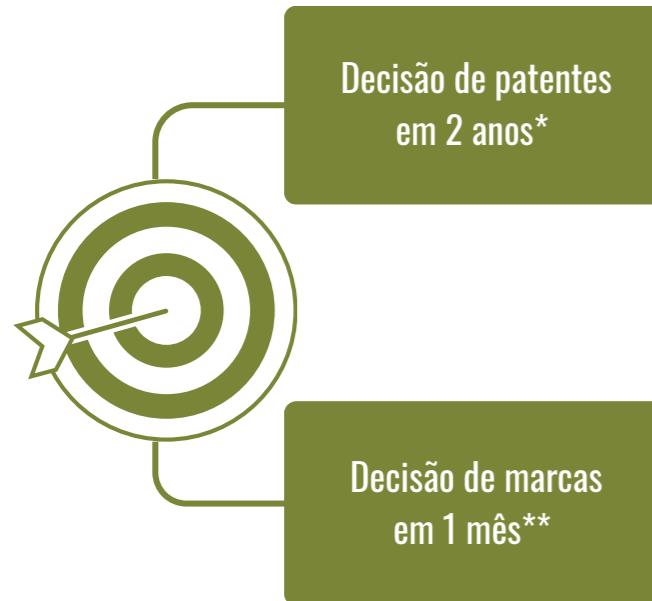
**33**  
Metas

**40**  
Projetos  
Estratégicos

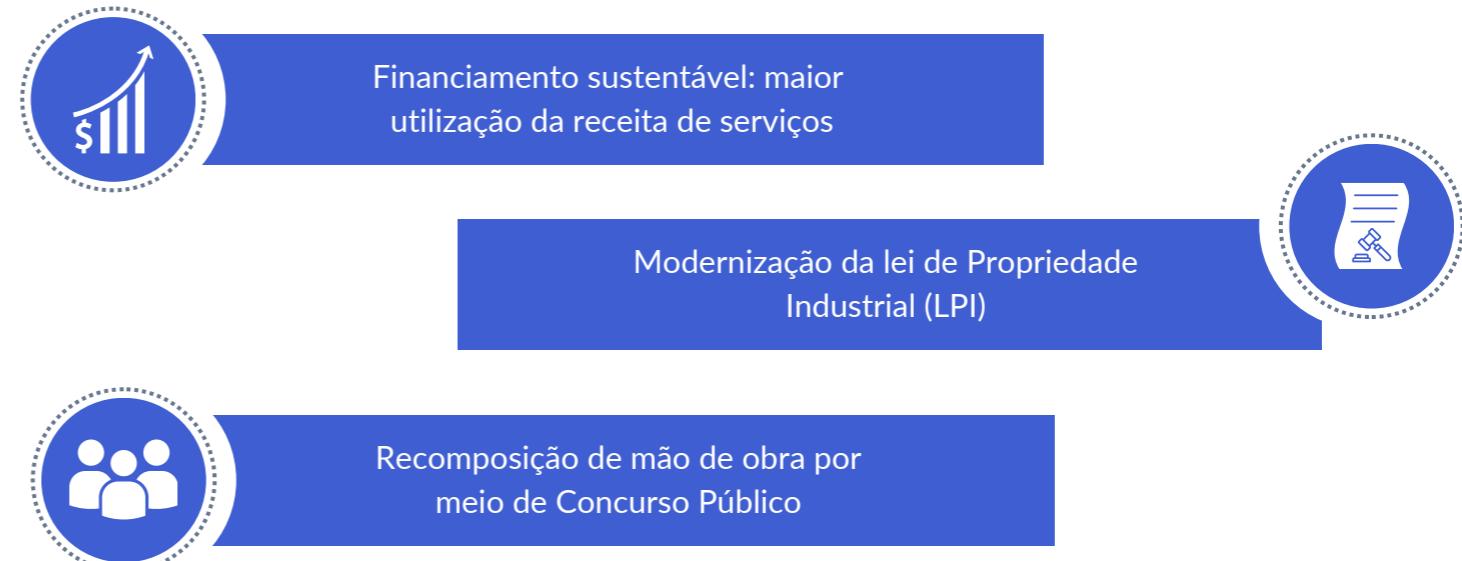
**05**  
Programas de  
Sustentação

- 
- 3 Revisões: Maio, Agosto e Outubro
  - Execução: 22 (66,67%) metas alcançadas  
14 (35%) projetos concluídos

As metas de alto impacto no Plano Estratégico para 2026 são:



Tendo em vista o seu desafio e potencial transformador, as metas estratégicas dependem de um conjunto de fatores críticos sobre os quais o INPI possui governabilidade parcial, o que exige decisões e esforços compartilhados com outras instâncias de governo. Em resumo, são eles:



Na sequência, destacam-se as metas por objetivo estratégico do PE 2023-2026 e os principais resultados de 2024, segundo ano de execução do plano, que foram delimitados no Plano de Ação 2024. O alcance das metas do Plano Estratégico e o quanto estamos nos aproximando da nossa visão serão abordados no texto.

---

\* A partir da entrada do pedido

\*\*Pedidos de registro de marca sem oposição (contado a partir da data de depósito do 1º exame)



# Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos e às Prioridades da Gestão

## Objetivo Estratégico 1

Otimizar Qualidade e Agilidade na Concessão e Registro de Direitos de Propriedade Industrial, alcançando padrões de Desempenho de Referência Internacional.

- **Plano Estratégico**

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de patentes (contado a partir da entrada do pedido)	2,0 anos
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro marca sem oposição (contado a partir do depósito do pedido para 1º exame)	1 mês
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de marcas com oposição (contada a partir da publicação do pedido, após o 1º exame)	7 meses
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de desenho industriais	3,5 meses
Tempo de decisão de exame técnico de pedidos de registro de indicações geográficas	18 meses
Tempo de decisão dos protocolos notificados de contratos de tecnologia	Até 25 dias
Tempo de decisão em recursos de processos de patentes	13 meses
Tempo de decisão em processos administrativos de nulidade de patentes	5 meses
Tempo de decisão em recursos de processos de marcas	10 meses
Tempo de decisão em processos administrativos de nulidade de marcas	15 meses
Tempo de decisão em recursos de desenho industrial e outros registros	5 meses
Tempo decisão em processos administrativos de nulidade de processos de desenho industrial e outros registros	4 meses

Fonte: Plano Estratégico INPI 2023-2026



O Objetivo Estratégico 1 dialoga diretamente com as entregas de serviços de PI à sociedade. As metas mais impactantes do plano (Tempos de decisão de Patentes em 2 anos e Marcas em 1 mês) estão inseridas neste objetivo, assim como as demais metas de tempo dos outros ativos de PI.

- **Principais indicadores e resultados do Plano de Ação 2024**

INDICADOR	RESULTADOS			META 2024
	2022	2023	2024	
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes (desde a entrada no INPI) – em anos	6,9	4,6	4,4	4,5
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes (desde o pedido de exame ao INPI) – em anos	3,9	3,23	3,2	3,5
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Exame Prioritário de Patentes (contado a partir do requerimento de priorização) – em meses	8,1	10,1	10,5	9
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedido de Registro de Marca (SEM OPOSIÇÃO) – em meses	10	14	15,8	18
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedido de Registro de Marca - COM OPOSIÇÃO – em meses	16	16	22,9	27
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Registro de Desenho Industrial – em meses	3,7	3,7	9,5	4
Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Registro de Indicações Geográficas – em meses	19,7	19	17,8	19
Tempo Médio de Decisão dos Protocolos Notificados de Contratos de Tecnologia (contado da data de notificação na Revista de Propriedade Industrial) – em dias corridos	27	27	23	25
Tempo de Registro de Programa de Computador – em dias corridos	6,23	ND*	8,01	10
Tempo de Topografia de Circuito Integrado – em dias corridos	ND*	ND*	5,75	10

\*ND: Não disponível

Fonte: Planos de Ação anuais



- Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 1

**P 1.02: Terceirização da Busca de Patentes**

Publicado relatório final do piloto de terceirização de buscas com empresa para pedidos contendo listagem de sequências biológicas realizado.

**P 1.03: BPMS - Automação do Fluxo de Patentes**

Solução contratada e iniciada a elaboração do Plano de Implantação.

**P 1.04: Modernização da Base de Dados de Patentes**

- Divulgada lista de informações básicas de patentes publicadas entre 1996 e 2024, permitindo que partes interessadas avaliem a completude da documentação de patentes disponíveis, além de obter informações sobre pedidos e patentes que fazem parte do conjunto de Documentação Mínima do PCT.
- Contratada solução para extração automática de conteúdo de documentos de patentes "OCR".

**P 1.08: Distintividade Adquirida e Marcas Não Tradicionais**

- Aberta consulta pública sobre distintividade adquirida de marcas para interessados encaminharem comentários e sugestões ao novo normativo com diretrizes de análise.
- Realizados sondagem sobre registro de marcas não-tradicionais com representantes nacionais da sociedade civil e estudo comparativo (benchmarking) com escritórios de PI internacionais.

**P 1.09: Otimização e Automação do Fluxo de Contratos**

Informações do Sistema de Averbação de Contratos de Tecnologia do INPI integradas com a base de dados da Secretaria Especial da Receita Federal (RFB), simplificando e automatizando o preenchimento de averbação/registro de contratos pelos usuários contratantes brasileiros.

**P 1.12: Programa de Revisão da Qualidade do Exame**

- Implementado o módulo de avaliação da conformidade do exame de marcas e patentes, automatizando o processo de verificação de conformidade dos exames de direitos de PI e relatórios do PCT no sistema automatizado.
- Iniciado o desenvolvimento (especificação) do módulo de amostragem do sistema de revisão da qualidade.

**P 1.20: Reestruturação da Segunda Instância**

- Implementado o efeito "devolutivo pleno", com adequação nos sistemas internos de exame de marcas e patentes às diretrizes técnicas.
- Divulgadas as diretrizes institucionais de instrução de recursos e processos administrativos de nulidade previstos na LPI (Lei da Propriedade Industrial).
- Revisados indicadores e metas de desempenho da segunda instância, com previsão de proposição de novos indicadores estratégicos em 2025.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

O tempo de decisão técnica de pedidos de patentes ficou ligeiramente abaixo do planejado para 2024: 4,4 anos versus 4,5 anos e 3,2 anos versus 3,5 anos, desde a entrada no INPI e desde o pedido de exame ao INPI, respectivamente. Porém, ainda estamos muito distantes e evoluindo a um ritmo abaixo do necessário para concretizar a meta estratégica de 2 anos até 2026.

Da mesma forma, ainda que as metas de tempo de decisão técnica de pedidos de marcas para 2024 tenham sido alcançadas ou superadas, os resultados de 15,8 e 22,9 meses para pedidos sem e com oposição, respectivamente, evidenciam a tendência de crescimento da curva e o quanto ainda estamos afastados de uma trajetória virtuosa de desempenho capaz de viabilizar a meta estratégica de decidir um pedido de registro de marca em 1 mês até 2026.

Cabe ressaltar que, tanto para patentes como para marcas, o alcance dos ousados resultados almejados exigirá, fundamentalmente, a implementação articulada de medidas em duas frentes: a alocação suficiente e sustentada de recursos humanos; e a revisão do marco legal da propriedade industrial no país.

Em Desenho Industrial, a meta de 2024 ficou comprometida pelo esforço intensivo temporariamente dedicado ao projeto estratégico “IPAS-DI”, de automação do fluxo de desenho industrial. Além da necessidade de deslocamento da equipe para saneamento no Sistema das informações dos pedidos de DI, a equipe precisou ser treinada para operar com o Sistema novo, gerando uma curva de aprendizagem dos examinadores no Sistema.

Os avanços obtidos em 2024 com relação à alocação de recursos humanos, por meio de concurso público, apesar de necessários, ainda são absolutamente insuficientes para viabilizar uma resposta operacional do INPI à altura dos desafios colocados e dimensionados em metas de resultados.

Do mesmo modo, as propostas apresentadas pelo INPI para alteração da LPI tramitam no Poder Legislativo, porém ainda sem perspectivas concretas e previsíveis de aprovação e, portanto, de efetiva operacionalização.





## Objetivo Estratégico 2

**Disseminar a Cultura e o uso Estratégico da Propriedade Industrial para a Competitividade, a Inovação e o Desenvolvimento do Brasil**

### • Plano Estratégico

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
Nota do programa Pós-Graduação de Propriedade Intelectual e Inovação na avaliação da CAPES	Nota 5
Percentual de intenção de proteção de ativos de PI por parte dos egressos do Programa de Mentoría em PI	90%
Percentual de ampliação da quantidade de novas instituições alcançadas pelas unidades regionais em relação ao biênio anterior	15%
Disponibilização de dados de texto completo de pedidos de patente publicados para outros escritórios*	100%
*No formato XML, em conformidade com o Padrão OMPI ST.36.	
Disponibilização da lista de pedidos de patente publicados pelo INPI*	100%
*Em conformidade com Padrão OMPI ST.37 – Authority Files. Mede o percentual de cobertura da lista de pedidos publicados pelo INPI a partir de 1972.	
Número de estudos de prospecção tecnológica publicados no INPI	18
Número de estudos de inteligência estratégica em PI	2

Fonte: Plano Estratégico INPI 2023-2026

O Objetivo 2 está relacionado à expansão da ação institucional direcionada à promoção pública PI, com foco nas empresas e instituições residentes no País.

A disseminação da cultura de PI tem entre outros focos de atenção, a inserção da PI na educação básica e superior, a capilaridade da ação regional do INPI, a produção de estudos de inteligência estratégica em PI, bem como a inserção da proteção da PI no âmbito do financiamento público à inovação e o apoio ao combate à falsificação, em parceria com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

### • Principais indicadores e resultados do Plano de Ação 2024

INDICADOR	RESULTADOS			META 2024
	2022	2023	2024	
Nota do programa Pós-Graduação de Propriedade Intelectual e Inovação na avaliação da CAPES	Nota 5	Nota 5	Nota 5	Nota 5
Percentual de intenção de proteção de ativos de PI por parte dos egressos do Programa de Mentoría em PI	87%	88%	90,3%	89%
Percentual de ampliação da quantidade de novas instituições alcançadas pelas unidades regionais em relação ao biênio anterior	10%	10%	20,6%	12%
Número de estudos de prospecção tecnológica e de inteligência estratégica em PI concluídos	3	6	6	8
Número de iniciativas inscritas no Prêmio PI Nas Escolas	-	100	76	100
Percentual de disponibilização da lista de pedidos de patente publicados pelo INPI, em conformidade com Padrão OMPI ST37	-	40%	54%	53%

Fonte: Planos de Ação Anuais



- **Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 2**

**P 2.01: Programa de Inteligência em PI**

Principais Estudos entregues:

- Circuitos Integrados;
- Tecnologia CRISP Aplicada à Agricultura;
- MAbs HER2+;
- Fluxo Patentes no Mercosul;
- Biotecnologia;
- Perfil do trâmite prioritário de Patentes Verdes.

**P 2.02: Provimento de Informações sobre Transferência de Tecnologia**

- Lançado o Panorama de Informações sobre Contratos de Tecnologia, um painel interativo (dashboard) apresentando de forma visual e prática informações sobre averbação e registro de contratos, auxiliando os agentes econômicos e públicos na tomada de decisão de investimento e formulação de políticas públicas.
- Capacitados os mentores do INPI em noções gerais de transferência de tecnologia.

**P 2.04: Remodelagem da Ação Regional do INPI**

Aprovado novo modelo de ação regional, com critérios para distribuição geográfica das Unidades Regionais no País baseados no IBID.

**P 2.05: Programa PI nas Escolas**

Realizado o II Prêmio PI nas Escolas, com participação de 76 iniciativas inscritas, incluindo a premiação na categoria Meninas STEAM.

**P 2.06: Programa de Combate à Falsificação**

Realizado o lançamento do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Indicações Geográfica, plataforma digital que dá suporte a produtores e agentes de fiscalização para combater a falsificação e evitar os prejuízos aos empreendedores nacionais e à qualidade reconhecida das IGs brasileiras.

**P 2.08: Programa PI para BioInovação**

- Constituído o Observatório de Tecnologias Verdes em parceria com IFAM e SUFRAMA.
- Realizada a 2ª edição do Curso de Patentes e Bioinovação.
- Realizada a Oficina de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas para produtores da região amazônica.
- Realizadas 13 mentorias para projetos originários da Amazônia Legal.

**P 2.09: Programa PI para financiamento à Inovação**

Realizadas 3 (três) edições de Curso de PI específico para as 27 (vinte e sete) Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) do país.

**P 2.10: Programa PI para a Inovação e Competitividade dos Pequenos Negócios**

Formalizadas 40 (quarenta) mentorias junto ao SEBRAE, somando diferentes programas com mesmo perfil de atendimento de empreendedores em diferentes estados do Brasil.

**P 2.11: Estudo Econômico de Valoração de Ativos de PI**

Concluído benchmarking internacional sobre Valoração de Ativos Intangíveis em PI.

**P 2.12: Construção do “Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento” (IBID)**

Lançado o IBID, índice que retrata o cenário da inovação no Brasil, identificando líderes nacionais e regionais em inovação.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

Em 2024, foram produzidos seis estudos de prospecção tecnológica e inteligência estratégica de PI e realizadas 124 capacitações de empreendedores originários de estados da Amazônia Legal. A cooperação técnica com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual – CNCP expandiu-se ainda mais com o lançamento do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Indicações Geográficas.

# Diretório Nacional de Combate à Falsificação





## Objetivo Estratégico 3

Consolidar a Inserção do Brasil como Protagonista no Sistema Internacional de Propriedade Industrial.

- **Plano Estratégico**

INDICADOR DE DESEMPENHO	2023	META 2026
Início da operação no Acordo de Haia	Realizado em 01/08/2023	2023 a 2024

Fonte: Plano Estratégico INPI 2023 - 2026

O Objetivo Estratégico 3 é voltado para a agenda internacional do INPI para priorizar a expansão da participação do Brasil nos acordos e tratados mundiais de PI, com ênfase inicial na operacionalização do Acordo de Haia para registro de desenho industrial. A integração regional em PI ganha novo impulso, com foco nos países do Mercosul, e buscam-se as condições para a presença protagonista do INPI nos fóruns internacionais de PI, com especial atenção à OMPI e OMC.

- **Principais indicadores e resultados do Plano de Ação 2024**

INDICADOR	2024	META 2024
Grau de cobertura em foros multilaterais organizados pela OMPI considerados prioritários para o INPI	100%	88,88%

Fonte: Planos de Ação Anuais

- **Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 3**

**P 3.07: Promoção da Integração Regional em PI**

- Realizada primeira reunião da Comissão de PI do Mercosul.
- Criado Grupo Técnico de PI na ALADI.
- Realizado evento conjunto do INPI, DNPI e Sebrae sobre temática IG Binacional.
- Realizado Curso de formação para examinadores dos escritórios de PI de países lusófonos e da América Latina e Caribe, no âmbito do PROAMB dos novos servidores concursados.

**P 3.08: Programa PI para cultura exportadora e internacionalização de empresas**

- Promovidas pela Apex-Brasil 6 (seis) ações de capacitação para empresas sobre o uso estratégico da PI como ferramenta de acesso a mercados.
- Realizadas duas ações de capacitação para multiplicadores da Apex-Brasil.
- Realizadas dez mentorias para mulheres exportadoras, no âmbito do programa "Elas Exportam" (MDIC/Apex).

**P 03.09: Global PPH (GPPH)**

Realizada adesão do INPI ao Global PPH (GPPH), programa de cooperação multilateral entre escritórios de PI, para acelerar o processamento de pedidos de patentes.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI



A adesão do INPI ao programa Global Patent Prosecution Highway (Global PPH ou GPPH), em julho de 2024, impulsionou a inserção do Brasil ao sistema global de PI, entrega contemplada no Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). Além disso, houve avanços na promoção de uma integração regional com MERCOSUL por meio de ações e proposições técnicas do INPI aos demais países membro, resultando, por exemplo, na criação do Grupo Ad Hoc sobre PI do MERCOSUL.



## Objetivo Estratégico 4

Elevar o Conhecimento e o Reconhecimento do Valor do INPI para a Sociedade.

- **Plano Estratégico**

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
Engajamento do público-alvo e potencial do sistema de propriedade industrial brasileiro nas redes sociais do INPI (Facebook, Instagram e LinkedIn)	Crescimento de 20% de seguidores, em relação a 2022
Satisfação dos usuários em relação ao serviço prestado	4,8

Fonte: Plano Estratégico INPI 2023 - 2026

O Objetivo Estratégico 4, dedicado à comunicação institucional, busca fortalecer e aprimorar continuamente a imagem do INPI, projetando-o de forma cada vez mais positiva perante a sociedade. A divulgação do INPI para o público em geral exige novas abordagens de comunicação que transmitam a função e o valor do INPI e da propriedade industrial para a construção de um País inovador e competitivo, mas também para a vida diária das pessoas. A estratégia de uso intensivo das redes sociais está sendo aprimorada e intensificada, assim como o emprego de abordagens customizadas para atender às diferentes necessidades de informação de partes interessadas específicas.

- **Principais indicadores e resultados do Plano de Ação 2024**

INDICADOR	RESULTADOS			META 2024
	2022	2023	2024	
Engajamento do público-alvo e potencial do sistema de propriedade industrial brasileiro nas redes sociais do INPI (Facebook / Instagram / LinkedIn)	21.935	22.119	22.120	22.100
	15.365	23.879	33.000	26.270
	7.919	11.685	15.445	12.850

Fonte: Planos de Ação Anuais

- Principais entregas de projetos de suporte ao Objetivo 4

**P 4.01: Pesquisa de Percepção da Qualidade do Exame**

Pregão realizado, com empresa vencedora definida, e programação de realização da pesquisa com partes interessadas no exame de marcas, patentes e desenhos industriais em 2025.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

A meta estabelecida de “engajamento do público-alvo e potencial do sistema de propriedade industrial brasileiro nas redes sociais do INPI” no Plano Estratégico 23-26 já foi superada. No entanto, o INPI mantém-se firme no propósito de intensificar a comunicação institucional, por meio de planos de marketing específicos para as principais redes sociais de interesse do Instituto, como Instagram, Twitter, Linkedin e Youtube. Em relação ao Facebook, constatou-se a necessidade de rever a estratégia de engajamento pois a participação dos usuários vêm decrescendo nesta plataforma no cenário global. Outras ações específicas de capacitação do público interno do INPI foram realizadas, como oficinas para publicadores digitais do Instituto e de linguagem simples e inclusiva.





# Destaques dos Objetivos Estratégicos de 5 a 9

## Objetivos Estratégicos de Suporte e Gestão Organizacional

- **Plano Estratégico**

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2026
<b>Objetivo Estratégico 5 - Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários</b>	
Disponibilidade dos sistemas PAG e peticionamentos	99%
Número de eventos de indisponibilidade dos sistemas com interface com os usuários externos (Busca, PAG e Peticionamentos)	1
<b>Objetivo Estratégico 6 - Assegurar financiamento sustentável para modernização e expansão da capacidade de prestação de serviços</b>	
Execução Orçamentária	99%
<b>Objetivo Estratégico 7 - Garantir a recomposição e retenção da força de trabalho dimensionada para atender uma demanda crescente e sustentar o alto desempenho na prestação de serviços</b>	
Percentual projetado de recomposição do quadro de servidores	97%
<b>Objetivo Estratégico 8 - Prover suporte de logística e infraestrutura econômico, eficiente e sustentável</b>	
Índice de Execução do PCA – Plano de Contratação Anual	100%
Índice de Execução do Programa de Logística Sustentável (acumulado)	100%
Obtenção do selo A3P da Agenda Ambiental na Administração Pública	-
Taxa de Ocupação Predial (m <sup>2</sup> /pessoa) na Sede do INPI no Rio de Janeiro	7 m <sup>2</sup>
<b>Objetivo Estratégico 9 - Aprimorar as práticas de governança e gestão, e de relacionamento institucional</b>	
Nível do Modelo de Excelência da Gestão® (MEG/FNQ)	Bronze
Tempo Médio de Atendimento dos Canais Institucionais de Tratamento de Manifestações	5 dias
Satisfação com o Relacionamento e a Transparência Institucionais	90%

Fonte: Plano Estratégico INPI 2023 - 2026



Os Objetivos Estratégicos de 5 a 9 concentram as metas e projetos associados aos macroprocessos de suporte e gestão, que foram traçados para serem implementados até 2026 com foco na transformação e excelência das práticas e resultados de governança e gestão do INPI.

Os Objetivos Estratégicos de suporte e gestão abordam a construção das bases para o alcance sustentável da visão de futuro de oferecer à sociedade um INPI de classe mundial. Estão diretamente relacionados a dois dos principais fatores críticos para viabilização do planejamento estratégico institucional: a maior autonomia na utilização da receita de serviços do INPI (Objetivo Estratégico 6); e a recomposição de pessoal (Objetivo Estratégico 7). Assim como apresentam estratégias para o fortalecimento da capacidade tecnológica (Objetivo Estratégico 5), da logística e infraestrutura institucional (Objetivo Estratégico 8) e para a modernização do modelo de governança e da gestão (Objetivo Estratégico 9).

## • Principais indicadores e resultados do Plano de Ação 2024

INDICADOR DE DESEMPENHO	RESULTADOS			META 2024
	2022	2023	2024	
<b>Objetivo Estratégico 5 - Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários</b>				
Disponibilidade do sistema PAG	-	98,74%	97,93%	99%
Disponibilidade do sistema e-Contratos	-	98,87%	98,74%	99%
Disponibilidade do sistema e-Marcas	-	98,81%	97,83%	99%
Disponibilidade do sistema Peticionamento Eletrônico	-	98,26%	98,85%	99%
Número de dias de indisponibilidade dos sistemas com interface com os usuários externos (Busca, PAG e Peticionamentos)	12	16	8	16
<b>Objetivo Estratégico 6 - Assegurar financiamento sustentável para modernização e expansão da capacidade de prestação de serviços</b>				
Execução Orçamentária	98%	98%	98,7%	98%
<b>Objetivo Estratégico 7 - Garantir a recomposição e retenção da força de trabalho dimensionada para atender uma demanda crescente e sustentar o alto desempenho na prestação de serviços</b>				
Percentual de ocupação do total de cargos previstos para o INPI	-	50%	63,5%	64%
<b>Objetivo Estratégico 8 - Prover suporte de logística e infraestrutura econômico, eficiente e sustentável</b>				
Índice de Processamento das Contratações – IPC	-	82,14%	93,94%	85%
Índice de Disponibilidade da Infraestrutura e Serviços Essenciais – IDIS	-	100%	99,45%	100%
Índice de Contratações Sustentáveis – ICS	-	87,63%	91,41%	90%
<b>Objetivo Estratégico 9 - Aprimorar as práticas de governança e gestão, e de relacionamento institucional</b>				
Tempo Médio de Atendimento dos Canais Institucionais de Tratamento de Manifestações	7,8 dias	5,3 dias <sup>1</sup>	5,49 dias	7,5 dias
Satisfação com o Relacionamento e a Transparência Institucionais	88,78%	89,38%	89,61%	92,5%
Nível de Qualificação no Modelo de Maturidade correcional – CRGMM	-	Qualificação 2 - Integrado	Qualificação 3 - Integrado	Qualificação 3 - Integrado

Fonte: Planos de Ação Anuais

<sup>1</sup> Tempo Médio de Atendimento de 2023 difere do Relatório de Gestão anterior, em razão de erro material prévio.



- **Principais entregas de projetos de suporte aos Objetivos de 5 a 9**

**Objetivo Estratégico 5**

- Formalizado Termo de Execução Descentralizada (TED) com Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) para desenvolvimento do Novo Portal de Serviços do INPI.
- Implantada ferramenta de Avaliação Pós-Consumo e início da medição de satisfação dos usuários.
- Contratada Nova Fábrica de Software.
- Implantada Nova Metodologia de Desenvolvimento de Software.
- Concluída contratação do novo serviço de *Colocation* (armazenamento e segurança de dados sigilosos).
- Política de Uso de IA do INPI publicada.

**Objetivo Estratégico 7**

- Proposta de projeto de lei de reestruturação e redesenho do Plano de Carreiras e Cargos do INPI encaminhada ao MDIC.
- Concluídos em outubro a nomeação, o ingresso e o programa de ambientação de novos servidores concursados. Em andamento as tratativas de gestão junto ao governo para nomeação do cadastro de reserva.
- Encaminhados ao MDIC e ao MGI o pleito de realização de novo concurso público para cargos efetivos e criação de novos cargos de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em PI e de Tecnologista em PI, conforme necessidade verificada no Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT.
- Concluída a classificação das ocupações críticas da Diretoria de Administração (DIRAD) e iniciada a identificação das competências essenciais também da DIRAD, para posterior expansão às demais Diretorias.

**Objetivo Estratégico 6**

Realizada consulta pública da nova Política de Preços junto às partes interessadas em parceria com o MDIC, com previsão de publicação da política em 2025.

**Objetivo Estratégico 9**

- Realizada pesquisa quantitativa com micro, pequenas e médias empresas e usuários inexperientes no setor de PI acerca de seu entendimento sobre Propriedade Industrial, bem como pesquisa qualitativa e evento com interessados no sistema de marcas.
- Política de Relacionamento e Transparência do INPI atualizada e publicada, com início da divulgação do piloto de Diálogos Diretos com Usuários prevista para 2025.
- Aprovada pela Diretoria a proposta final de revisão da estrutura organizacional, a ser encaminhada ao MDIC em 2025.
- Elaborado Plano de Melhoria de Gestão (PMG) com base no Diagnóstico de Maturidade da Gestão (DMG) do MEG.
- Divulgado resultado da pesquisa de percepção do público interno sobre o MEG para apoiar a campanha de disseminação do modelo realizada em 2024.

Fonte: CGPE/DIREX/INPI

Com relação a um dos fatores críticos para viabilizar o planejamento estratégico institucional - a recomposição de pessoal (Objetivo Estratégico 7) - destacam-se em 2024 o ingresso e o programa de ambientação de novos servidores concursados, o que representou uma melhora no percentual de ocupação do total de cargos previstos para o INPI. No entanto, a recomposição de 97% do quadro de servidores almejada para 2026 é bem acima da situação observada ao final de 2024, com apenas 63,5 % do quadro de pessoal autorizado, efetivamente, preenchido. Há de se ressaltar que o INPI ficou ligeiramente abaixo da meta (64%), pois já houve perda de novos servidores, dada à baixa atratividade da carreira do INPI em comparação a outras instituições públicas.

Nessa linha, é importante destacar também que proposta de projeto de lei de reestruturação e redesenho do Plano de Carreiras e Cargos do INPI foi encaminhada ao MDIC.

Também estão em andamento as tratativas da Gestão junto ao governo para nomeação do cadastro de reserva e foi encaminhado ao MDIC e ao MGI o pleito de realização de novo concurso público para cargos efetivos e criação de novos cargos de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em PI e de Tecnologista em PI.

Por fim, é relevante mencionar que foi concluída a consulta pública da nova Política de Preços junto às partes interessadas em parceria com o MDIC, o que constitui um passo importante para o avanço das discussões de maior autonomia no acesso à receita de serviços arrecadada. A efetiva utilização da receita de serviços para custear a infraestrutura física e tecnológica, bem como permitir a contratação de pessoal em número compatível com a demanda, é condição essencial para consecução dos objetivos estratégicos institucionais. A nova Política de Preços do INPI tem previsão de publicação em 2025.



# Agendas Transversais

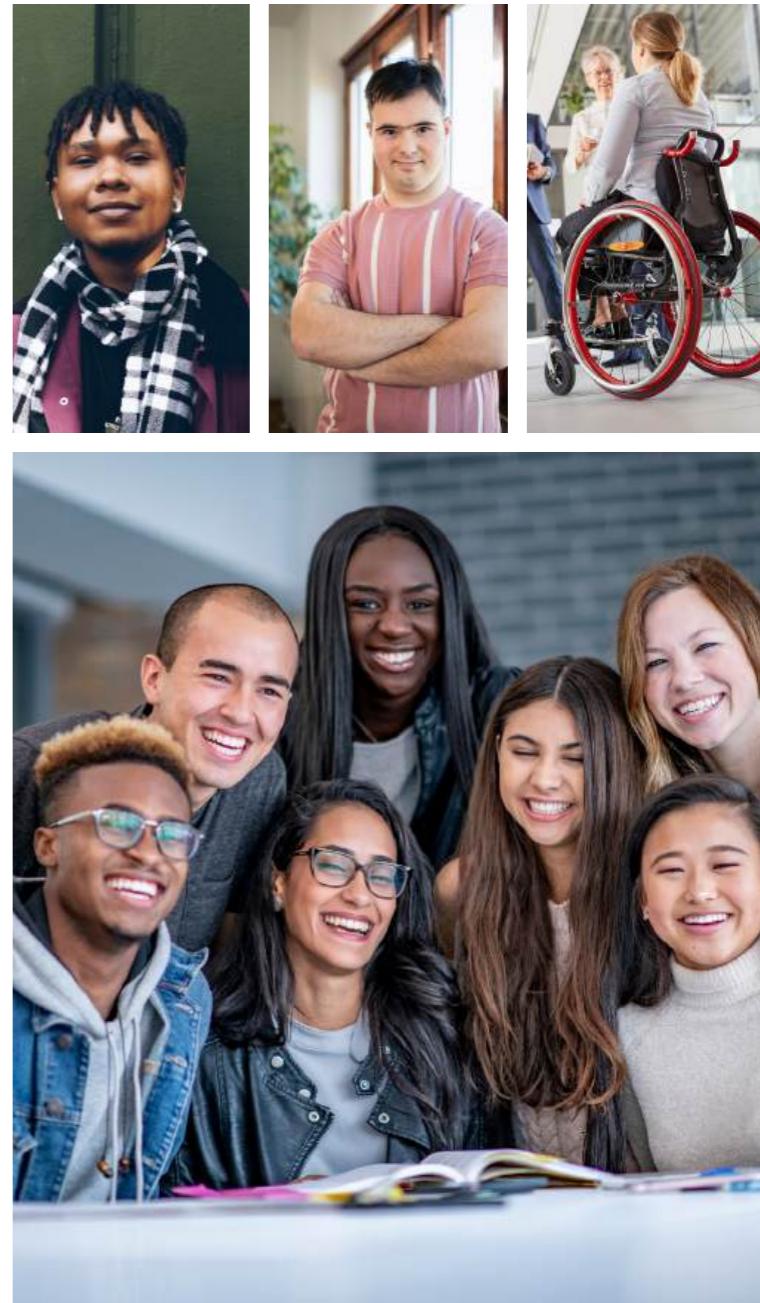
## Programa de Gênero, Diversidade e Inclusão 2024

O Comitê Estratégico de Gênero, Diversidade e Inclusão (CEGDI) do INPI foi instituído pela Portaria INPI/PR nº 242, de 21 de outubro de 2022. É um comitê de natureza consultiva e propositiva, especificamente voltado à promoção dos temas de gênero, diversidade e inclusão na área de PI.

Destacando a contribuição internacional como catalisador, a criação do comitê foi impulsionada pelos esforços globais em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), pelo incentivo daOMPI, pela participação do INPI na Rede Latino-Americana de Propriedade Intelectual e Gênero e pela parceria com o Reino Unido no Projeto Escritório Brasileiro de Propriedade Intelectual para o Século 21.

Avançando na conscientização sobre a importância da diversidade no campo da propriedade intelectual, a criação do Comitê representou uma conquista ao estabelecer um colegiado especializado na promoção de atividades pró diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça no sistema de propriedade intelectual, tanto interna, quanto externamente ao INPI; contribuindo assim para a reparação de desigualdades e defesa dos direitos humanos.

Assim, o CEGDI é responsável por elaborar a Política de Gênero, Diversidade e Inclusão do INPI, conjuntamente com a Coordenação de Recursos Humanos do Instituto; por propor e monitorar atividades relacionadas aos temas do Comitê nos planos de ação anuais, por promover articulações interinstitucionais pró-equidade e desenvolver estudos, pesquisas e materiais pedagógicos para implementar e divulgar essa política.



**Figura: Temas de foco do CEGDI****Figura: Entregas do Programa em 2024**

- 
- Realização de Processo Seletivo para compor o CEGDI (jan/24)  
Realização de eventos sobre mulheres e PI com, pelo menos, uma parceira nacional no Dia Internacional da Mulher (mar/24)  
Realização do evento sobre comunidade LGBTQIAPN+ e PI (jun/24)  
Organização da VI Reunião Regional da OMPI sobre "PI e Equidade de Gênero" (ago/24)  
Publicação do suplemento temático de Estatística de PI & Gênero no Brasil, no âmbito do Anuário Estatístico do INPI (set/24)  
Capacitação em Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) para novos servidores (set/24)  
Realização do 2º Seminário de Negras e Negros na PI (nov/24)  
Inserção da página do CEGDI no portal do INPI (dez/24)  
Realização de sessões de mentorias individuais com mulheres do Programa Elas Exportam - Mulheres e Negócios Internacionais (APEX/MDIC) e 3ª edição do Programa de Mentoría Coletiva em PI (dez/24)  
Capacitação dos membros do CEGDI em tópicos de diversidade, equidade e inclusão (ao longo de 2024)

Além das entregas descritas, o Comitê, operante desde abril de 2024, reuniu-se em assembleia sete vezes, realizou três rodas de conversa com os servidores e colaboradores para compreender melhor suas demandas, participou da formação dos 120 novos servidores e palestrou nas reuniões das Diretorias a fim de promover o letramento e a conscientização de todos.

O INPI também participou do 2º Seminário Internacional de Mulheres em Propriedade Intelectual, promovido pela Rede IP Female, com apoio do Instituto. Em parceria com a OMPI, organizou o “Foro de Equidade de Gênero na Propriedade Industrial (PI): Políticas e Ações Institucionais na América Latina”, com a participação de representantes de institutos de PI de 16 países da região. Participou, ainda, como membro da Rede Equidade, do III Seminário de Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão.

# Sustentabilidade Ambiental

Por meio da Portaria INPI n.º 48, de 06 de novembro de 2023, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Bioeconomia – a COSBIO, como instância colegiada de governança e gestão das atividades relacionadas ao meio ambiente no âmbito do INPI.

A COSBIO é responsável por planejar e coordenar as atividades do INPI ligadas à PI e à sustentabilidade ambiental, definindo diretrizes, objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos. Também monitora a execução e avalia os resultados dessas ações, promove a integração interna, capacita servidores sobre PI e meio ambiente, orienta a Alta Administração em políticas ambientais e assegura alinhamento com o [Plano Diretor de Logística Sustentável](#).

Em 2024, as atividades relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade ambiental foram consolidadas e monitoradas de forma institucional com a governança do COSBIO, que também estabeleceu diretrizes, objetivos, iniciativas e indicadores estratégicos das atividades na temática ambiental.



- Resultado anual das iniciativas da COSBIO

Planejado	Realizado
Participação na Plataforma Wipo Green Aceleration Project	O INPI participou da 4ª fase do Wipo Green Aceleration Project, colaborando para a contratação de consultores pela OMPI para realizar ações de rodadas de negócios no campo de Bioinsumos.
Participação na Iniciativa IPO Green	O INPI apresentou um webinar para o IPO Green no dia 25 de junho sobre a COSBIO e o INPI.
Projeto de Indicações Geográficas da Comissão de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP) da OMPI	De 05 a 08 de agosto, foi realizado workshop para representantes da IG Norte de Minas, produtora do mel de aroeira, em Montes Claros (MG)
Projeto de estruturação do Observatório de tecnologias verdes da Amazônia	No dia 4 de novembro, o INPI lançou o Observatório de Tecnologias Verdes durante a ExpoAmazônia Bio & TIC, em Manaus (AM).
Acordo de Cooperação Técnica com a SUFRAMA e IFAM	Foi realizada a 2ª edição do Curso de Patentes e Bioinovação e a Oficina de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas para produtores da região amazônica.
Programa-Piloto de Mentoria em Indicação Geográfica (IG)	Um Agrupamento da Região Norte e um agrupamento da Região Nordeste foram selecionados e capacitados e as mentorias de IG para os agrupamentos selecionados foram iniciadas.
Programa de Logística Sustentável	Foi otimizado o layout de ocupação de andares do INPI, com a devolução de espaço extra locado. Foram doados bens inservíveis a outros órgãos, entidades da Administração Pública e organizações sociais e reciclagem por meio do Programa Coleta Seletiva Cidadã.
Radares Tecnológicos de Tecnologias Verdes	Foi elaborado Radar Tecnológico sobre "novos materiais para baterias (em substituição ao lítio)" e um estudo da série "Inteligência Estratégica em Inovação" sobre o tema "Biocombustíveis".
Patentes Verdes	Foi apresentado para o Instituto de PI da República Dominicana o Programa Patentes Verdes, para avaliação de possível implementação do programa nesse país.
Atividades Acadêmicas sobre sustentabilidade ambiental e bioeconomia	No dia 15 de abril, foi realizado um "PI em Questão" sobre a Comissão Intergovernamental da OMPI de Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore; Em setembro, no ENAPID, foi realizada uma mesa de discussão sobre sustentabilidade ambiental e bioeconomia.

Fonte: CGLI/DIRAD/INPI

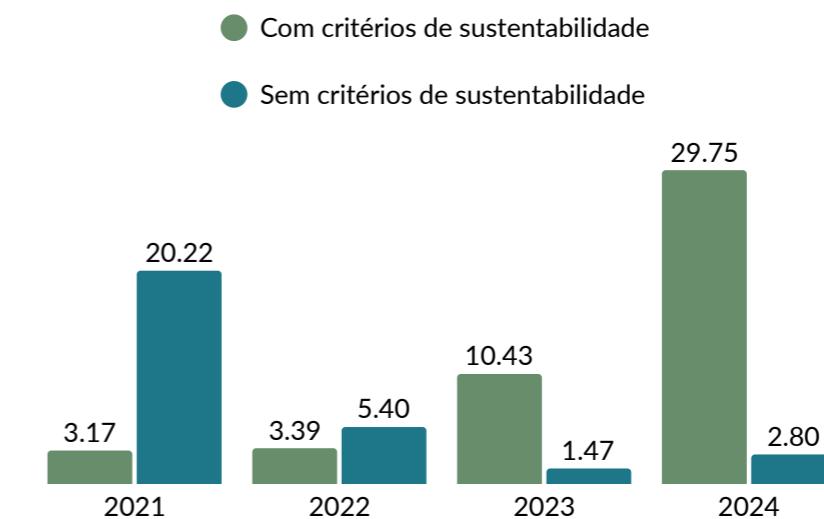
- Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

Diversas práticas de sustentabilidade na Gestão de Logística e Infraestrutura são adotadas de forma continuada, inserindo, sempre que aplicável,<sup>2</sup> critérios de sustentabilidade nas suas contratações e aquisições. Os casos não aplicáveis referem-se aos objetos que não tenham impacto ambiental relevante ou não haja padrões e critérios de sustentabilidade previstos na legislação ou em práticas de mercado, como licenças de softwares e acesso a bases de dados internacionais.

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) estabelece diretrizes e promove iniciativas para fomentar o desenvolvimento sustentável através da Gestão de Logística e Infraestrutura.

São dez diretrizes que devem nortear o planejamento das contratações, integrando práticas sustentáveis nas compras públicas durante todo o ciclo da contratação, desde o planejamento, a seleção do fornecedor, a execução e fiscalização do contrato até a destinação final dos rejeitos e resíduos.

Gráfico – Contratações sustentáveis (R\$ milhões)

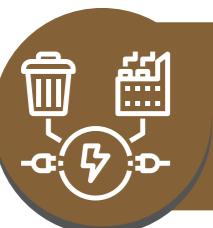


Fonte: CGLI/DIRAD/INPI

<sup>2</sup> As Equipes de Planejamento das Contratações são orientadas a aplicar critérios de sustentabilidade nas contratações, utilizando como parâmetro de referência o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU



- Ações para redução do consumo de recursos naturais

**Redução de resíduos poluentes**

Os resíduos perigosos e poluentes, como lâmpadas fluorescentes, componentes eletrônicos, pilhas e baterias são destinados por empresas licenciadas para garantir a destinação correta.

**Destinação adequada de Resíduos**

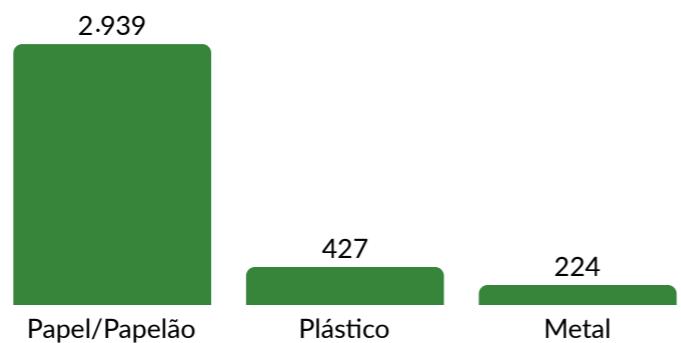
Para garantir a disposição final ambientalmente adequada de bens móveis inservíveis do Instituto é realizada a destinação para cooperativa credenciada no Programa Coleta Seletiva Cidadã. Na substituição de lâmpadas, a logística reversa é de responsabilidade da empresa de engenharia contratada para manutenção predial, por se tratar de material perigoso e contaminante. Os resíduos gerados nas atividades diárias são coletados e destinados pelo Condomínio.

**Consumo de materiais**

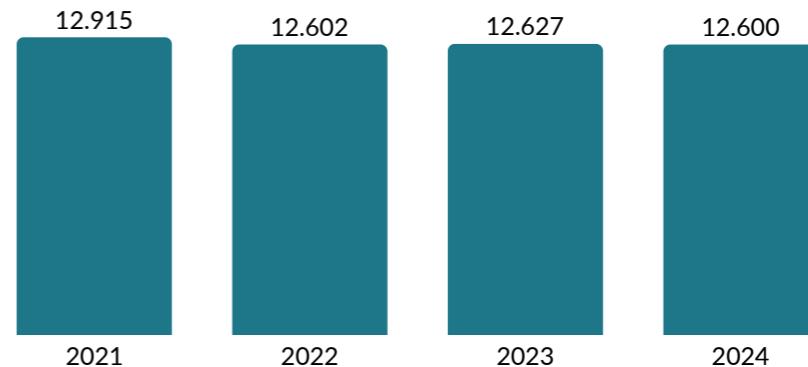
A adesão ao Almoxarifado Virtual Nacional contribuiu para aumento dos níveis de planejamento, gestão e controle do processo de aquisição, racionalizando o consumo e dando maior transparência. Reduziu-se a necessidade de manter estoques, evitando perdas por obsolescência e deterioração de materiais. Outro benefício obtido foi a redução da quantidade de contratações para aquisição de materiais, tornando o processo de suprimentos mais ágil e eficiente.

**Água**

O consumo de água na Sede tem se mantido estável ao longo dos últimos anos, graças à manutenção preventiva do sistema hidráulico, manutenção dos filtros de água potável e utilização de torneiras com fechamento automático.

**Gráfico – Resíduos Reciclados (kg) em 2024**

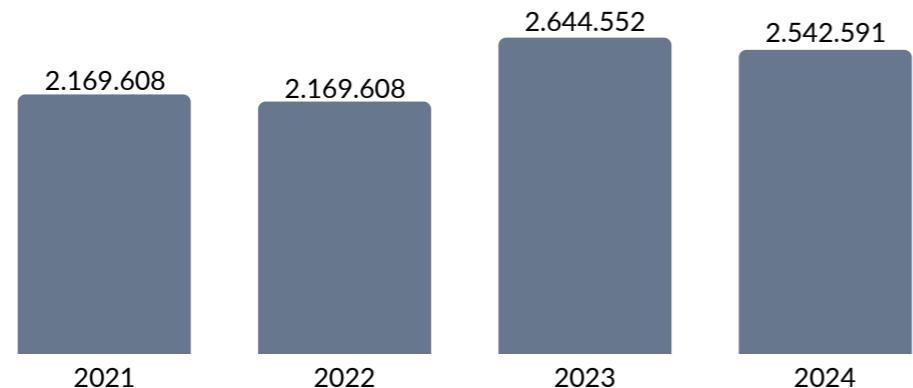
Fonte: CGLI/DIRAD/INPI

**Gráfico – Consumo de Água (m<sup>3</sup>) INPI Sede**

Fonte: CGLI/DIRAD/INPI

**Energia Elétrica**

Observa-se a manutenção do consumo de energia elétrica nos últimos anos, graças à substituição de lâmpadas por modelos mais eficientes, à redução do tempo de operação do sistema de ar condicionado central e à configuração dos equipamentos de informática para redução automática do consumo de energia quando não estiverem sendo utilizados.

**Gráfico – Consumo de Energia Elétrica (kWh)**

Fonte: CGLI/DIRAD/INPI



# Panorama dos Principais Recursos Críticos para o Alcance dos Resultados

## Gestão de Pessoas

- **Conformidade legal:** principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamento e de pessoas
  - Publicação da Instrução Normativa INPI/PR nº 04, de 4 de setembro de 2024, que dispõe sobre o acompanhamento e avaliação de desempenho para fins de estágio probatório dos novos servidores nomeados no INPI;
  - Publicação da Portaria INPI/PR nº 143, de 23 de agosto de 2024, que nomeou os candidatos aprovados no concurso público para o provimento de cargos do INPI, nos termos do Edital 11 – INPI, de 14 de maio de 2024;
  - 27 demandas atendidas no sistema e-CGU(e-AUD);
  - Acompanhamento e atualização, no sistema AGATHA, das atividades que envolvem riscos, no âmbito da CGRH.





## • Evolução e composição do quadro de pessoal do INPI

A evolução do quadro de pessoal do INPI é atualizada periodicamente. Para ter acesso, [clique aqui](#). Tais informações são extraídas do sistema DW SIAPE.

Analizando o referido painel, notadamente na opção “evolução funcional – quadro geral”, constata-se que, em virtude da nomeação dos servidores aprovados em concurso público, houve um aumento de 10,47% no total de servidores, com relação ao ano de 2023.

No que tange à evolução da ocupação de cargos e funções de chefia por pretos e pardos, visando atender o disposto no Decreto 11.443, de 21 de março de 2023, verifica-se que houve uma redução da ocupação em 2024, não atendendo, ainda, os percentuais mínimos previstos no referido diploma legal. Com relação ao quantitativo de chefias ocupadas por mulheres, o painel mostra que não houve variação, comparado ao ano de 2023.

Analizando a evolução funcional por faixa etária e média de idade, nota-se uma pequena queda na idade média dos servidores do INPI, em virtude da nomeação e posse dos novos servidores em 30 de agosto de 2024.

No que diz respeito à evolução funcional por escolaridade, ao longo dos anos, resta claro um aumento cada vez maior no quantitativo de servidores com doutorado e mestrado, o que denota o alto grau de instrução do quadro de servidores do Instituto.

## • Capacitação dos servidores do INPI

### - A Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI (Academia do INPI)

Desde sua criação, a Academia do INPI atua como importante centro de treinamento, educação e pesquisa em propriedade intelectual e inovação no Brasil, constituindo-se na instituição governamental de referência no tema.

O portfólio anual de atividades da Academia demonstra as estratégias e iniciativas articuladas para que permaneça fornecendo ampla possibilidade de capacitação em propriedade intelectual e inovação para a sociedade brasileira, além de aumentar o escopo de opções de formação, conectando o desenvolvimento socioeconômico do país ao processo de inserção comercial global e vice-versa.

Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação Profissional de Propriedade Intelectual e Inovação, da Academia do INPI, é detentor do conceito 5 (cinco) atribuído pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), resultante da avaliação quadrienal de 2017 a 2020 nas dimensões “Programa” (destinada a avaliar o funcionamento, estrutura e planejamento do Programa de Pós-Graduação em relação a seu perfil e seus objetivos), “Formação” (destinada a avaliar o foco na qualidade dos recursos humanos formados) e “Impacto” (destinada a avaliar os impactos gerados pela formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos do Programa).

No ano de 2024, 18 (dezoito) doutorandos e 16 (dezesseis) mestrandos concluíram a sua titulação no âmbito do Programa de Pós-Graduação, que, no mesmo período, ofertou 25 (vinte e cinco) disciplinas, totalizando 1.230 (mil duzentas e trinta) horas-aula.



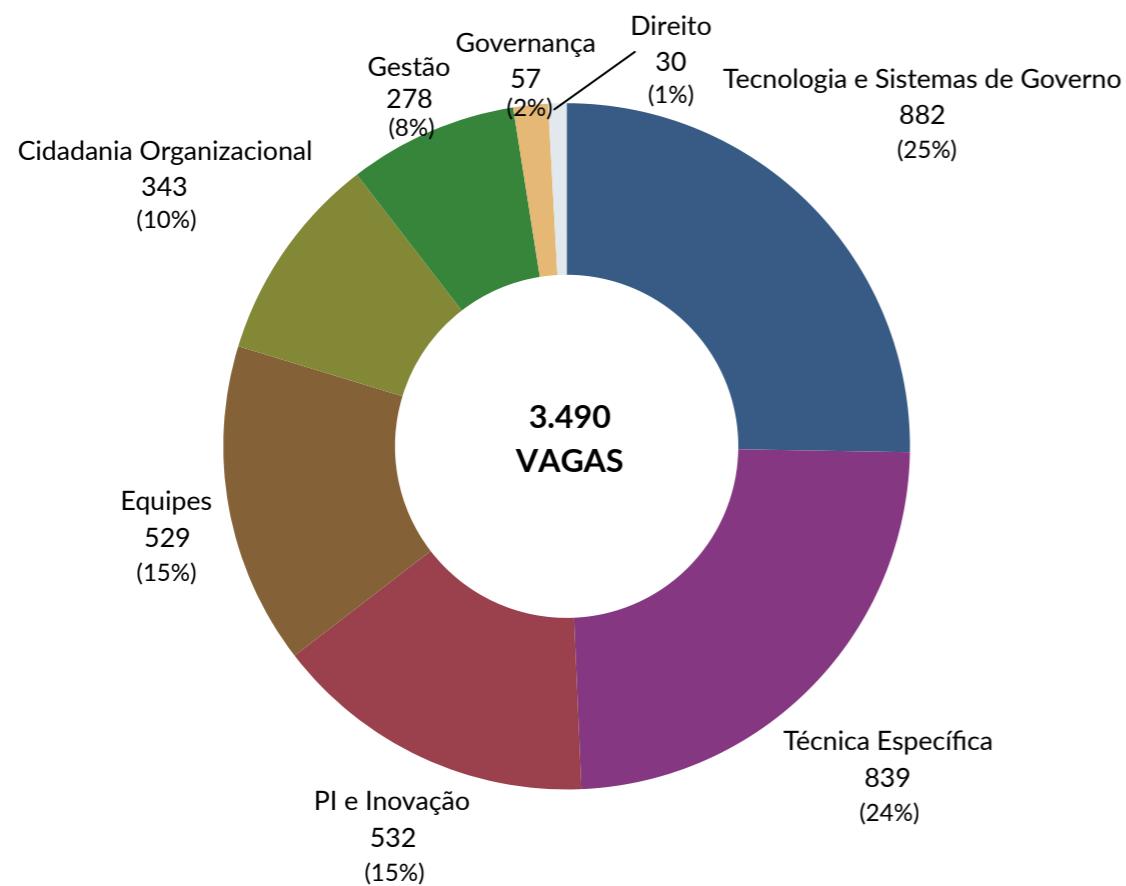
O Programa de Desenvolvimento de Pessoas do INPI objetiva, em essência, a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados ao cidadão e o desenvolvimento das competências individuais do servidor, com o consequente desenvolvimento das competências organizacionais. Foi elaborado e executado em 2024 em consonância com o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Sob a lógica de um programa de formação contínua do corpo funcional do Instituto, as ações de capacitação providas pelo Centro de Educação Corporativa (CETEC) tiveram foco no alcance do maior número possível de servidores e na diversificação do conteúdo de aprendizado, a partir do levantamento de necessidades de treinamento realizado em 2023 e da inclusão de novas capacitações no decorrer de 2024.

As ações de capacitação foram priorizadas e viabilizadas durante o ano, sendo compatibilizadas com as lacunas de competência identificadas e com o orçamento disponível. Desse modo, foram definidas as trilhas formativas nas seguintes áreas:

- **Técnica Específica:** foco técnico, que englobam conhecimentos relacionados às atividades específicas das unidades finalísticas e/ou administrativas.
- **Tecnologia e Sistemas de Governo:** foco técnico, voltados para o uso da tecnologia da informação e dos sistemas de governo por todas as áreas do INPI.
- **Direito:** foco técnico, que englobam noções de direito relacionadas às atividades específicas das unidades finalísticas e/ou administrativas.
- **Governança:** foco gerencial e técnico, relacionados à gestão de riscos, programas de integridade e gestão da qualidade.
- **Gestão:** foco gerencial, relacionados ao desenvolvimento e aprimoramento de competências necessárias aos gestores atuais e potenciais.
- **Equipes:** foco comportamental, relacionados ao desenvolvimento de equipes de trabalho com maior integração e sinergia.
- **Idiomas:** foco técnico, voltados para o domínio de línguas estrangeiras, tendo em vista os acordos internacionais dos quais o INPI é signatário.
- **PI e Inovação:** foco técnico, relacionados a conhecimentos gerais sobre propriedade intelectual e inovação.
- **Cidadania Organizacional:** foco comportamental que visam ao desenvolvimento de valores relacionados à ética, equidade e coletividade.

No total, 780 servidores se capacitaram em 2024, entre treinamentos promovidos pelo INPI ou de iniciativa própria do servidor. Considerando todas as participações, isto é, admitindo-se repetição de servidores, foram 3.490 vagas executadas em ações de capacitação.

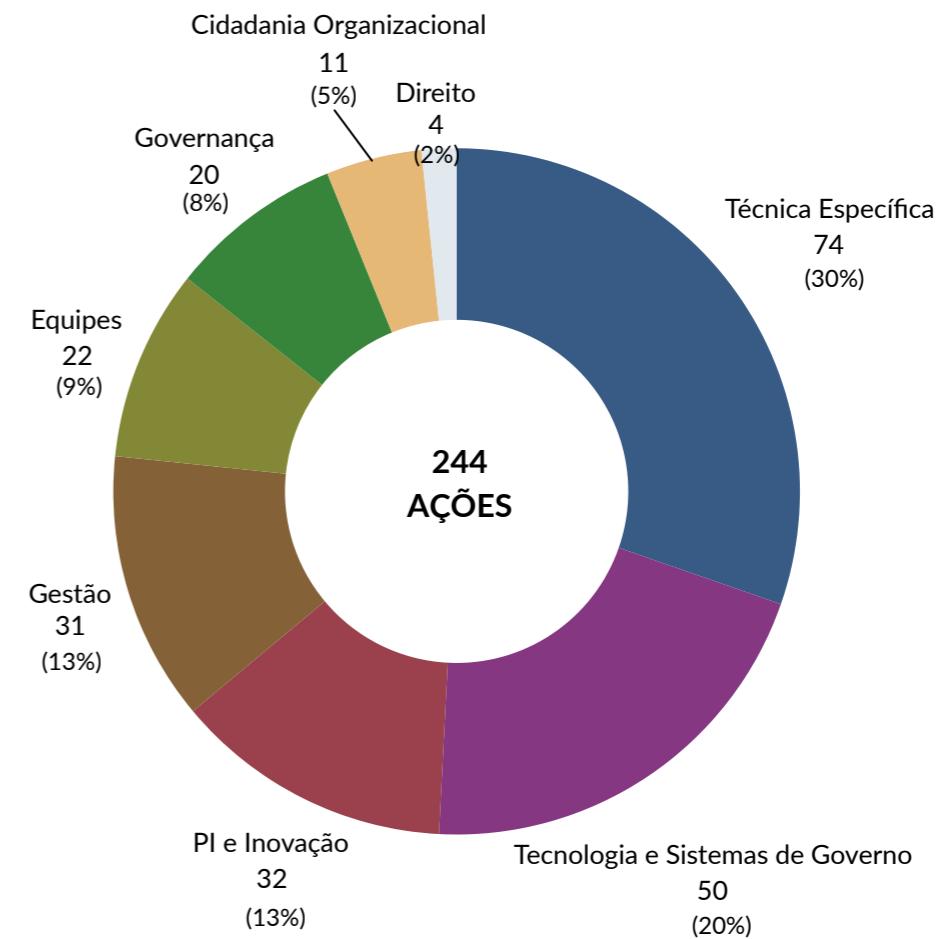
Gráfico - Vagas por linhas de capacitação



Fonte: Base de dados do CETEC/CGRH/DIRAD

Os servidores do INPI participaram de 244 eventos de aperfeiçoamento em 2024, entre cursos, congressos, seminários, palestras, oficinas, workshops, aprendizagem em serviço e visitas técnicas.

Gráfico - Número de ações

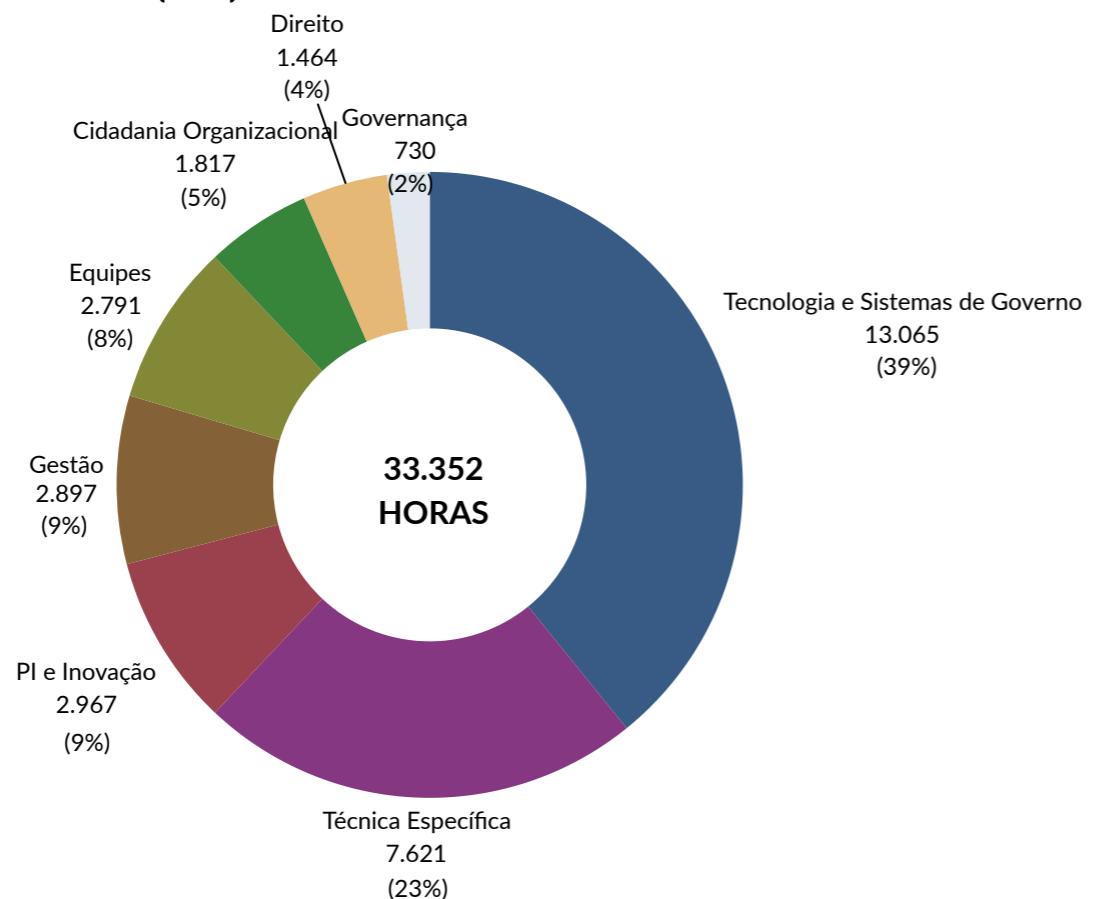


Fonte: Base de dados do CETEC/CGRH/DIRAD

O Total Geral de Horas de Treinamento cumpridas pelos servidores durante o ano de 2024 considera o somatório das cargas horárias cumpridas por servidor concluinte, em cada ação de capacitação. Ou seja, soma-se a carga horária referente a cada participante dentro da ação ( $20+20+\dots+20 = 200$  = carga horária total da ação) e o total geral é determinado pelo somatório de todas as ações (Exemplo: ação A (200h) + ação B (96h) + ...).

Desta maneira, ao longo de 2024, os servidores do INPI cumpriram 33.352 horas em eventos de capacitação.

**Gráfico - Carga horária total (horas)\***



Fonte: Base de dados do CETEC/CGRH/DIRAD

A Academia do INPI consolida-se, portanto, como pilar fundamental à educação, pesquisa e disseminação da propriedade intelectual no Brasil. Em 2024, a amplitude e a qualidade das suas atividades – da pós-graduação à extensão, da internacionalização à promoção de eventos de impacto – demonstraram sua capacidade de alavancar o desenvolvimento socioeconômico por meio do ensino de qualidade.

Os resultados alcançados, como o reconhecimento do Programa de Pós-Graduação pela Capes, a realização do XVI ENAPID, o sucesso do II Prêmio PI nas Escolas e a sustentação da capacitação desde os dias iniciais no INPI, por meio do PROAMB, evidenciam o compromisso da Academia com a missão do INPI e o fortalecimento da cultura de propriedade intelectual no país.

Pela integração de ações educacionais, programas estratégicos e iniciativas inovadoras, a Academia reafirma sua visão de ser reconhecida como referência nacional e internacional no desenvolvimento de competências em propriedade intelectual e inovação, contribuindo de forma significativa para a construção de uma nação mais competitiva, inovadora e alinhada às exigências de um mercado global em transformação.



- **Avaliação de desempenho**

No INPI, o desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de Processo de Avaliação de Desempenho (PDP), havendo metas institucionais e individuais. A avaliação institucional é realizada por meio da inclusão e monitoramento de metas fixadas em ato do Presidente do Instituto, e o seu resultado gera impactos na gratificação de desempenho dos servidores.

A avaliação individual é realizada ao longo de todo o ciclo avaliativo por meio da inclusão e do acompanhamento de metas e de competências individuais e gerenciais no Sistema de Gestão do Desempenho (SISGD). O resultado final da avaliação de desempenho gera impactos na progressão e na promoção, bem como na gratificação dos servidores, além de contribuir para qualidade das entregas de resultados à sociedade.

**Quadro – Resultado da avaliação de desempenho (Quantidade anual de notas dos servidores por faixa)**

NOTA DA AVALIAÇÃO (FAIXA)	2021	2022	2023	2024
100	812	845	814	815
80 a 99	23	25	14	17
60 a 79	12	13	5	3
30 a 59	4	3	4	0

Fonte: Sistema de Avaliação de Desempenho (SISGD)

- **Metas de Gestão de Pessoas alcançadas em 2024**

Elaboração e divulgação  
dos fluxogramas dos processos

Elaboração e divulgação da Instrução  
de trabalho de Progressão e Promoção

Realização dos processos seletivos dos colegiados:  
- Comissão de Carreira do INPI (CCINPI)  
- Comitê Estratégico de Gênero, Diversidade e Inclusão (CEGDI )

Realização das campanhas  
de comunicação de Feedback e do PGD

Treinamento de todos os gestores que receberam  
novos servidores sobre Avaliação de Estágio Probatório

Análise e concessão de Retribuição  
por Titulação para 77 novos servidores



## • Programa de Gestão e Desempenho do INPI

O Programa de Gestão na modalidade teletrabalho no INPI tem como um dos principais pilares o “Princípio de Valorização da Qualidade de Vida dos Servidores”, que permite aos participantes do programa organizarem sua jornada de trabalho de acordo com os horários de melhor produtividade.

O Programa de Gestão promove ao participante uma otimização do tempo e uma redução do estresse físico decorrente dos deslocamentos diários para o trabalho, e de todos os impactos psicológicos desta obrigação, bem como permite ao INPI a redução de despesas operacionais.

Desde 2016, início do teletrabalho no INPI, foram selecionados mais de 800 participantes, totalizando, em dezembro de 2024, 808 servidores em teletrabalho integral e parcial no Instituto. Isso representa 77,4% dos 1.044 servidores do INPI ao final de 2024. Como resultado da implantação desse Programa, houve aumento de produtividade substancial das áreas finalísticas, bem como de duas unidades das áreas-meio participantes.

Em 2024, o INPI fez parte de uma rede colaborativa junto ao MGI com outros órgãos da Administração Pública Federal para aprimorar o novo sistema de acompanhamento do desempenho dos servidores participantes do PGD – o PETRVS. Os planos de entrega das unidades e os planos de trabalho individuais estão sendo devidamente inseridos no novo sistema, conforme cronograma proposto.

## • Programa de Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida contempla atendimentos em diversas áreas como Medicina Alternativa, Ginástica Laboral, Jornada “Mindfulness”, Saúde Bucal, Campanhas de Promoção, Prevenção e Vigilância, Campanhas de Vacinação, Semana da Saúde e realização de exames médicos periódicos.

Ele busca estabelecer uma visão holística da cultura de bem-estar, em que o servidor é visto como um agente transformador de sua realidade, em um ciclo contínuo de melhoria nos campos pessoal e profissional. Além disso, visa estimular a consciência do servidor sobre a importância de seu compromisso individual com a incorporação de hábitos saudáveis, como principal fator para alcançar sua plena saúde física, mental, emocional e social.

Visando contribuir com a construção de práticas de gestão de pessoas que promovam a atração, retenção e valorização de talentos, utiliza-se a ferramenta “Human Guide” – que é, em síntese, um instrumento de avaliação psicológica informatizado que permite ter uma visão geral da instituição de forma estratégica, possibilitando fazer uma análise dos riscos de lotações, fazer simulação de equipes e avaliar possíveis ruídos nas relações entre as pessoas. É voltado para a apreensão do perfil motivacional do respondente no contexto da atividade profissional, visando o desenvolvimento de indivíduos, equipes e organizações a partir do autoconhecimento, do conhecimento recíproco e da busca de concordância entre o perfil pessoal e o perfil de exigência profissional, do ponto de vista da personalidade, fornecendo subsídios para seleção, desenvolvimento individual, desenvolvimento de equipes e coaching, por exemplo.

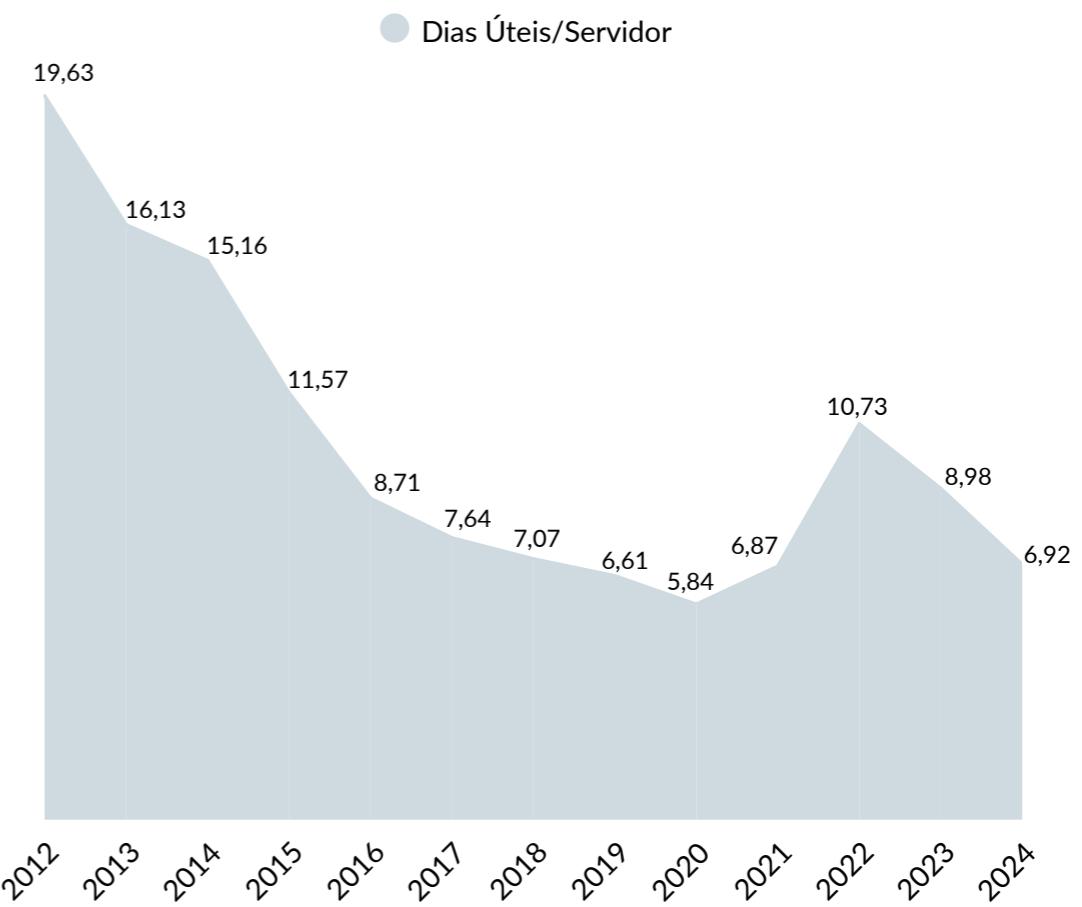
Das novidades implementadas em 2024, destacam-se:

- Parceria firmada entre o INPI e a UFRJ destinada a realização de perícias médicas no próprio ambiente do INPI.
- Projeto Postural - Para prevenção de dor na coluna e hérnia de disco, e dor crônica.
- Palestra sobre Transtorno de Espectro Autista (TEA).
- Entrevistas dos novos servidores pelas Assistentes Sociais e Psicólogas e recepção dos seus respectivos exames admissionais.
- Mapeamento comportamental dos novos servidores e palestras.
- Projeto Vozes e Vínculos.
- Trilha de Inteligência Emocional.
- ColaboraMais – Atividades em equipe.

Em conjunto com outras políticas de gestão de pessoas, o programa tem contribuído significativamente para a queda progressiva do número de dias em licenças médicas dos servidores do INPI e para o consequente aumento de produtividade destes. Tendência de baixa só quebrada nos atípicos anos da pandemia.

O gráfico a seguir ilustra a evolução da média de dias úteis de licenças médicas por servidor. Além disso, o programa busca contribuir para que o INPI seja uma referência na Política de Gestão de Pessoas em âmbito nacional.

Gráfico – Média anual de dias úteis em licença médica por servidor



Fonte: Planilha Controle DISAO – Afastamento por Saúde 2024

O detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição em 2024 está indicado no Capítulo 4 (Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis) deste relatório.



## • Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios da Gestão de Pessoas

São significativos os desafios para o tema de gestão de pessoas no ano de 2025. Dentre as prioridades institucionais previstas no Plano de Ação do INPI, estão a:

- Recomposição da força de trabalho do INPI, por meio de pleitos para: a) provimento adicional de todo o cadastro de reserva do concurso atualmente vigente; b) realização de novo concurso público para cargos efetivos, principalmente para o cargo de Tecnologista em Propriedade Industrial; c) criação de novos cargos de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em PI e de Tecnologista em PI; e d) transformação, por lei, de cargos vagos de nível intermediário em cargos de nível superior de Tecnologista em Propriedade Industrial, sem aumento de despesa;
- Reestruturação do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, com ênfase no aumento da atratividade salarial, na modernização dos mecanismos de progressão de promoção funcional e na intercambialidade entre os cargos;
- Promoção da integração, do senso de pertencimento e do engajamento dos servidores com a identidade institucional (endomarketing); e
- Implementação do estudo das métricas de produtividade dos servidores em PGD das áreas-meio para cumprir com as novas normas vigentes do MGI.

Ademais, um dos grandes desafios para o ano de 2025 é consolidar o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) do INPI como instrumento potencializador dos resultados institucionais e de relações de trabalho híbridas e mais modernas, sem descuidar da noção de pertencimento e do fortalecimento da cultura organizacional, melhor definindo o equilíbrio entre o remoto e o presencial, com a ressignificação deste último, por meio da revisão da Portaria INPI 67/2022, além de orientar e acompanhar a implantação do novo sistema PETRVS, que substituirá o PGDWEB.

No que tange à avaliação de desempenho, cabe salientar a necessidade de melhoria de sistemas, de procedimentos e dos processos de avaliação, para que levem a condições isonômicas na análise de desempenho entre as diferentes áreas. Isso objetiva que as metas de produção sejam estabelecidas para todos – por meio de parâmetros factíveis, mensuráveis e de fácil controle –, levando-se em conta o lado comportamental, e que a meritocracia seja fator fundamental na análise de desempenho. Objetiva-se que o desempenho dos servidores se reflita de forma clara e concreta no desempenho institucional.

Também será realizada uma nova Pesquisa de Clima Organizacional, com o respectivo diagnóstico e a avaliação da Cultura estabelecida no INPI.

Com relação ao Programa de Sucessão de Gestores e Ocupações Críticas, será finalizado o mapeamento das competências, com a publicação de Portaria com diretrizes para ocupação de cargos e funções de liderança na gestão do INPI e para a composição da força de trabalho publicada, elaborada com observância da pauta de gênero, diversidade e inclusão estabelecidas.



# Gestão da Tecnologia da Informação

## • Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TIC, o INPI observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo federal; órgãos de controle; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR; padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC; além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

Ademais, o INPI integra o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, como órgão seccional, tendo como responsabilidade “cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos seccionais, as políticas, diretrizes e normas emanadas do Órgão Setorial do SISP a que estão vinculadas” (art. 7º, I, do Decreto nº 7.579/2011).

## • Modelo de Governança de TIC

Visando ao fortalecimento da governança de TIC do INPI, a unidade responsável pela Tecnologia da Informação do INPI atua, alinhada à alta gestão institucional, analisando e reconhecendo o cenário em que opera para planejar suas ações de forma consciente e coordenada, com orientação para as melhores práticas, segundo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Este plano está alinhado ao Planejamento Estratégico do INPI (PE 2023-2026), aos planos de ação anuais, à estrutura hierárquica, à estrutura normativa da Autarquia e aos demais normativos e diretrizes do Governo Federal.

O PDTIC 2024-2026, enquanto documento dinâmico, que passa por uma série de transformações ao longo de sua vigência, foi publicado em janeiro (v1.0) e foi objeto de três revisões ao longo de 2024, nos meses de junho (v1.1), setembro (v1.2) e dezembro (v1.3). Tais revisões seguem o estabelecido no procedimento “Revisão do PDTIC”, documento interno do INPI que estabelece as orientações para revisão, oficialização e publicação do PDTIC no Instituto.

A evolução da governança de TIC no INPI é acompanhada pelo contínuo fortalecimento da governança do instituto pela consolidação do Comitê de Governança Digital (CGD) do Instituto. Por meio das onze reuniões ocorridas ao longo de 2024 – sendo quatro reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias – o CGD norteou a utilização atual e o planejamento dos recursos de TIC a fim de atender às necessidades prioritárias desta Autarquia, ao passo que promoveu a integração e o alinhamento entre os objetivos estratégicos do Instituto e os objetivos específicos de TIC, necessários para suportar os direcionamentos nos níveis estratégico, tático e operacional.

Dentre as decisões de impacto ímpar tomadas pelo referido Comitê, destacam-se as deliberações e aprovações de revisões do PDTIC vigente; da inclusão de novas demandas no referido Plano; de normas de TIC, a exemplo da Política de Uso de IA no Instituto e dos processos de upstream, de levantamento de necessidades e de detalhamento do backlog; e da criação dos Subcomitês de Infraestrutura de Dados (SID) e de Inteligência Artificial (SIA).



Na mesma seara, merece menção a reorganização de unidades subordinadas à CGTI, ocorridas em agosto de 2024, com as seguintes finalidades:

- Aumentar a agilidade na elaboração e implementação de políticas e diretrizes de TIC, com foco na gestão de processos e de riscos de TIC, e alinhadas aos demais planos do Instituto;
- Ampliar o foco e a atenção dedicados à segurança dos sistemas e dados da instituição, visando uma abordagem mais proativa e integrada na gestão dos riscos de segurança cibernética;
- Assegurar uma resposta mais rápida e eficaz às demandas dos usuários, contribuindo para promover uma comunicação mais direta e fluida entre as áreas técnicas, as demandas dos usuários e a gestão superior;
- Melhorar a integração da CGTI com a instituição, considerando as diretrizes estratégicas desta autarquia, e reduzindo a verticalidade da estrutura organizacional; e
- Impactar positivamente as entregas das áreas finalísticas do INPI, em aspectos qualitativos e quantitativos, seguindo uma tendência observada em órgãos da Administração Pública Federal, no intuito de se tornar uma área voltada para a estruturação dos processos de gestão, de desenvolvimento e de disponibilização de produtos de dados a serem utilizados interna e externamente.

Quanto à força de trabalho de TIC, no segundo semestre de 2024 foram empossados 16 servidores oriundos do mais recente concurso público para provimento de vagas para esta Autarquia. Os referidos profissionais, sendo dez especializados em sistemas da computação, quatro em infraestrutura e dois em segurança da informação, já se encontram alocados em projetos de TIC e espera-se que, a médio prazo, seja perceptível o ganho em entregas por eles propiciado, em que pesem os riscos de alta rotatividade relacionado à perda de tais profissionais para outros órgãos que possuem carreiras mais atrativas, fato já verificado no referido grupo.

Já no que tange ao Autodiagnóstico do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (iGOVSISP), destinado a avaliar a governança de TIC dos órgãos integrantes do SISP, constata-se sólida evolução do INPI em diversos eixos que compõem o índice, a partir da comparação entre os resultados obtidos nos anos de 2023 e 2024. Destacam-se os seguintes:

Eixo	Resultado em 2023*	Resultado em 2024*	Ganho de maturidade
Índice Geral - iGOVSISP	0,6043	0,6503	7,61%
Seção B - Gestão e Planejamento de Tecnologia da Informação	0,7271	0,8170	12,37%
Seção E - Privacidade e Segurança da Informação (iPriv e iSeg)	0,63 e 0,52	0,68 e 0,59	7,94% e 13,46%
Seção F - Contratações de Tecnologia da Informação	0,5492	0,8393	52,83%

\* resultados em escala de 0 a 1

Frisa-se que o eixo relacionado à infraestrutura e plataformas digitais do INPI, assim como o índice iPriv, que compõe o eixo de privacidade e segurança da informação, alcançaram o patamar mais alto de maturidade – nível aprimorado – destinado aos órgãos do SISP que se encontram entre os 15% melhores qualificados em tais áreas. Essas conquistas, somadas ao crescimento, dentro do nível otimizado, dos eixos de gestão e planejamento de TI, segurança da informação e contratações de TI, colaboraram para que o índice geral do Instituto em 2024 (0,6503) estivesse a apenas 0,0038 pontos necessários para qualificar o INPI, como um todo, no nível aprimorado.



- **Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor**

Cadeia de Valor	Principais Iniciativas	Principais Resultados
Macroprocessos Finalísticos	Migração BDE SISCON	Aumento da Segurança da Informação do Parque tecnológico do INPI a partir da remoção de equipamentos com Windows 7 instalado.
	Atualização do Wipo Sequence Validator para a versão 2.3.1	Melhorias na ferramenta desenvolvida pela OMPI que permite aos requerentes de patentes preparar listagens de sequências de aminoácidos e nucleotídeos em conformidade com o Padrão ST 26 PDF da OMPI como parte de um pedido de patente nacional ou internacional.
	Simplificações em 16 serviços de Contratos	Simplificação do processo de protocolo para 16 serviços da área de Contratos.
	Evolução do serviço de cópia reprográfica simples	Otimização do fluxo de trabalho em harmonia com os ditames da LGPD.

Fonte: CGTI/DIRAD

Cadeia de Valor	Principais Iniciativas	Principais Resultados
Macroprocessos de Gestão	Atualização da ferramenta e-Pesquisa	Atualização de segurança da informação e melhoria na interface gráfica.
	Desenvolvimento de Software de Automação para revisão da qualidade dos exames de Propriedade Industrial - Módulo 0 e 2	Automação do processo de revisão da qualidade.
	Pós Consumo	Possibilitar a participação dos usuários na avaliação dos serviços públicos e subsidiar melhorias a partir dos dados coletados.
	Publicação do Procedimento de Requisição de Mudança na Infraestrutura de Produção	Aumentar a capacidade da organização de se adaptar rapidamente às transformações do ambiente, mitigar erros, evitar riscos e ter indicadores para decisões estratégicas.
	Publicação da Política de Uso de Inteligência Artificial no âmbito do INPI	Mecanismo de governança sobre o uso de Inteligência Artificial no INPI que busca promover o uso desta tecnologia, enquanto mitiga os riscos associados, garantindo um uso ético, transparente e alinhado aos objetivos institucionais.
	Publicação da Metodologia de Desenvolvimento de Produtos de Dados	Definir um padrão para a gestão e o desenvolvimento de produtos de dados no INPI, por meio de uma abordagem iterativa e incremental, adotando práticas ágeis, com o intuito de focar na qualidade da entrega dos produtos de dados com valor agregado para os clientes.
	Atualização da Matriz SIPOC	Proporciona uma visão integrada dos processos, facilitando a identificação de gargalos e aprimorando a comunicação e o alinhamento entre equipes, assegurando a compreensão de papéis e responsabilidades.

Fonte: CGTI/DIRAD



Cadeia de Valor	Principais Iniciativas	Principais Resultados
Macroprocessos de Suporte	Modernização da conectividade da rede interna do INPI preparada para a mobilidade	Permitir maior mobilidade do corpo funcional do INPI com o uso de notebook.
	Página de Indisponibilidade (e Pesquisa, IPC e Revistas)	Disponibilização para os usuários do INPI se os serviços e Pesquisa, IPC e Revistas estão disponíveis ou indisponíveis.
	Ciclos 2 e 3 do Programa de Autoavaliação do Framework de Privacidade e Segurança da Informação	Elevar a maturidade e a resiliência dos INPI, em termos de privacidade e segurança da informação, através das melhores práticas de mercado.
	Atualização da Versão do SEI!	Reformulação no visual do sistema SEI! Para facilitar seu uso e tornar o ambiente mais agradável, além de trazer melhorias em seus recursos.
	Melhoria no Sistema PUSH	Diminuição da quantidade de acionamentos do Fale Conosco relacionados a erros no envio dos e-mails do PUSH.
	Atualização do Zimbra	Diminuição dos Riscos à Segurança da Informação e implementação de correções pontuais.
	Novos serviços de Colocation	Modernização das diretrizes para prover serviços especializados de datacenter, que englobam o Colocation, centrado na hospedagem física e na provisão de sistemas de suporte operacional para datacenters, bem como o Cloud Storage, destinado ao armazenamento de dados na nuvem.
	Publicação do Processo de Testes Periódicos de Restauração de Dados Digitais do INPI	Garantir a disponibilidade contínua da informação em tempo hábil, especialmente, em caso de perda de dados e/ou interrupção das operações normais do Instituto.
	Entrega dos Notebooks	Atualização das ferramentas de trabalho do INPI e melhoria da produtividade, facilitando tanto o trabalho remoto quanto o híbrido, além de garantir a segurança da informação com equipamentos atualizados e possibilidade de gestão dos dispositivos pela CGTI.
	Questionário de IA	Avaliação sobre uso de IA e conhecimento sobre o tema no âmbito do Instituto.
	Aquisição de storage	Expansão da capacidade de armazenamento de dados digitais pelo INPI
	Instituição de Comitês e Subcomitês de TIC	Maior maturidade na seara de IA (SIA), Infraestrutura de Dados (SID) e Arquitetura de Produtos Digitais (CAPD).
	Assinatura de Termo de Execução Descentralizada visando à criação do novo portal de serviços do INPI	Celebração de TED para estudo, desenvolvimento e implementação de uma solução tecnológica inovadora (ServiçosPl) destinada a otimizar a organização, tratamento e recuperação de informações no âmbito do INPI.
	Substituição da empresa responsável pelos serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento, manutenção, sustentação e testes, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia de qualidade relacionadas ao ciclo de vida de software, adotando-se práticas ágeis aderentes ao processo de software.
	Implantação da nova solução Commvault no ambiente de produção	Modernização da solução de backup em operação no INPI.

Fonte: CGTI/DIRAD



- Segurança da Informação

Em relação à segurança da informação, o ano de 2024 foi marcado pela realização de campanhas destinadas a conscientizar os usuários sobre os recursos de TI disponíveis, com esse foco. Além disso, destaca-se a conclusão de entregas relacionadas ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), instituído pelo MGI, que consiste em um conjunto de projetos e processos de adequação nas áreas de privacidade e segurança da informação. Exemplos de entrega são a implantação de nova solução de backup e a da nova solução de antivírus XDR pelo INPI.

Além dos benefícios decorrentes da implementação tempestiva de medidas consideradas prioritárias pela Secretaria de Governo Digital (SGD), a equipe de TIC do INPI permaneceu colaborando diretamente para a elaboração do primeiro grande diagnóstico de privacidade e segurança da informação dessa Secretaria, por meio do qual será possível observar a evolução de todo o ecossistema de privacidade e segurança da informação dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). Tal evolução é percebida no âmbito desta autarquia, uma vez que foi mantido o patamar “intermediário” perante índice iSeg, porém com elevação de 13,4% da pontuação após o ciclo 3 do PPSI, encerrado em julho de 2024, com tendência de nova elevação a partir das medidas adotadas no ciclo 4, a ser confirmada no começo de 2025.

- Montante de recursos aplicados em TIC

As despesas de TIC vislumbradas na Lei Orçamentária Anual de 2024, contemplando as iniciativas PS 02 (Programa de Sustentação da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação), P 1.3 (BPMS - Automação do Fluxo de Patentes) e P 5.3 (Modernização da Capacidade Tecnológica), totalizando R\$24.796.274,00, representam montante semelhante aos R\$ 24.960.297,00 disponibilizados pela LOA de 2023.

Iniciativas do Plano de Ação 2024	LOA Final (a) (em R\$ milhões)	Participação (%)	Execução Anual (b) (em R\$ milhões)	Execução (%) (b/a)
PS 02: Programa de Sustentação da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	22,994	32,5	22,916	99,7
P 5.3: Modernização da Capacidade Tecnológica	1,736	2,5	1,729	99,6
P 1.3: BPMS - Automação do Fluxo de Patentes	0,065	0,1	0,065	100

Fonte: DIORC/CGOF

- Contratações mais relevantes de recursos de TI (vigentes em 2024)

Contrato	Objeto	Empresa	Valor Global (em R\$ milhões)
012/2024	Solução BPMS	Levty Sistemas LTDA	12,4
013/2024	Solução de ambiente data center na modalidade Colocation	Equinix do Brasil Soluções de Tecnologia em Informática LTDA	6,8
012/2021	Administração de Rede e Service Desk	Digisystem Serviços Especializados LTDA	6,2
018/2024	Desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas	Memora Processos Inovadores S.A	5,2
024/2024	Aquisição de solução de armazenamento	O2 Soluções em Tecnologia Digital LTDA	2,1

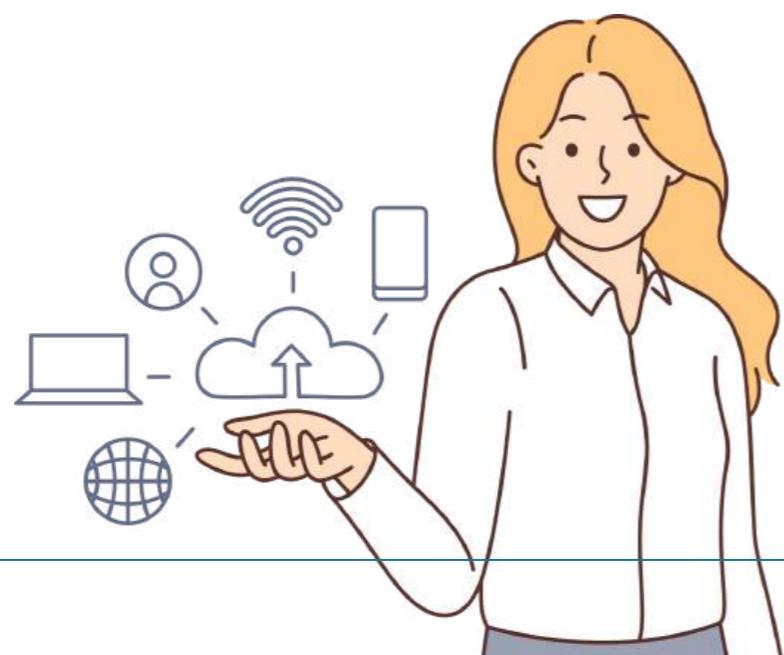
Fonte: DISTI/CGTI

- Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios da Gestão da Tecnologia da Informação

Não obstante as relevantes entregas de TIC ao longo de 2024, o INPI encara muitos desafios também identificados no levantamento realizado pelo TCU, em que se destaca a necessidade de estabelecimento de um Plano de Continuidade de Negócios.

Para 2025, o principal projeto é o Novo Portal de Serviços, que incluirá a nova solução de busca do INPI, crítico para os usuários externos, e a nova RPI Digital, que será desenvolvida em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e representarão um salto de qualidade na experiência do usuário no acesso aos serviços e informações do INPI.

Adicionalmente, busca-se a perene evolução nos eixos que compõem o iGOVSISP, através da elevação de pontuações e de patamares, no intuito de o Instituto ser reconhecido como referência governamental em maturidade de TIC.





# Gestão de Licitações, Contratos e Patrimonial

- **Conformidade Legal**

A gestão de licitações, contratos e patrimônio é amparada na legalidade e legitimidade dos atos, procedimentos e processos, buscando maximizar o valor gerado para a sociedade pela economicidade, eficiência e eficácia das compras governamentais.

Desde janeiro de 2024, todas as novas contratações seguem a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), que revogou as Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 e dispositivos da Lei nº 12.462/2011 em dezembro de 2023. A nova lei moderniza e agiliza os procedimentos de contratação, unificando a legislação anterior.

Do ponto de vista da governança, a Procuradoria Federal Especializada do INPI avalia a conformidade legal de editais, contratos, convênios e similares, ao passo que a unidade responsável pela gestão de logística e infraestrutura do instituto exerce o controle administrativo. Nesse contexto, revisa previamente os documentos de contratação e elabora estimativas de preço de mercado independentes, atuando como primeira linha de defesa na gestão de riscos e integridade das contratações.

Os mecanismos de controle e prevenção de irregularidades incluem:

- Termo de compromisso dos fornecedores sobre o [Guia de Conduta para Fornecedores do INPI](#);
- Termo de compromisso dos servidores sobre o [Guia de Relacionamento com Fornecedores](#);
- Listas de verificação de [conformidade para fiscalização de contratos](#);
- Lista de verificação para [contratação de serviços](#) (modelo da Advocacia-Geral da União);
- Consulta prévia da regularidade fiscal, jurídica e trabalhista dos fornecedores e sócios majoritários (SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, Lista de Inidôneos do TCU); e
- Formulários e checklists para prorrogação de serviços continuados.

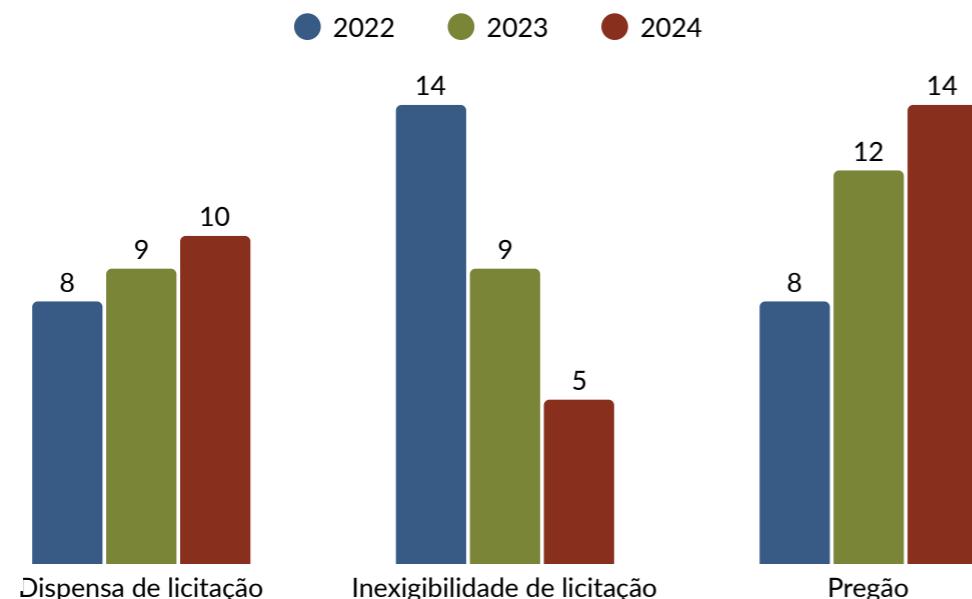
## • Gestão de Licitações e Contratos

### - Processos de Contratação em 2024

O INPI homologou 30 novas compras em 2024, com o valor global de R\$ 36,8 milhões. Deste total, R\$ 3,7 milhões foram contratados com microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), dado o tratamento favorecido dispensado a estas empresas, conforme prevê a Lei Complementar nº 123/2006.

Todos os dados referentes às contratações do Instituto estão disponíveis no portal do INPI, no link: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.

Gráfico - Compras por modalidade (unidade)



Fonte: CGLI

Tabela - Valores homologados por modalidade (em R\$)

	Dispensa de Licitação	Inexigibilidade de Licitação	Pregão
2022	61.159,00	1.649.416,93	8.946.875,00
2023	1.071.816,00	154.036,00	10.652.419,88
2024	487.884,52	286.960,00	35.960.974,29

Fonte: CGLI

### - Compras homologadas para ME/EPP nas aquisições e contratações do INPI

Como nos anos anteriores, a maior parte das contratações são realizadas com empresas de grande porte, dada a característica predominante do mercado de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de objetos complexos que exigem elevada qualificação técnica e capacidade econômico-financeira. As contratações de ME/EPP se mantiveram no patamar dos anos anteriores, visto que são contratações de menor valor e de objetos mais simples, compatíveis com o porte dessas empresas.

Tabela - Valor Homologado por Porte (em R\$)

	2022	2023	2024
ME/EPP	3.266.977,00	1.116.751,00	1.592.695,99
Outras	7.354.724,00	10.915.556,00	35.260.722,82

Fonte: CGLI com informações <http://paineldecompras.economia.gov.br/>



## - Gestão de Contratos

Em 2024, foram firmados 23 novos contratos, com valor total contratado superior a R\$ 38,2 milhões. Cabe salientar que a maior parte desse valor se refere a contratos continuados, cuja execução se dá no período de cinco anos.

Ao longo do exercício foram realizadas 20 prorrogações de contratos, 24 reajustes de preços e quatro supressões de contrato (alteração contratual que diminui o valor ou o quantitativo de um contrato).

Os cinco contratos mais representativos do montante global totalizam R\$ 33,5 milhões, cerca de 88% do total de contratações, sendo quatro desses contratos de Serviços e Soluções de TIC. Veja na tabela abaixo:

**Tabela - Vinculação das contratações mais relevantes com os Objetivos Estratégicos**

Contrato	Objeto	Unidade	Valor Global (em R\$)	Justificativa para a contratação	Objetivo Estratégico Contemplado
12/2024	Solução tecnológica BPMS SYDLE ONE no modelo de licenciamento de software como serviço (SaaS), incluindo a disponibilização de Portal de Serviços; serviço de implementação para a automatização dos fluxos de processos e serviços relacionados a Patentes; serviço de treinamento para a transferência de conhecimento de configuração e administração da Solução, a serem contratados em único grupo, pelo prazo de 60 meses.	CGTI	R\$12.468.692,00	Necessidade de melhoria na gestão de processos de negócio e permitir a modelagem, automatização, gerenciamento e otimização dos processos finalísticos do INPI.	Objetivo Estratégico 1. Otimizar qualidade e agilidade na concessão e registro de direitos de propriedade industrial, alcançando padrões de desempenho de referência internacional.
14/2024	Serviços de armazenagem/guarda do acervo documental arquivístico do INPI, incluindo serviços de translado, rastreamento via sistema e disponibilidade mediante solicitação.	CGLI	R\$6.949.080,00	Continuidade da gestão eficiente dos documentos em guarda externa e a redução de custos com o armazenamento, caracterizando-se desta forma por sua essencialidade e habitualidade para o Instituto.	Objetivo Estratégico 8. Prover suporte de logística e infraestrutura econômico, eficiente e sustentável.



Contrato	Objeto	Unidade	Valor Global (em R\$)	Justificativa para a Contratação	Objetivo Estratégico Contemplado
13/2024	Serviços especializados de Datacenter Colocation e Cloud Storage)	CGTI	R\$6.817.819,80	O INPI realiza a prestação de serviços públicos por meios 100% digitais, sustentados pelo datacenter em arquitetura private, demandando infraestrutura física de sustentação operacional (hospedagem) cloud do datacenter, composta de área física exclusiva e delimitada, para acomodação de racks contendo equipamentos do órgão, inclusos principalmente o fornecimento de conectividade de telecomunicações, instalações elétricas, sistemas de climatização, sistemas de prevenção e combate a Incêndio e sistemas de controle de acesso de materiais e pessoas. Esta infraestrutura é a base de sustentação de todos os serviços digitais, tanto internos quanto externos, prestados pelo INPI.	Objetivo Estratégico 5. Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários. Objetivo Estratégico 8. Prover suporte de logística e infraestrutura econômico, eficiente e sustentável.
18/2024	Serviços de desenvolvimento e manutenção de software	CGTI	R\$5.125.860,84	Os serviços de desenvolvimento e manutenção de software são essenciais para que o INPI cumpra com suas funções. A prestação dos mencionados serviços assegura a manutenção dos níveis de investimento do Instituto em sistemas computacionais ao garantir o pleno funcionamento dos sistemas de tratamento da informação existentes. Considerando que a informação é matéria-prima básica do trabalho em Propriedade Industrial e os investimentos na área de TI são estratégicos, impõe-se a contratação de empresa capaz não só de manter os sistemas legados, como também de produzir novos sistemas que possam atender de maneira eficaz e eficiente às necessidades da proteção à Propriedade Intelectual no Brasil. A disponibilidade e, consequentemente, a continuidade dos serviços é preocupação perene na gestão de recursos tecnológicos, sobretudo porque a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos internos (administrativos) e externos, aos cidadãos e contribuintes. Conclui-se, portanto, que esta contratação é condição indispensável para a continuidade dos serviços prestados pelo INPI e o atingimento das metas estratégicas traçadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do INPI, PDTIC.	Objetivo Estratégico 5. Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários.
24/2024	Expansão e atualização do storage do INPI tendo em vista a aproximação do limite de armazenamento e fim de vida útil dos equipamentos.	CGTI	R\$2.196.296,67	Necessidade de expansão e atualização do storage do INPI tendo em vista a aproximação do limite de armazenamento e fim de vida útil dos equipamentos.	Objetivo Estratégico 5. Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários.
Valor total dos cinco contratos mais representativos			R\$ 33.557.749,31		

Fonte: DIRAD

### - Concurso

Em 2024 foi realizada contratação de concurso para realização do II Prêmio PI nas Escolas. O concurso é uma modalidade de licitação prevista na Lei 14.133/2021, que visa selecionar trabalhos técnicos, científicos ou artísticos. O vencedor do concurso recebe um prêmio ou remuneração.

O concurso realizado teve o valor de R\$ 117.600,00, relativo à premiação aos vencedores.

### - Contratações Diretas

As contratações diretas de maior relevância realizadas em 2024 foram:



Contratação dos Correios, visando o atendimento da logística e transporte de correspondências oficiais do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, pelo valor total de R\$ 360.000,00.



Contratação e utilização da Plataforma rX que suporta o instrumento Human Guide, que visa auxiliar aos gestores do INPI no tomada de decisão em relação as suas equipes, visando à diminuição de conflitos e de incompatibilidades que possam impactar na performance dos servidores. Valor: R\$ 172.800,00

- **Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios da Gestão de Licitações e Contratos**

O Plano de Contratações Anual de 2024 (PCA)<sup>3</sup> teve 61 itens incluídos, com valor total estimado<sup>4</sup> de R\$ 32,6 milhões. Destes, 27 foram incluídos ao longo do exercício de 2024 e 16 foram excluídos.

Até o encerramento do exercício foram concluídas 19 contratações oriundas do PCA 2024, com valor estimado<sup>4</sup> de R\$ 13,4 milhões.

Estão em andamento 25 contratações do PCA 2024, com valor estimado<sup>4</sup> de R\$ 8,4 milhões, que deverão ser concluídas em 2025.

A restrição orçamentária, enfrentada também no ano anterior, impactou negativamente a conclusão das contratações, uma vez que a realização de licitações depende da prévia disponibilidade orçamentária. A obtenção tardia de recursos foi um dos fatores que atrasaram as contratações previstas para o exercício.

<sup>3</sup> Disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br/>

<sup>4</sup> Estimativa preliminar do valor da contratação constante do PCA, realizada por procedimento simplificado



# Gestão Patrimonial e Infraestrutura

## • Conformidade Legal

O INPI controla os bens de consumo e patrimoniais por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS). É adotado um manual, desenvolvido no âmbito da Diretoria de Administração do INPI, com colaboração da Coordenação de Serviços, Material e Patrimônio e da Unidade de Patrimônio, com o objetivo de fornecer diretrizes para organizar e regularizar o controle físico dos bens móveis do Instituto.

Dentre as principais normas legais e regulamentares afetas à Gestão Patrimonial, elencam-se as seguintes:

- Lei nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Decreto 9.373/2018 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 205/1988.
- Portaria Ministerial nº 448/2002.

## - Desfazimento de bens de TI e mobiliários

No exercício de 2024 foram realizados 27 processos de desfazimento de bens. Os bens de TI foram doados para instituições governamentais e entidades assistenciais vinculadas ao Programa Computadores para Inclusão.

O Programa Computadores para Inclusão tem como objetivo apoiar e viabilizar iniciativas de promoção da inclusão digital por meio dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) – espaços físicos adaptados para o recondicionamento de equipamentos eletrônicos, para a realização de cursos e oficinas e realiza o descarte correto de resíduos eletrônicos.

Os itens de mobiliário foram doados para entes públicos e órgãos governamentais, como municípios, universidades e organizações militares.

Os resultados atingidos foram:

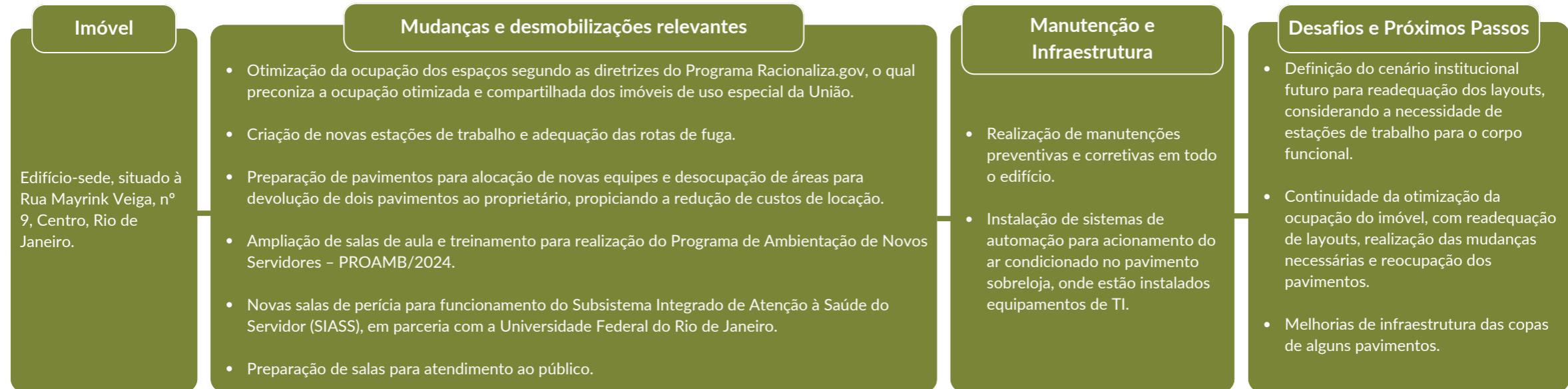
- Desfazimento de 942 bens de informática, beneficiando diversas instituições governamentais e entidades assistenciais voltadas para a preservação do meio ambiente e inclusão digital; e
- Doação de 908 itens de mobiliário.

Acerca de investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos, não houve investimentos de capital relevantes no exercício.



## - Gestão do Patrimônio Imobiliário

É apresentado a seguir um panorama detalhado das ações realizadas pela gestão do patrimônio imobiliário do INPI no ano de 2024. São abordados os principais desafios, as iniciativas implementadas para otimizar a utilização dos espaços e as perspectivas futuras.





As principais atividades de sustentação da infraestrutura realizadas em 2024 foram:

Otimização e Adaptação dos Espaços	<ul style="list-style-type: none"><li>Reorganização dos pavimentos: adequação de espaços, criação de novas estações de trabalho e preparação para novas equipes.</li><li>Melhorias na infraestrutura: instalação de sistemas de automação, melhorias em copas e adequação de rotas de fuga.</li><li>Elaboração de novos layouts: planejamento da ocupação de espaços para otimizar a utilização e atender às novas demandas.</li></ul>
Manutenção e Conservação	<ul style="list-style-type: none"><li>Manutenção predial: Execução de contratos de manutenção em diversos imóveis, incluindo sede e unidades regionais.</li><li>Instalação de equipamentos: Instalação de ar-condicionado, sistemas de automação e outros equipamentos.</li><li>Contratação de serviços: Elaboração de artefatos para contratação de serviços de manutenção e avaliação de imóveis.</li></ul>
Gestão de Imóveis Ocosos	<ul style="list-style-type: none"><li>Edifício da Praça da Bandeira: Análise das condições do imóvel, busca por soluções para destinação (doação, cessão, alienação ou permuta) e realização de manutenções pontuais.</li><li>Tratativas com órgãos públicos: Negociações com a SPU para viabilizar a destinação do imóvel.</li></ul>
Planejamento e Projetos futuros	<ul style="list-style-type: none"><li>Estudos para aquisição de equipamentos: Análise da necessidade de aquisição de nobreaks, sistemas de ar-condicionado e outros equipamentos.</li><li>Contratação de assessoria: Elaboração de projetos e laudos técnicos para os imóveis do INPI.</li><li>Definição de um plano de longo prazo: Planejamento estratégico para a gestão do patrimônio imobiliário.</li></ul>
Outros	<ul style="list-style-type: none"><li>Atuação em câmaras de conciliação: Participação em processos de conciliação envolvendo o INPI e outras instituições.</li><li>Apoio a outras áreas: Colaboração com a CGTI na instalação de equipamentos e desenvolvimento de projetos.</li></ul>

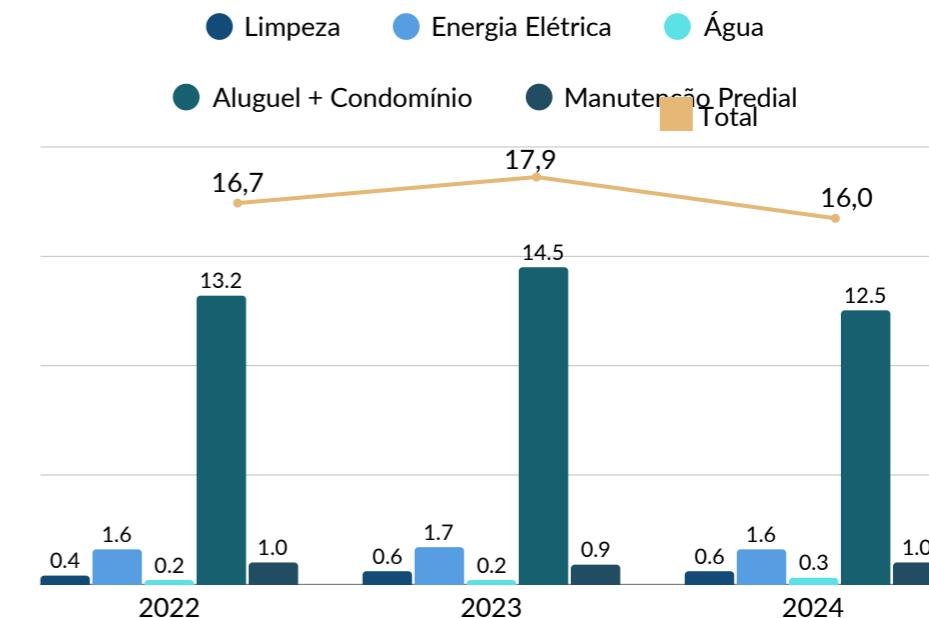
Fonte: CGLI/DIRAD/INPI

## - Administração predial e locação de imóveis

Quanto à locação de imóveis no Rio de Janeiro houve o gasto de R\$ 12,5 milhões, compreendendo custos de locação e condomínio do Edifício Sede situado à Rua Mayrink Veiga nº 09 Centro, Rio de Janeiro/RJ. As taxas condominiais abrangem os serviços de portaria, vigilância, manutenção de elevadores e equipamentos prediais, além da limpeza, conservação e iluminação das áreas comuns do edifício.

A gestão eficiente dos contratos e a otimização da ocupação predial resultou em redução de despesas da ordem de R\$ 1,9 milhão (-10,6%) em relação ao ano anterior.

Gráfico: Principais custos com serviços prediais (R\$ milhões)



Fonte: CGLI/DIRAD/INPI



- Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios na gestão patrimonial e infraestrutura

A manutenção do modelo de locação da Sede no Rio de Janeiro, aliado à instalação das unidades regionais em parceria com outras instituições por meio de comodato, cessão ou divisão de custos, tem permitido controlar os custos de infraestrutura em níveis baixos e previsíveis. Essa estratégia tem desonerado o Instituto dos custos diretos e indiretos relacionados à propriedade de imóveis. No entanto, a destinação adequada do edifício da Praça da Bandeira continua sendo um desafio. Apesar de realizadas ações pontuais de manutenção para mitigar os riscos decorrentes do estado crítico da edificação, uma solução definitiva ainda é necessária.

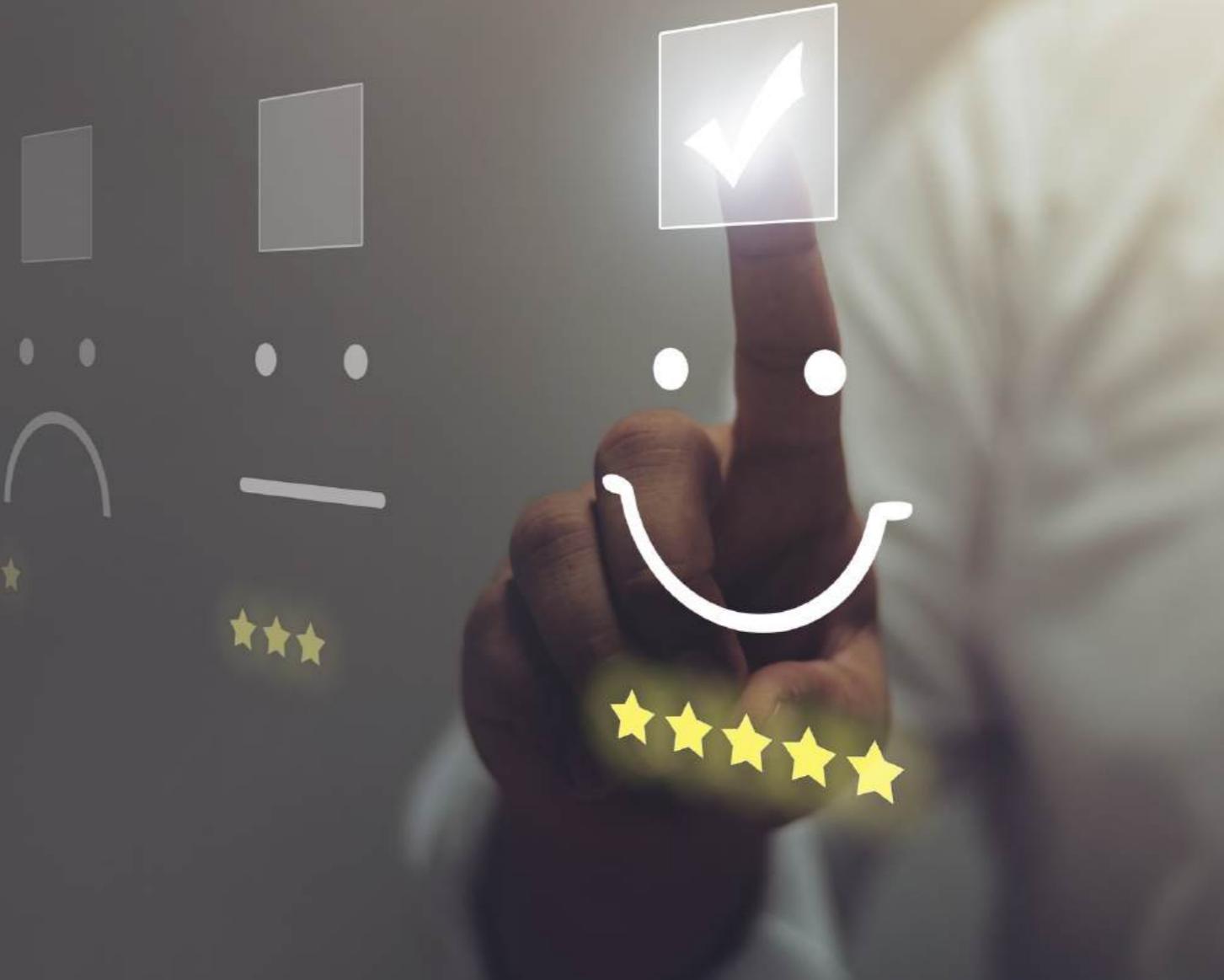


# Relacionamento com a Sociedade

As diretrizes e dimensões do relacionamento e da transparência são essenciais para a governança do INPI. Elas se concretizam por meio da disponibilização de informações no portal e nas redes sociais do instituto, abrangendo práticas no atendimento aos usuários, tratamento de manifestações, acessibilidade, privacidade, prestação de contas, governo aberto, desburocratização, racionalização administrativa, simplificação dos serviços públicos, promoção da justiça social, diversidade e inclusão, igualdade de oportunidades e desenvolvimento. Os canais institucionais de atendimento estão acessíveis por meio da Plataforma Integrada de Atendimento<sup>1</sup> do INPI, em conformidade com o art. 9º da Política de Relacionamento e Transparéncia do INPI.

A seguir, são apresentadas as informações sobre os canais de comunicação do INPI, seguidas dos instrumentos de participação e controle social, dispostos em camadas de atendimento ao público, que possibilitam o acompanhamento e a avaliação do tratamento das manifestações.

<sup>1</sup> <https://www.gov.br/inpi/pt-br/plataforma-integrada-de-atendimento>

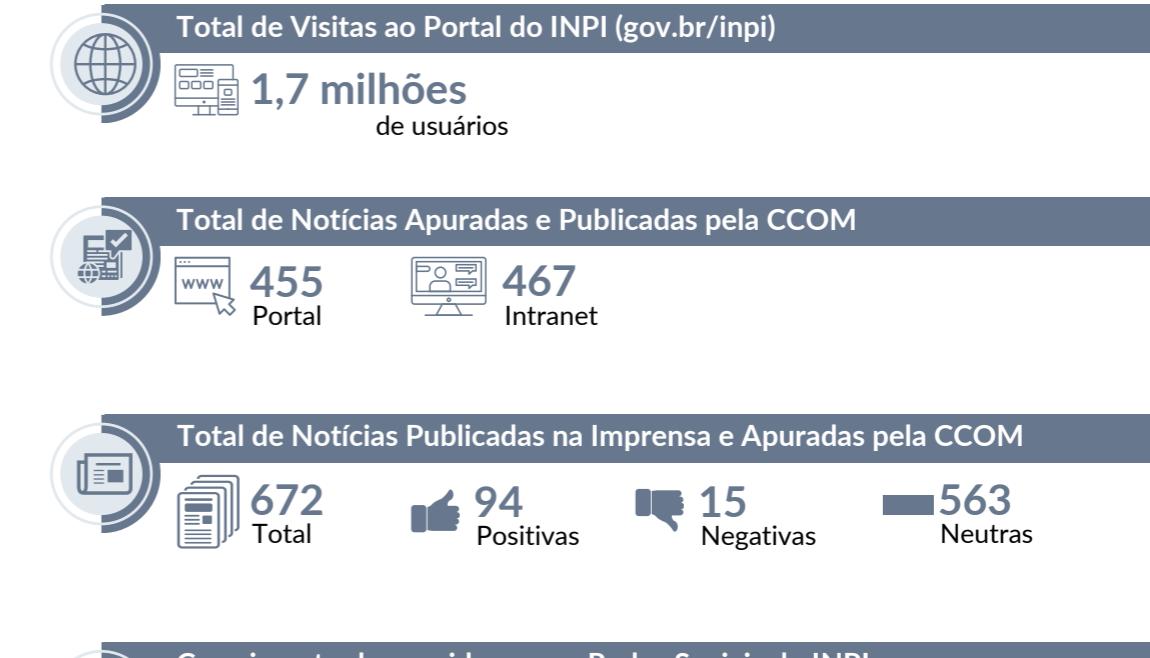


# Canais de Comunicação do INPI

Figura - Identificação de alguns pontos de contato do INPI



Figura - Indicadores de 2024



- **Campanhas de Comunicação**

Alguns destaques de mensagens enviadas pelo INPI a seus públicos em formato de campanhas de propaganda e publicidade em 2024 são:



**“Tudo que você quer saber sobre marcas”:**  
campanha com mensagens de esclarecimento  
sobre o processo de registro de marcas.



**“Acordo de Madri Descomplicado”:**  
campanha com mensagens de esclarecimento  
sobre o processo de registro de marcas pelo  
Acordo de Madri;



**“Canais de Atendimento do INPI”:**  
campanha apresentando os diversos Canais de  
Atendimento do INPI.



**“Boas Práticas em TI”:**  
campanha destinada ao público interno com o  
objetivo de esclarecer quais são as boas práticas  
no uso das tecnologias de informação do INPI;



**“Fato ou Boato sobre Registro de Software”:**  
campanha com mensagens de esclarecimento  
sobre o processo de registro de softwares.



**“Acordo de Haia Descomplicado”:**  
campanha com mensagens de esclarecimento  
sobre o processo de registro de desenhos  
industriais pelo Acordo de Haia.



**“Não caia em golpes”:**  
campanha alertando para situações que tendem  
a ser golpes ou fraudes contra o usuário.



Figura: Canais de Atendimento do INPI

Canal	Finalidade	Prazo	Ideal	Desaconselhado
Chatbot do INPI	Resposta a perguntas simples, recomendações e ajuda em decisões de menor expressão	Funcionamento 24 horas por dia	Para resposta a dúvidas simples e frequentes	Para casos técnicos e questões específicas
INPI Conecta Todos	Diálogo entre usuários e pré-atendentes do INPI por meio de videochamada	Funcionamento em dias e horários informados na Plataforma Integrada de Atendimento	Para orientações detalhadas com compartilhamento de tela	Para casos mais técnicos e questões complexas
Fale Conosco	Resposta a perguntas técnicas, prestação de informações e recebimento de reclamações sobre algum serviço solicitado ao INPI	7 dias úteis	Para casos técnicos de baixa complexidade	Para casos urgentes ou muito complexos
Comex Responde	Resposta e orientações relacionadas a questões de comércio exterior e de internacionalização de produtos ou serviços desenvolvidos sob a proteção da propriedade industrial	7 dias úteis	Para casos técnicos sobre comércio exterior e internacionalização de produtos e serviços	Para casos urgentes ou muito complexos
Serviço de Atendimento da Ouvidoria	Registro, acompanhamento e tratamento de denúncias, elogios, sugestões, solicitações de providências e de simplificação, além de reclamações	20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias	Para casos mais complexos ou mal resolvidos pelos demais canais de atendimento	Para casos urgentes
Serviço de Informação ao Cidadão	Tratamento de pedidos de acesso à informação de acordo com o disposto na Lei de Acesso à Informação	20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias	Para pedidos de acesso à informação mais complexos	Para casos urgentes
Serviço de Atendimento (Tele)Presencial	Solução de casos complexos, promoção da vista de processos, orientação em questões de natureza de disseminação do conhecimento, esclarecimentos de natureza técnica sobre o teor de atos já praticados e resposta a solicitações de audiência junto aos gestores dos serviços prestados pelo INPI	7 dias para triagem prévia	Para casos técnicos de alta complexidade ou de uso estratégico da propriedade industrial	Para casos urgentes
Reclame Aqui	Resposta a reclamações consideradas críticas pelos usuários	20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias	Para casos de insatisfação com o serviço de atendimento	Para casos urgentes
Resolução Pacífica de Conflitos	Solução de questões afetas ao relacionamento dos usuários com o INPI e ao ambiente e condições de trabalho dos servidores e colaboradores do INPI,	Acordado entre as partes envolvidas	Para casos especiais sem solução satisfatória nos demais canais de atendimento	Para casos com risco à integridade pública

Fonte: Plataforma Integrada de Atendimento do INPI

## **Canais de Acesso ao Cidadão e Grau de Satisfação dos Usuários**

Além do conteúdo de transparência ativa disponibilizado no Portal do INPI e da consolidação da cultura da abertura de dados, o INPI mantém os referidos canais de relacionamento integrados e dotados de recursos tecnológicos para a pesquisa de satisfação dos usuários, conforme o caso, em atendimento ao disposto no art. 20, do Decreto n.º 9.094, de 2017, com redação dada pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020:

Ano	Total de Acessos
2021	5.791
2022	8.199
2023	4.874
2024	4.350

Fonte: Chatbot, INPI.

Ano	Total de Acessos
2023	1.045
2024	4.492

Fonte: Google.

Ano	Total de Mensagens
2021	99.412
2022	96.906
2023	97.839
2024	105.529

Fonte: Chatbot, INPI.

Ano	Total de Atendimentos
2021	859
2022	870
2023	461
2024	334

Fonte: Atendimento (Tele)Presencial, INPI.

Ano	Total de Atendimentos
2023	13
2024	13



## SERVIÇO DE ATENDIMENTO DA OUVIDORIA

Tempo médio de resposta de 8,3 dias

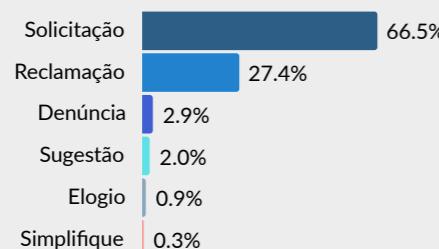
1.400 manifestações atendidas em 2024

Tabela - Série Histórica de Manifestações Recebidas pela Ouvidoria

Ano	Total de Mensagens
2021	710
2022	868
2023	1.007
2024	1.400

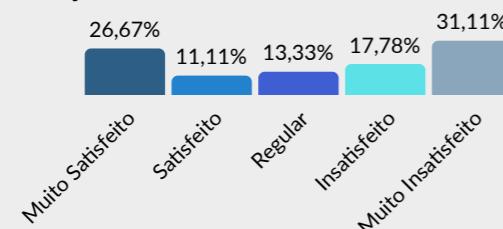
Fonte: Painel Resolveu?

Gráfico - Natureza das Manifestações Recebidas pela Ouvidoria

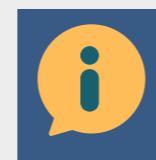


Fonte: Painel Resolveu?

Gráfico - Avaliação do Atendimento da Ouvidoria



Fonte: Painel Resolveu?



## SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – SIC

Tempo médio de resposta de 13,78 dias

323 manifestações atendidas em 2024

Tabela - Série Histórica de Manifestações Recebidas pelo SIC

Ano	Total de Mensagens
2021	247
2022	185
2023	353
2024	323

Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação

Conforme a Portaria INPI/PR n.º 342, de 29 de outubro de 2015, o Ouvidor exerce a função de Autoridade de Monitoramento do Serviço de Informação ao Cidadão

Tabela - Recursos Interpostos no Âmbito do SIC

Instância	Recursos
Primeira	41
Segunda	17
Terceira	9
Última	0

Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação

Figura - Avaliação do Atendimento do SIC



Fonte: Painel Lei de Acesso à Informação



## RECLAME AQUI

456 manifestações atendidas em 2024

Tabela - Série Histórica de Manifestações Atendidas pelo Reclame Aqui

Ano	Total de Mensagens
2021	0
2022	48
2023	185
2024	456

Fonte: Reclame Aqui

Figura – Reputação do INPI no Reclame Aqui



Fonte: Reclame Aqui

## Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Usuário, elaborada em conformidade com o Decreto n.º 9.094, de 2017, reúne informações detalhadas sobre os serviços oferecidos pelo INPI, incluindo os requisitos e documentos necessários para acessá-los, as etapas de processamento, os prazos e as formas de prestação dos serviços, além dos locais de acesso e das ferramentas de comunicação com os usuários..

Além disso, o INPI disponibiliza a Cartilha ao Investidor Estrangeiro na Área de Propriedade Intelectual, considerando sua participação na Rede de Pontos Focais do Ombudsman de Investimentos Diretos. Esta iniciativa visa fornecer suporte ao investidor estrangeiro por meio de consultas e questionamentos, conforme o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos firmado pelo Brasil com diversos países.

## Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes

A transparência institucional provém da colaboração entre as diversas unidades da estrutura organizacional do INPI, com significativos resultados oriundos da combinação da promoção do acesso à informação à eficiente gestão dos documentos.

Salienta-se que, conforme o Painel da Lei de Acesso à Informação, em 2024 a Ouvidoria do INPI cumpriu todos os 49 Itens de Transparência Ativa definidos pela Controladoria-Geral da União.

Dentre os mecanismos de transparência disponibilizados, destacam-se os seguintes:



### Portal do INPI

<https://www.gov.br/inpi>



### Revista da Propriedade Industrial

<https://revistas.inpi.gov.br/rpi/>



### Estatísticas

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/inpi-data>



### Publicações

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes>

## Dados Abertos

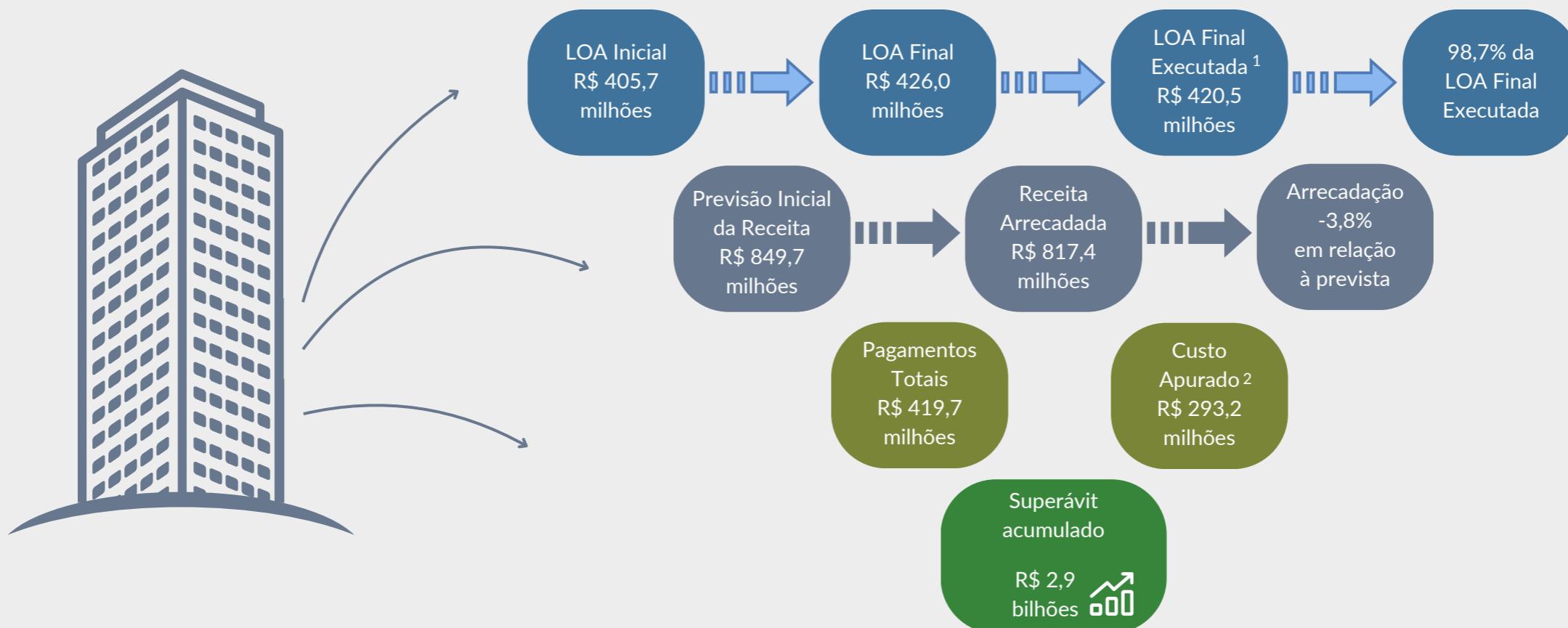
Conforme aprovado por seu Comitê de Governança Digital, o INPI instituiu o Plano de Dados Abertos (PDA) para o biênio 2022-2024, por meio do qual o Instituto promove a devida publicidade às ações previstas para a implementação e promoção da abertura de dados sob a sua responsabilidade, sendo orientado pelas premissas da Parceria para Governo Aberto – *Open Government Partnership* (OGP), iniciativa multilateral entre diversos países, tendo o Brasil como um de seus fundadores. Em 2024 o INPI deu continuidade ao Projeto de Conversão de Dados em Formato Aberto, para que a sua conclusão aconteça em 2025.



# Informações Orcamentárias, Financeiras e Contábeis

# Panorama Geral

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 estabeleceu a despesa para o INPI abaixo da previsão de receita, situação que se repetiu em anos anteriores. Este perfil da LOA afeta a qualidade e a agilidade dos serviços prestados, uma vez que a não utilização plena dos recursos prejudica a eficiência do instituto e a efetividade na entrega dos serviços como a concessão de patentes e o registro de marcas.



<sup>1</sup> LOA Final Executada (R\$ 420,5 milhões) = Despesas Empenhadas Totais (R\$ 419,7 milhões) - Despesas Empenhadas Orçamento de Outras Unidades (R\$ 0,5 milhão) + Destaques Orçamentários enviados a Outras Unidades (R\$ 1,2 milhão).

<sup>2</sup> As informações indicadas em Custo apurado são apenas para análises gerenciais e não compõem as Demonstrações Contábeis.



# Análise – Previsto x Realizado

O ano foi marcado por acréscimos no orçamento das despesas. Iniciamos o ano com um orçamento total de R\$ 405,7 milhões e finalizamos o exercício com uma LOA de R\$ 426,0 milhões. Do ponto de vista das despesas de pessoal, a entrada de 120 novos servidores (não prevista na elaboração do orçamento 2024) resultou em créditos adicionais de R\$ 14,7 milhões. Por outro lado, as despesas discricionárias sofreram um corte inicial de R\$ 12 milhões. No entanto, foram realizadas diversas gestões junto ao MDIC para garantir os recursos necessários ao funcionamento do INPI e aos investimentos programados no PA 2024. Como resultado, foi concedido um acréscimo de R\$ 17,6 milhões para as despesas discricionárias, o que, considerando o corte inicial, gerou um aumento efetivo de R\$ 5,6 milhões durante o exercício. O orçamento inicialmente estabelecido era muito aquém do levantamento interno de demandas (R\$ 90,4 milhões, atualizado durante o exercício para R\$ 70,0 milhões). Mais adiante analisaremos a execução das despesas de forma mais detalhada.

Em relação à receita, a arrecadação realizada foi bem próxima à previsão da LOA, com pequena frustação de 3,8%. Tanto a receita de serviços (-3,7%) quanto à patrimonial (-6,2%) foram arrecadadas em valores ligeiramente menores do que o previsto na LOA. Considera-se que a arrecadação foi dentro do esperado, tendo em vista as diversas variantes envolvidas na arrecadação dos serviços e também na receita patrimonial. Na sequência, analisa-se a arrecadação do INPI, sendo possível perceber essas nuances e realizando-se um comparativo em relação à arrecadação dos anos anteriores.



# Receita

A receita arrecadada com os serviços prestados pelo INPI em 2024 foi de R\$ 817,4 milhões, conforme a seguir.

Figura - Composição da receita em 2024 (em R\$ milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

A receita arrecadada entre 2022 a 2024 evidencia uma tendência de crescimento da arrecadação do INPI, com um aumento médio anual de 10,9%. O ano de 2024 destacou-se como mais um período de superação, registrando meses com arrecadações recordes. O crescimento da receita dos principais grupos, em relação a 2023, foi de +3,7% (receita de serviços) e +18,1% (receita patrimonial).

Figura - Receita Total Arrecadada 2022 a 2024 (em R\$ milhões)

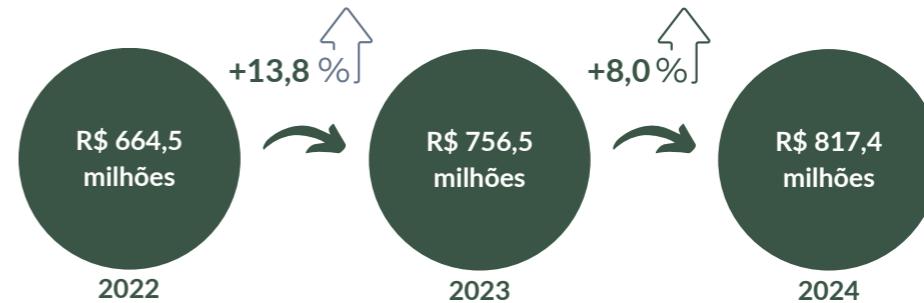
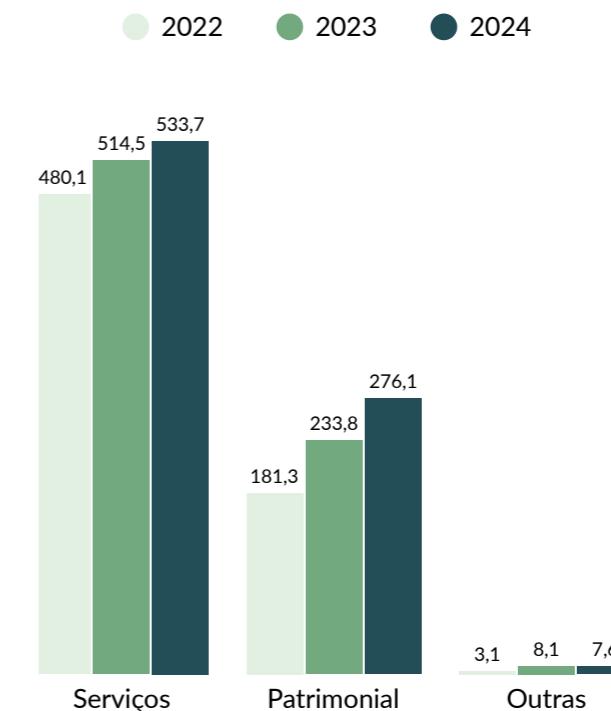


Gráfico – Receitas arrecadadas entre 2022 e 2024 (em R\$ milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)



## Quadro - Receita de Serviços por Forma de Proteção (em R\$ milhões)

Forma de Proteção		2022	2023	2024	Variação
(R)	Marcas	250,2	274,0	281,8	2,9%
💡	Patentes	218,0	228,9	241,6	5,5%
cil	Desenhos Industriais	5,1	5,2	5,0	-4,4%
🤝	Transferência de Tecnologia	2,8	2,2	1,7	-22,1%
💻	Programas de Computador	0,8	0,9	1,1	21,5%
↑↑\$	Serviços e demais receitas	3,3	3,4	2,6	-23,9%
Total		480,1	514,5	533,7	3,7%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Ressalta-se que as receitas de marcas e patentes, em 2024, representaram juntas 98,1% da arrecadação dos serviços prestados, sendo observado crescimento da arrecadação destes serviços de 2,9% em marcas e 5,5% em patentes, alavancando-se assim a arrecadação do Instituto.

Na série histórica, a receita de serviços e a patrimonial mantém a tendência de crescimento. Quanto à receita patrimonial, a geração dos sucessivos superávits continua influenciando o seu crescimento contínuo. As limitações impostas na despesa e o crescimento contínuo da receita de serviços, acarreta em valores cada vez maiores não utilizados que são aplicados, gerando a receita patrimonial. O próximo tópico evidencia o comportamento da despesa, demonstrando-se seu crescimento em ritmo menor do que a receita de serviços.



# Execução Orçamentária

Do total do orçamento estabelecido na LOA 2024 para as despesas (R\$ 426,0 milhões), foram executados R\$ 420,5 milhões (98,7%) conforme composição a seguir.

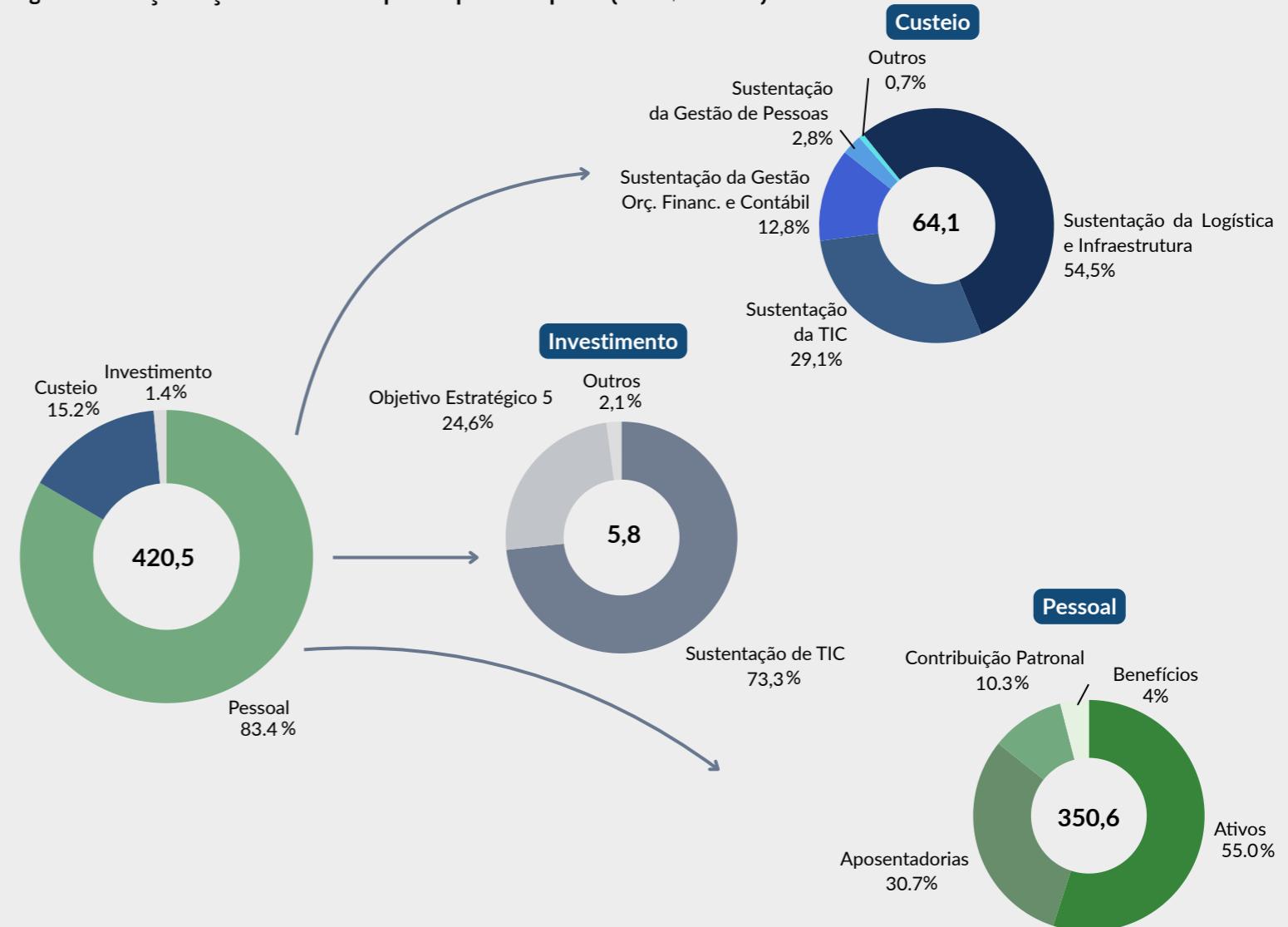
Figura - Execução da LOA em 2024 (em R\$ milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

A Figura Execução Orçamentária apresenta a execução orçamentária 2024 por Grupo de Despesa, sendo possível também identificar a execução das despesas dos Grupos Custeio e Investimento por Objetivo Estratégico e Programas de Sustentação.

Figura - Execução Orçamentária 2024 por Grupo de Despesas (em R\$ milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

No ano de 2024, destacam-se no grupo custeio as despesas com Sustentação da Logística e Infraestrutura e as despesas com Sustentação da Tecnologia da Informação e Comunicações (equipamentos e serviços). Já os 0,7% relacionados as outras despesas é composto pelas despesas relacionadas diretamente aos projetos estratégicos:

- 0,1 % Objetivo Estratégico 1;
- 0,2 % Objetivo Estratégico 2;
- 0,5 % Objetivo Estratégico 5;
- 0,01 % Objetivo Estratégico 9; e
- 0,002% Despesa de Sustentação da Gestão da Comunicação.

Analizando as despesas de investimentos, observa-se que as aquisições de equipamentos de Tecnologia da Informação representaram a maior parcela de execução, com destaque para: aquisições de equipamentos para expansão da capacidade de armazenamento de dados digitais no ambiente do Instituto (R\$ 2,2 milhões); nova solução de backup (appliance) (R\$ 1,2 milhão); e aquisições de notebooks (R\$ 0,9 milhão).

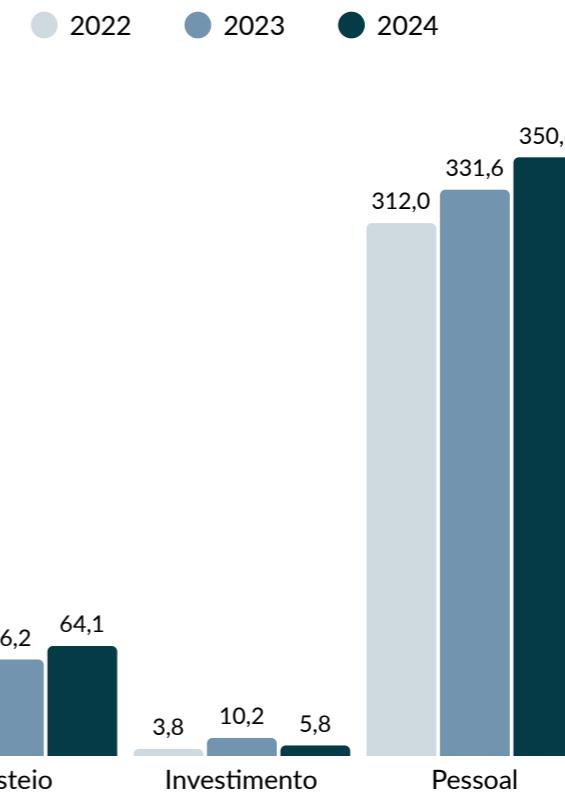
O perfil dos investimentos evidencia a prioridade dada pela gestão à modernização tecnológica do Instituto.

Os 2,1% relacionados as outras despesas de investimentos são distribuídos da seguinte forma:

- 1,1% para o Objetivo Estratégico 1;
- 0,9% para Sustentação da Logística e Infraestrutura; e
- 0,1% para Despesa de Sustentação da Gestão de Pessoas.

Para uma análise comparativa, na sequência, a execução orçamentária de 2022 a 2024, por grupo de despesa.

Gráfico - Execução Orçamentária entre 2022 e 2024 (em R\$ milhões)



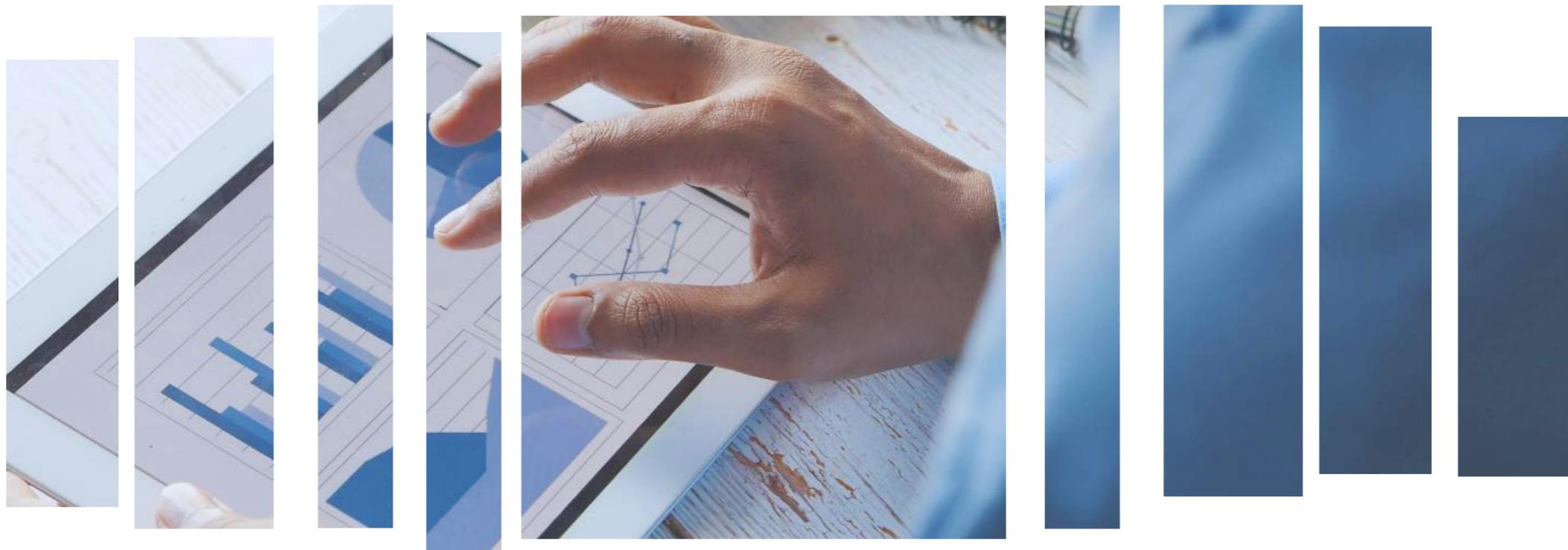
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

- 
- A Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal de 2023 (R\$ 331,6 milhões) e de Custoio (R\$ 56,2 milhões) diferem do Relatório de Gestão do ano anterior, R\$ 331,1 milhões e R\$ 56,1 milhões, respectivamente, em razão de erro material.



Em comparação com 2023, houve um aumento de 5,3% nas despesas discricionárias (custeio e investimento) e de 5,7% nas despesas obrigatórias (pessoal, benefícios e encargos sociais), ambas influenciadas pela entrada dos 120 novos servidores. Ao analisarmos o comportamento destas mesmas despesas (discricionárias) de 2022 para 2023, percebemos que a evolução foi mais acentuada (+21,8%), materializada por um pico em investimentos no exercício 2023, relacionada a troca de todos os computadores desktops por notebooks. Nota-se que os investimentos do INPI ainda são bastante inexpressivos e quando ocorrem, há um esforço de gestão envolvido para priorização destas despesas. Principalmente, para equipamentos de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, indispensáveis à modernização da entrega de serviços.

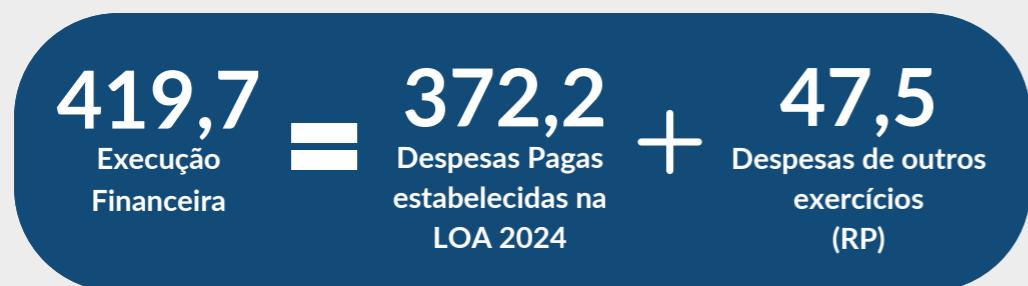
Quando se analisa o crescimento das despesas de custeio em R\$, nota-se uma discreta evolução, não compatível com a necessidade de melhoria de infraestrutura existente (serviço de digitalização especializado, mão de obra de apoio administrativo, desenvolvimento em serviços de Inteligência Artificial, etc). De 2022 para 2023 o crescimento foi de R\$ 5,5 milhões e, em 2024, as despesas cresceram R\$ 7,9 milhões, em relação a 2023. Chama a atenção o crescimento da receita de serviços no mesmo período, + 34,0 milhões (2022 para 2023) e +19,2 milhões (2023 para 2024).



# Execução Financeira

A execução financeira 2024 total, ou seja, quanto o INPI desembolsou, é o somatório do pagamento das despesas estabelecidas na LOA 2024 e das despesas de outros exercícios pagas este ano (Restos a Pagar – RP).

Figura - Execução Financeira em 2024 (em R\$ milhões)



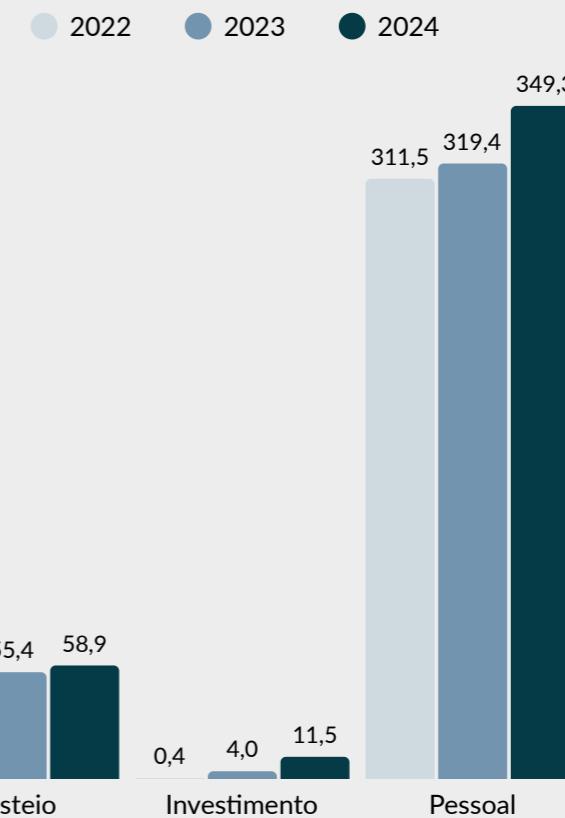
Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Do total da execução orçamentária de 2024 (R\$ 420,5 milhões) foram efetivamente pagos R\$ 372,2 milhões (88,5%). Serão pagos nos próximos exercícios R\$ 48,3 milhões, valor superior ao desejado, uma vez que as despesas de dezembro, que em tese seriam pagas em janeiro/2025, somaram R\$ 35,0 milhões (sob a perspectiva de duodécimo – R\$ 420,5/12).

A execução financeira total do INPI cresce anualmente em ritmo menor do que a execução orçamentária, de 2022 para 2023 (+4,8%) e de 2023 para 2024 (+3,8 %), enquanto os índices de crescimento da execução orçamentária foram de +9% e +6%, respectivamente. Essa realidade se deve ao fato do cancelamento de despesas inscritas em RP, indicando que não são todas as despesas que deixamos para serem pagas nos outros exercícios que são de fato pagas.

Esse é um comportamento que vem sendo aprimorado, conforme pode ser observado pelo encurtamento do distanciamento entre os índices de execução orçamentária e financeira mencionados.

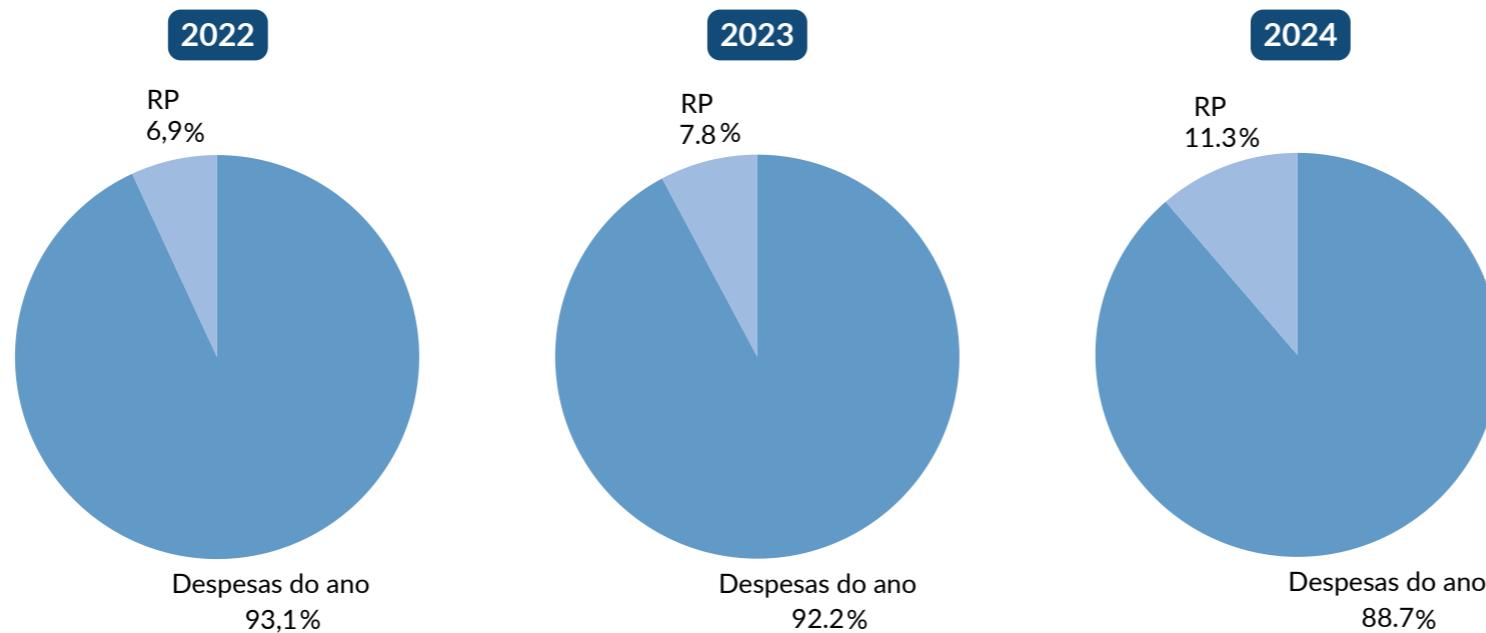
Gráfico - Execução Financeira entre 2022 e 2024 (em R\$ milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)



Gráfico - Despesas do ano versus RP pagos entre 2022 e 2024



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Ao comparar o percentual dos empenhos pagos com o percentual das despesas inscritas em Restos a Pagar pagas, de 2022 a 2024, percebe-se que em 2024 há uma variação mais acentuada em relação ao perfil observado em 2022 e 2023. Este fato se deve à aquisição dos investimentos de 2023, que conforme analisado no Tópico Execução Orçamentária, se referiram a troca de todos os desktops por notebooks. A referida aquisição se concretizou em dezembro/2023, sendo que o seu pagamento só foi realizado no exercício 2024, elevando-se assim o percentual das despesas de RP pagas no referido ano.



# Resultados Orçamentário, Financeiro e Contábil

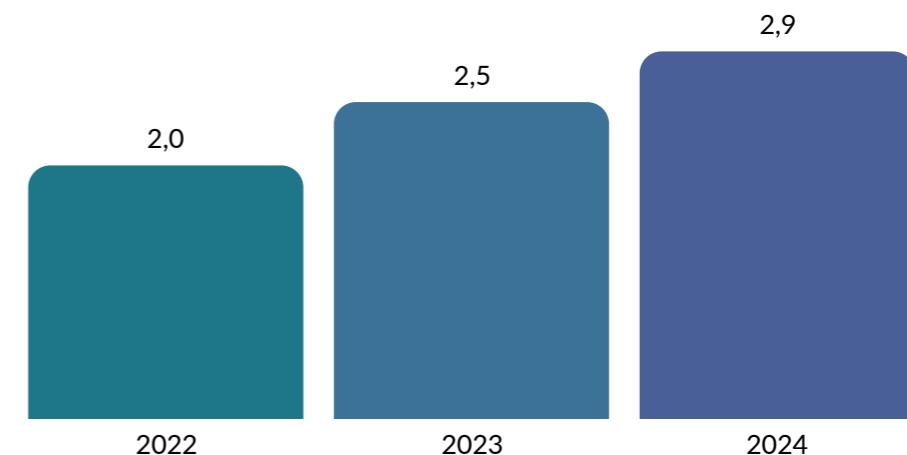
Em 2024, o INPI manteve a série histórica de geração de superávits crescentes, conforme se observa no gráfico “Superávit INPI 2022-2024”. O Superávit Financeiro Acumulado alcançou o valor de R\$ 2,9 bilhões, e como amplamente divulgado pelo Instituto é decorrente dos valores autorizados como despesa na Lei Orçamentária Anual serem em valores inferiores a arrecadação anual do INPI.

Vale ressaltar que a não utilização integral da receita de serviços é considerado um dos principais riscos para o sucesso do Planejamento Estratégico 2023-2026 do INPI.

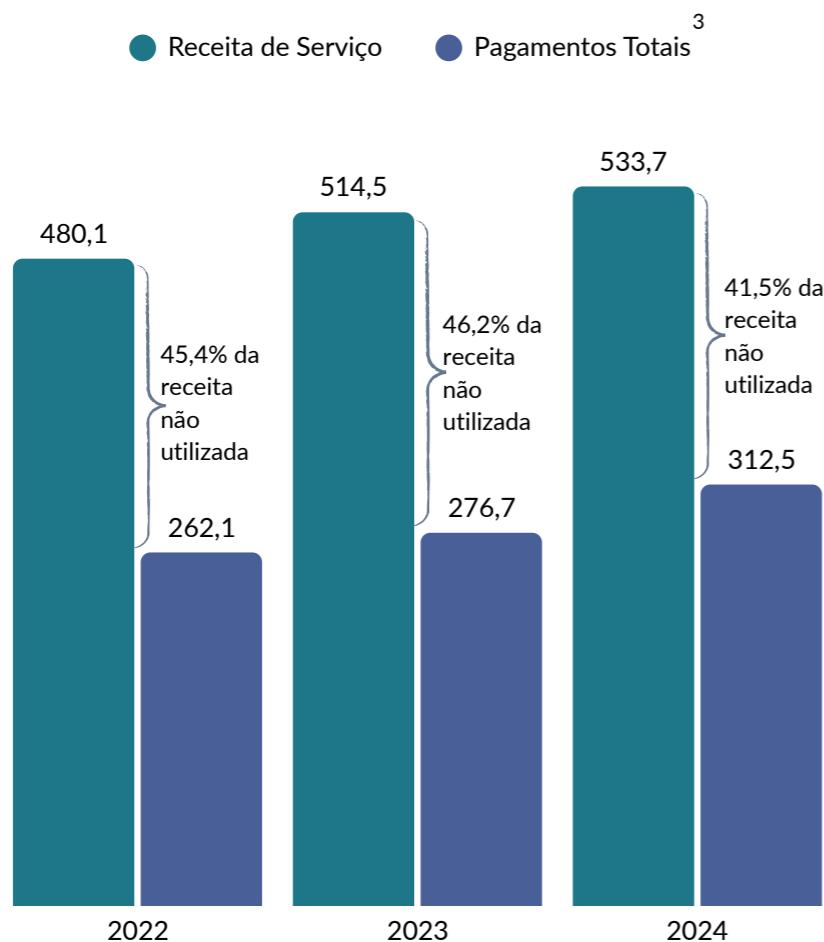
**Gráfico - Superávit INPI 2022-2024 (em R\$ milhões)**



**Gráfico - Superávit Acumulado INPI 2022-2024 (em R\$ bilhões)**



Fonte: Demonstrações Contábeis 2022, 2023 e 2024 e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

Gráfico - Receita de Serviço x Pagamentos Totais<sup>(3)</sup> 2022-2024 (em R\$ milhões)

Importante destacar que os Pagamentos Totais representam, em média, 55,6% da Receita de Serviço arrecadada. Isso evidencia que a disponibilidade orçamentária para a execução das despesas não reflete adequadamente o montante arrecadado pela Receita de Serviço do INPI.

Como resultado, não permite que o INPI invista adequadamente na melhoria de seus serviços, o que vem prejudicando sua eficácia e a agilidade os serviços prestados à sociedade. Há necessidade de entrada de servidores, para equilíbrio da demanda de serviços e capacidade de produção, bem como investimentos em Tecnologia da Informação e infraestrutura administrativa.

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

<sup>3</sup> Não inclui pagamentos de inativos.



# Gestão de Custos

A apuração de custos no âmbito do INPI teve início em setembro de 2016, quando a atribuição de elaborar estudos e relatórios sobre custos foi estabelecida para uma unidade regimental da Autarquia. O INPI utiliza como fonte de informação primária o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) que é acessível a todos os órgãos, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e informações internas do Instituto. O SIC utiliza a estrutura orçamentária para alocação dos custos, ou seja, os custos são apurados considerando como objetos de custeio as ações da Lei Orçamentária Anual, que, por sua vez, contemplam os programas, projetos e atividades de cada órgão.<sup>4</sup>

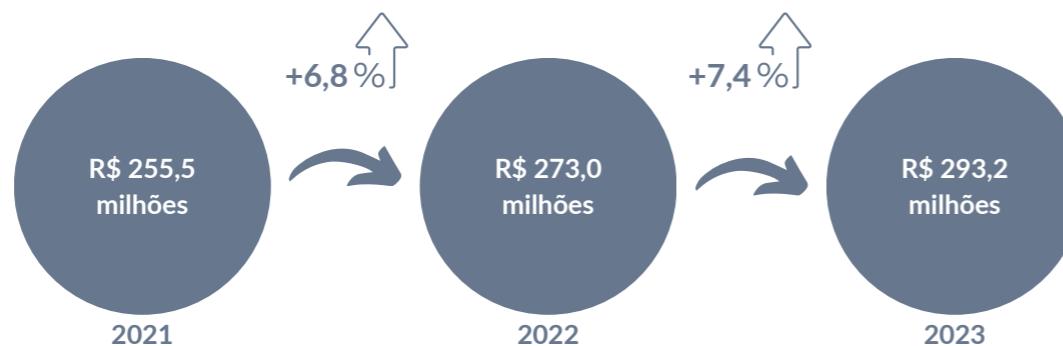
Considerando que a estrutura orçamentária de cada órgão nem sempre reflete os objetos de custeio específicos que se pretende mensurar, a associação dos recursos consumidos com os produtos ou serviços gerados não se dá de forma direta. Necessita, portanto, de uma análise mais aprofundada para identificação do método ou combinação de métodos de custeio mais apropriados para o tipo de informação que se deseja obter.

Neste sentido, o INPI adota, de forma combinada, o método de Custo Pleno (que considera todos os custos da organização, exceto no que concerne a “Aposentadorias e Pensões Civis da União”) e o método de Custo Baseado em Atividades e Tempo (TD-ABC - *Time Driven Activity Based Costing*). Define, ainda, como objeto de custos intermediário, as atividades finalísticas arrecadadoras e, como objeto de custos final, os serviços prestados pelo Instituto. Busca, assim, atender ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade - NBCT 16.11 “Sistema de informações de Custos do Setor Público”. Uma vez que a metodologia aplicada tem tratamento conceitual definido, utiliza-se as ferramentas tecnológicas disponíveis no INPI, propiciando, por meio de relatórios anuais, análises de séries históricas de informações de custos. De forma complementar, são produzidos relatórios trimestrais de custos ao longo do ano.

A metodologia desenvolvida permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 50 da [Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000](#), e com a [Portaria STN Nº 157, de 9 de março de 2011](#).

<sup>4</sup> Cabe ressaltar a diferenciação entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial, à qual a Contabilidade de Custos fornece subsídios. Nesse sentido, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a Contabilidade Financeira dá ênfase à objetividade e à consistência dos dados. Já a Contabilidade de Custos enfatiza a relevância e a flexibilidade dos dados. Portanto, os resultados apresentados pela Contabilidade Financeira não necessariamente são idênticos aos resultados da Contabilidade de Custos. Cabe esclarecer também que a análise de custos apresenta metodologia própria e que suas fontes de dados não se limitam ao SIC. Como o objetivo da análise de custos é gerencial, algumas informações são ajustadas. Por exemplo, as despesas com diárias e passagens são extraídas do SCDP e não do SIC.

## Figura - Custos totais



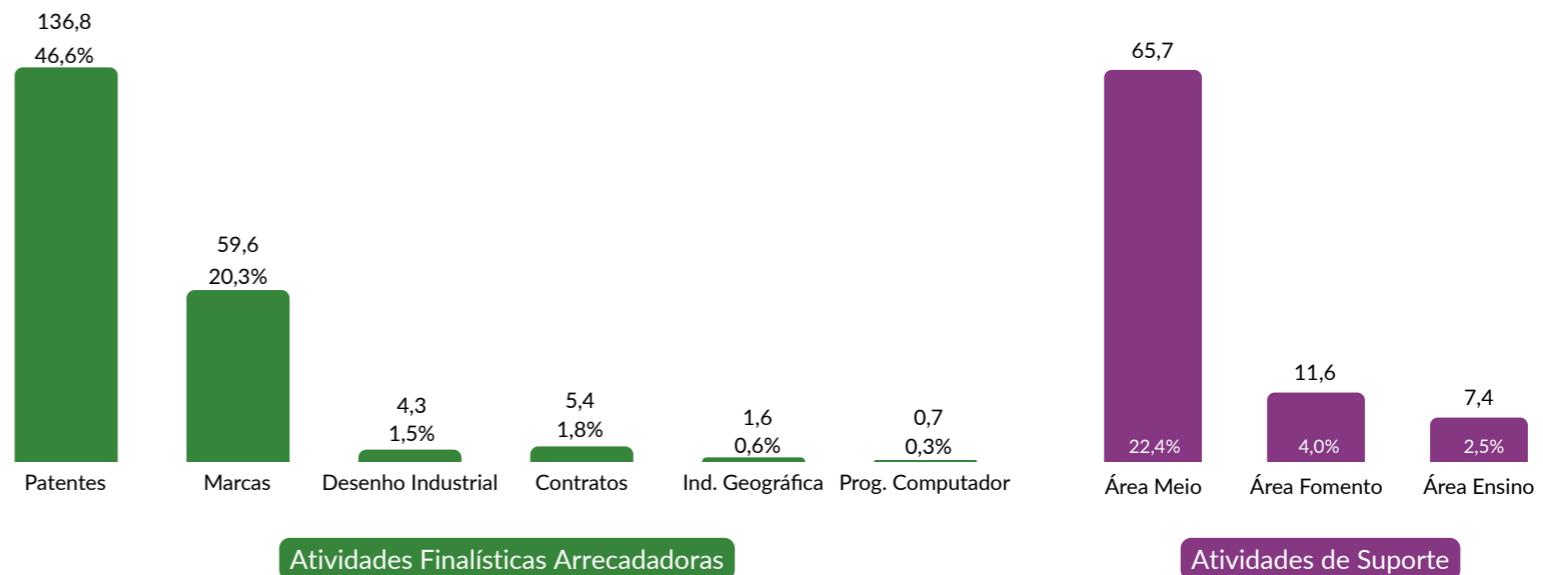
Os valores dos custos totais de 2022 (R\$ 255,5 milhões) e 2023 (R\$ 273,0 milhões) diferem em casa decimal dos valores apontados no Relatório de Gestão do ano anterior (R\$ 255,6 milhões e R\$ 273,1 milhões), em razão de troca de método de arredondamento.

Fonte: Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

A atividade finalística que apresenta estruturalmente maior custo é a de Patentes, representando 46,6% do custo total em 2024. Esse resultado pode ser explicado principalmente pela maior demanda de mão de obra e serviços especializados, incluindo também o acesso a bancos de dados de informações tecnológicas internacionais. Entre as Atividades de Suporte, a maior parcela corresponde à Área Meio, com 22,4% do custo total.

O Gráfico “Custo Total por Atividades Finalísticas e de Suporte – 2022 a 2024” apresenta os custos apurados antes da absorção dos custos das atividades de suporte pelas atividades finalísticas, comparando os custos do exercício de 2024 com os dois exercícios anteriores.

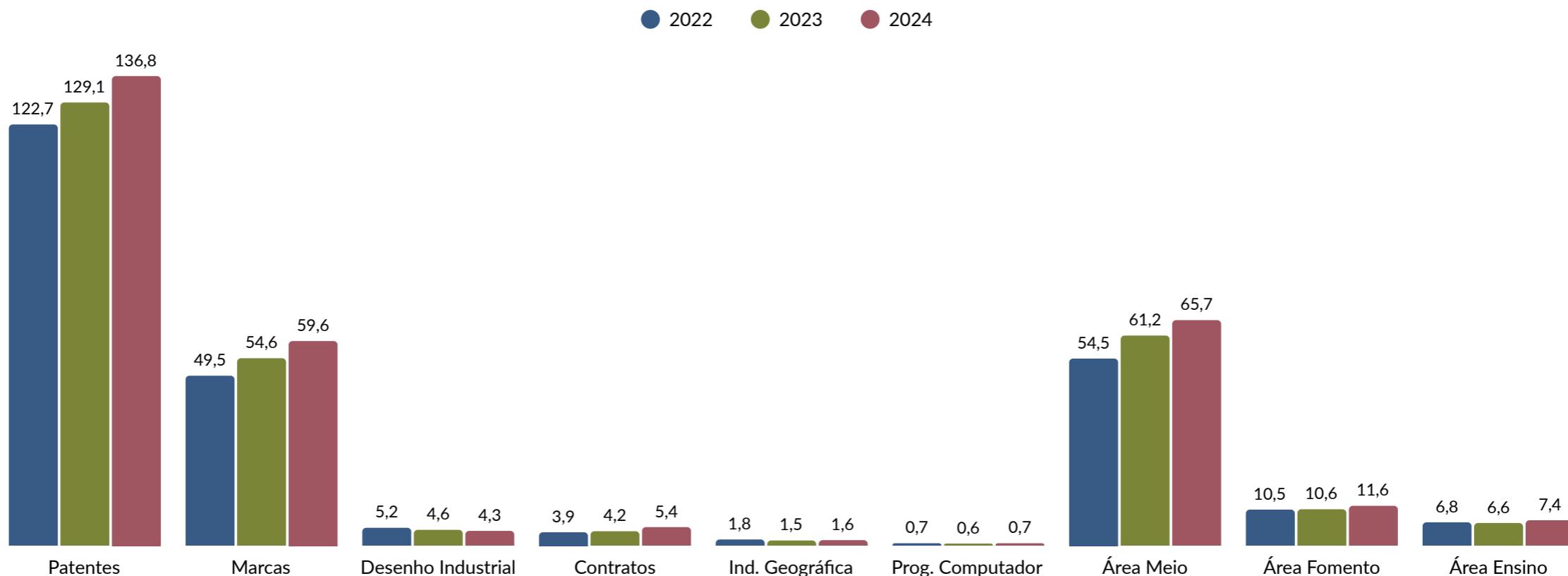
Gráfico - Custo das Atividades Finalísticas e de Suporte – 2024 (em R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI



## Gráfico - Custo Total por Atividade Finalística e de Suporte – 2022 a 2024 (em R\$ milhões)



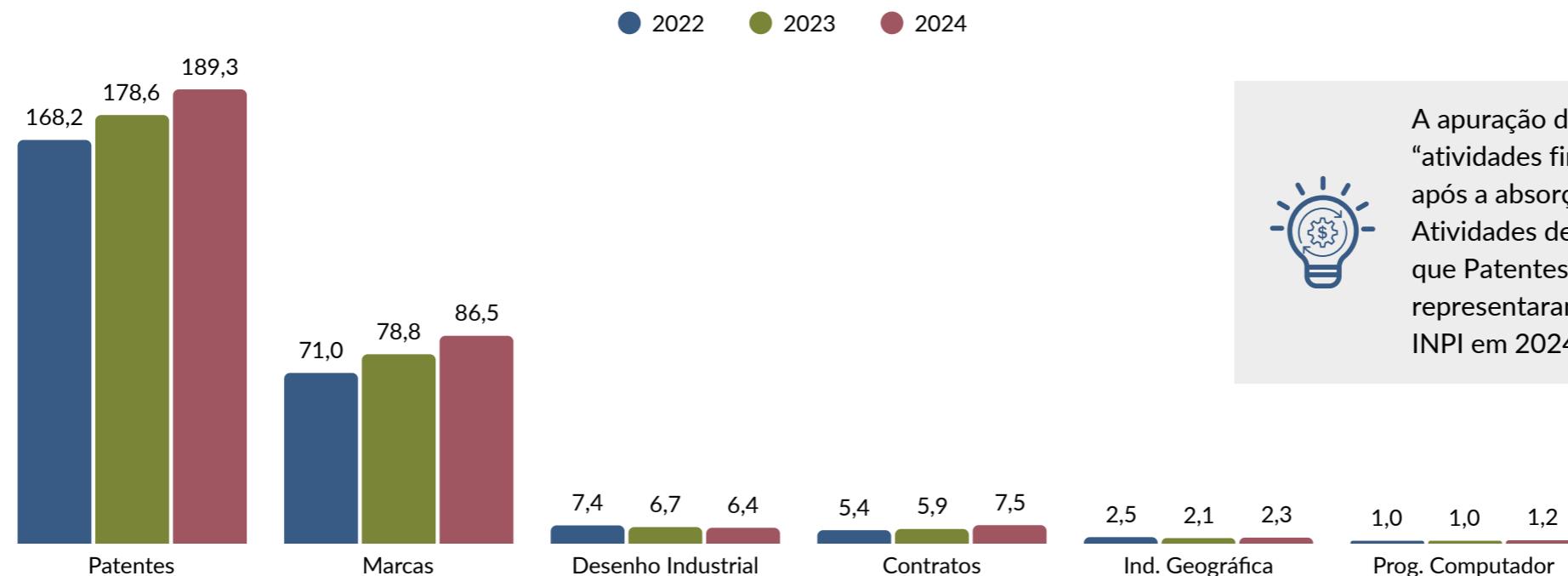
Fonte: Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

Destacam-se no gráfico a manutenção da tendência de queda dos custos de Desenho Industrial (DI), o aumento significativo dos custos em Contratos no último ano, bem como a continuidade da tendência de crescimento dos custos das áreas com maior peso relativo nos custos totais do INPI: Patentes, Marcas e Área Meio no período 2022-2024.

A única atividade que apresentou redução dos custos no último ano foi DI, mantendo a tendência de queda desde 2022. Todas as outras atividades apresentaram crescimento no último ano, especialmente Contratos, cujos custos totais aumentaram em 27,5% no último ano, seguido por Programas de Computador (17,4%) e Ensino (11,8%).

Na última etapa da apuração, os custos das atividades de suporte são absorvidos pelas atividades finalísticas arrecadadoras na proporção do número de servidores. Além disso, o custo com o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP<sup>5</sup> é distribuído com base na receita de serviços. Na sequência, o gráfico “Custo Final das Atividades Finalísticas Arrecadadoras – 2022-2024” apresenta uma comparação do custo final por atividade finalística arrecadadora entre os últimos dois anos.

Gráfico - Custo Final das Atividades Finalísticas Arrecadadoras – 2022-2024 (em R\$ milhões)



A apuração de custos do objeto final “atividades finalísticas arrecadadoras”, após a absorção dos custos das Atividades de Suporte, demonstrou que Patentes e Marcas, juntas, representaram 94% do custo total do INPI em 2024, assim como em 2023.

Fonte: Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

Em comparação ao ano anterior, é possível identificar o aumento dos custos em todas as atividades do INPI, exceto em Desenho Industrial (DI). Destaca-se que o Custo de Pessoal Ativo em DI foi reduzido em - 2,8% (após uma redução de - 15,8% entre 2023 e 2022). Já nas atividades de Indicação Geográfica (IG), as quais apresentaram queda de 20,5% no biênio anterior, houve crescimento de 11,3% no Custo de Pessoal Ativo. Ainda nesse comparativo, Contratos e Programa de Computador apresentaram elevações de 32,4% e 27,3%, respectivamente.

<sup>5</sup> Contribuição obrigatória, incidente sobre as receitas arrecadadas, prevista na Lei nº 9.715/1998.



Para uma análise mais detalhada, tendo em vista a representatividade dos custos das atividades de Marcas e Patentes (94% do custo total do INPI em 2024), os gráficos abaixo apresentam a composição destes custos no exercício 2024, após a absorção dos custos das Atividades de Suporte. Os gráficos mostram apenas a distribuição percentual no ano e não no triênio, pois esta se manteve praticamente a mesma desde 2022. É possível identificar a maior parcela do custo em despesas com pessoal, 59% do custo total de Patentes e 55% do custo total de Marcas. A parcela absorvida dos custos das atividades de suporte representou 28% do custo de Patentes e 31% do custo de Marcas. Outros custos, quais sejam: impostos e taxas, infraestrutura predial, infraestrutura administrativa, amortização e depreciação, terceirização de mão de obra, dentre outros, representaram a menor parcela do custo total, 13% e 14% respectivamente. Este padrão reflete a natureza das atividades dos serviços prestados pelo INPI, que são intensivos na atividade intelectual tanto de patentes quanto de marcas.

Gráfico - Distribuição do Custo Total de Patentes - 2024

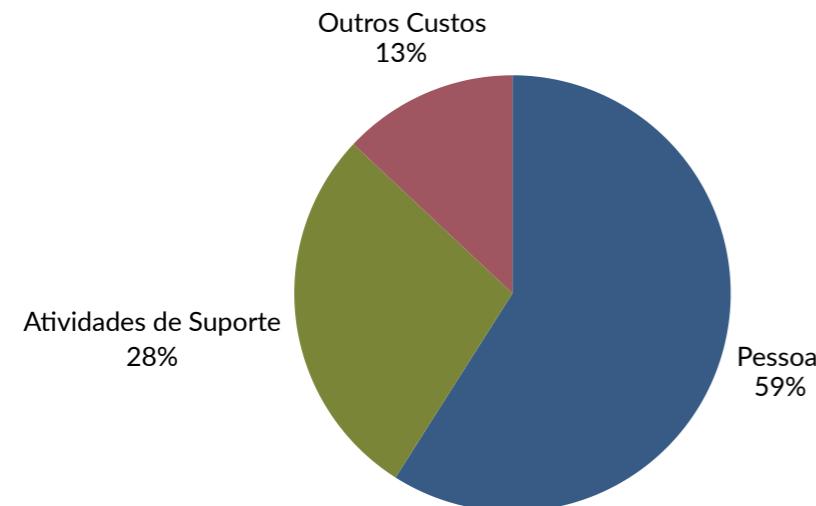
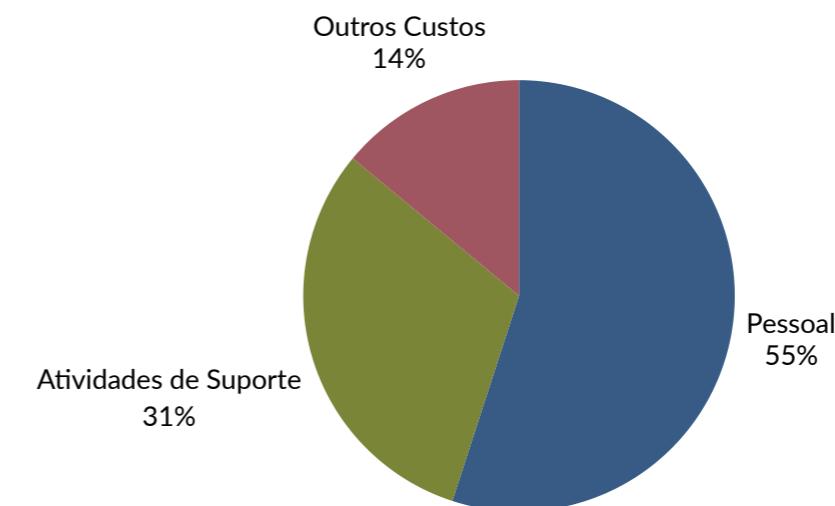


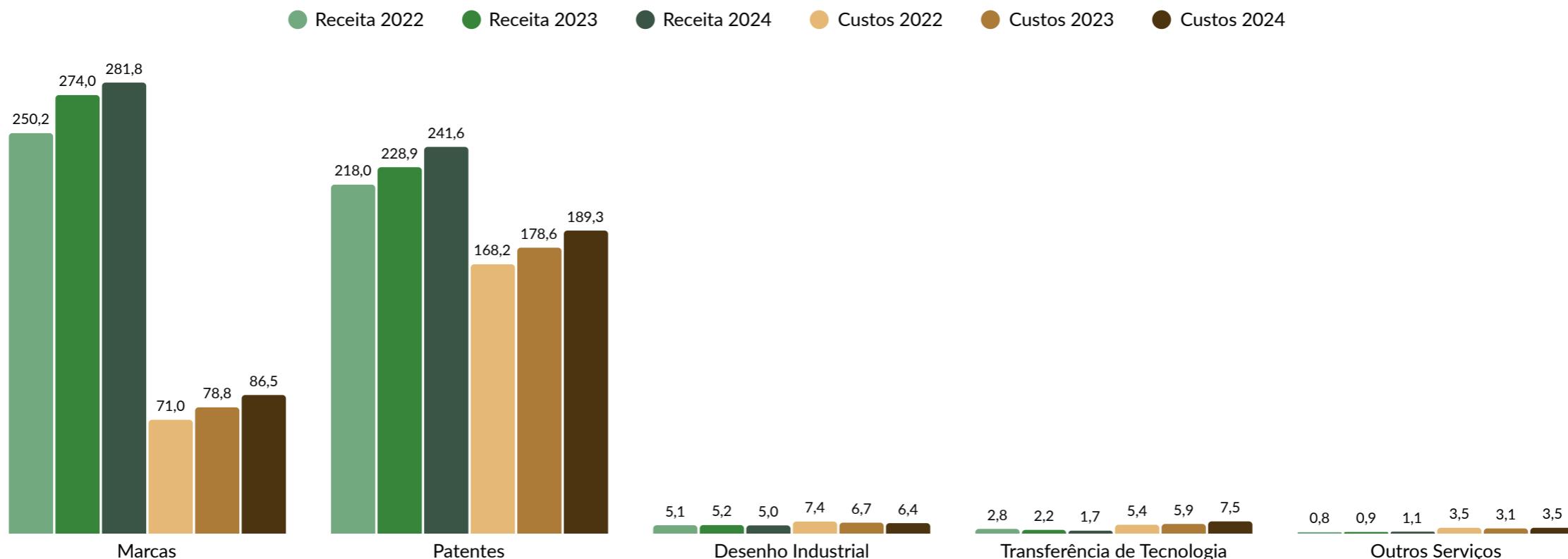
Gráfico - Distribuição do Custo Total de Marcas - 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

# Receita e Custos do INPI

Gráfico - Receita de serviços e custo após absorção por atividade finalística 2022-2024 (em R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial, SCDP e informações internas do INPI

Observa-se que as receitas dos serviços de Marcas e Patentes superaram os seus custos entre os anos de 2022 e 2024. É possível destacar a manutenção do crescimento equilibrado dessas variáveis nas atividades de Patentes, mantendo o saldo superavitário.<sup>6</sup>

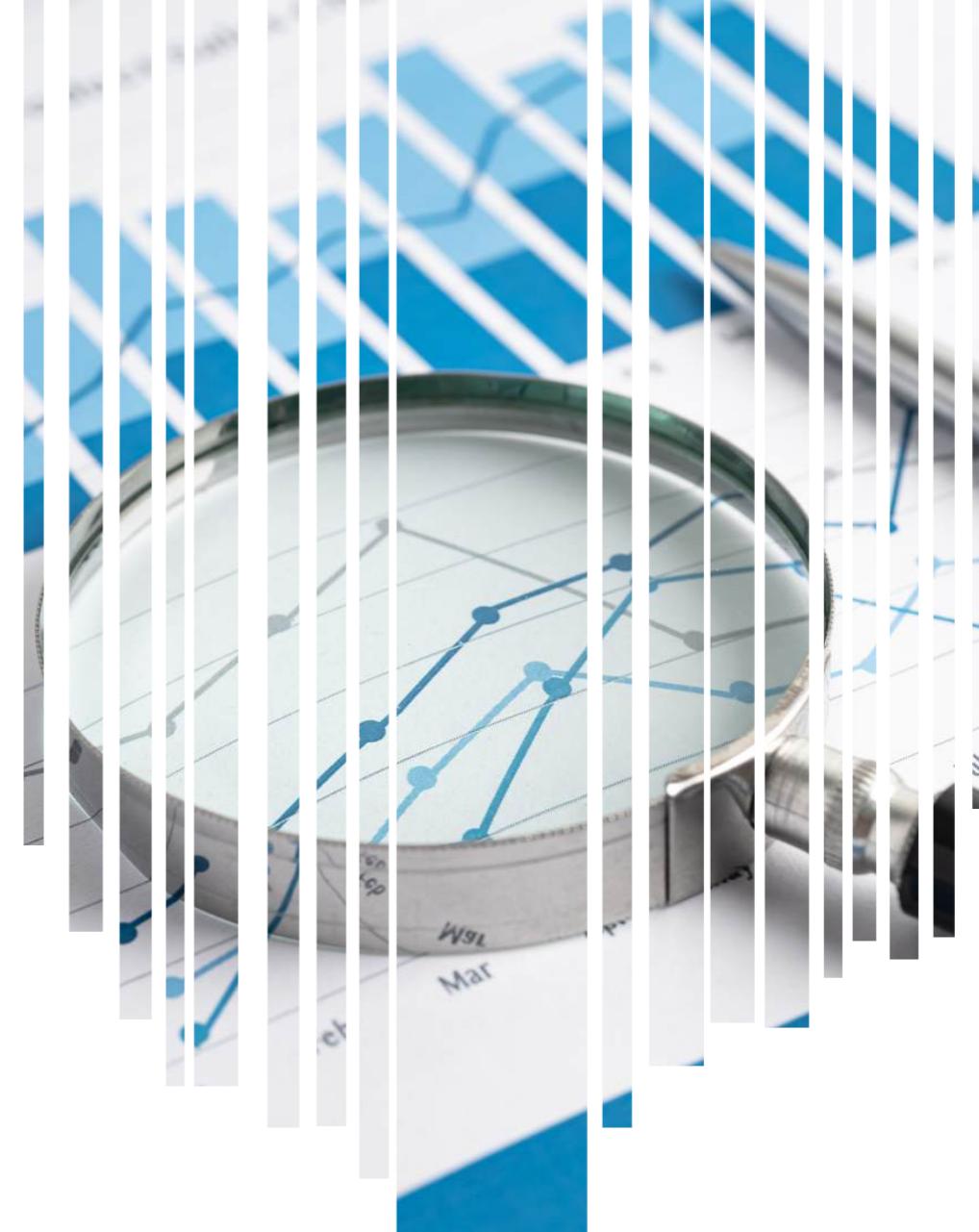
<sup>6</sup> Em 2023: crescimento da receita e dos custos de 5,0% e de 6,1%, respectivamente, com ampliação do saldo em 1,2%. Em 2024: crescimento da receita e dos custos de 5,5%, 6,0%, respectivamente, com ampliação do saldo em 3,8%.



Quanto à atividade de Marcas, apesar da manutenção do saldo superavitário, observa-se nesse ano uma ampliação da distância entre as taxas de crescimento da receita e dos custos: aquela cresceu 2,9%, enquanto estes cresceram 9,8%.<sup>7</sup>

Em contrapartida, observou-se que as receitas das atividades de Transferência de Tecnologia e Desenho Industrial não foram suficientes para cobrir seus custos. Todavia, o volume desse déficit representa pouco impacto financeiro na prestação dos serviços do Instituto. Relativamente às atividades de Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia, é possível identificar a contínua queda da receita e a elevação dos custos no último triênio.

No que se refere às atividades de Desenho Industrial, após a redução significativa do custo entre 2022 e 2023 (-9,5%), observa-se nova redução entre 2023 e 2024 (-3,7%). No caso das Atividades de Transferência de Tecnologia, destaca-se a redução da receita em - 22,1% e o aumento do custo em 27,0 %, ampliando assim o saldo deficitário em 55,7% no ano de 2024.<sup>8</sup>



<sup>7</sup> Entre 2022 e 2023, assim como em Patentes, houve relativo equilíbrio entre os crescimentos da receita e dos custos: 9,5% e 10,9%, respectivamente, com ampliação do saldo positivo em 9%.

<sup>8</sup> Entre 2022 e 2023, houve redução da receita em 21,9% e aumento do custo em 9,4%, aumentando o saldo deficitário em 2023 em 42,8%.



# Estimativa de Custos por Programa Governamental

Em 2024, inicia-se a execução do Plano Plurianual - PPA 2024-2027. No novo PPA, a estrutura orçamentária do INPI foi alterada significativamente, com a concentração das despesas discricionárias em uma única Ação Orçamentária 21FI – “Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial”, que compõe o Programa Finalístico 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional, conforme evidenciado no tópico Políticas e programas de governo. No PPA anterior, as despesas discricionárias se dividiam em dois Programas 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo e 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade. Já as despesas de pessoal continuam alocadas no mesmo programa nos dois PPA.

Os custos do INPI, no ano de 2024, concentraram-se no programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, o qual representou 79,5% dos custos totais do INPI neste Exercício, totalizando R\$ 233,2 milhões. Este programa concentra os custos de pessoal. O programa 2801 – Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional refletiu um custo de R\$ 59,4 milhões em 2024, e representou 20,3% dos custos totais da autarquia. Por fim, a parcela referente a Outros Custos de Lançamentos Contábeis totalizou R\$ 0,6 milhão, equivalente a apenas 0,2% dos custos totais.

A seguir um comparativo de custos por programa governamental e indicação do correspondente PPA de 2022 a 2024.

Tabela - Custos por Programa Governamental (em R\$ milhões)

Programa Governamental	PPA 2020-2023		PPA 2024-2027
	2022	2023	2024
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	242,1	259,1	233,2
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	11,9	13,3	-
2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	-	-	59,4
Outros Custos de Lançamentos Contábeis	1,5	0,6	0,6
<b>Custos Totais</b>	<b>255,5</b>	<b>273,0</b>	<b>293,2</b>

**Programa 0032** – Integraram este programa, em 2024, os custos de pessoal ativo e a ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos. No entanto, não houve despesas executadas para este último em 2024.

**Programa 2801** – Este novo programa é composto pelas despesas da nova ação orçamentária 21FI – “Proteção dos Direitos de Propriedade Industrial”, que veio substituir as antigas ações 21B2 – “Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação” e a 2000 – “Administração da Unidade” no ano de 2024.

**Outros custos de lançamentos contábeis** – Este programa contempla os custos de amortização, depreciação e baixa de estoques incorridos no período. Nota-se que, após redução de - 63,1% nesses custos entre 2022 e 2023 (fundamentalmente em razão da reversão da depreciação ou exaustão relativos a ajuste de exercícios anteriores que ocorreram no ano de 2022), houve estabilidade em 2024, com um ligeiro aumento de 0,6% em relação a 2023.

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.



# Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do INPI apresentam informações extraídas dos registros de documentos lançados no SIAFI, com base na execução do Órgão 30204 - INPI, incluindo valores comparativos ao exercício de 2023.

No link ao final desta seção, estão disponíveis as seguintes demonstrações contábeis do INPI:

- Balanço Patrimonial;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do INPI podem ser acessadas na página oficial do Instituto, no seguinte endereço: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>



## Principais Desafios e Ações Futuras para a Gestão Orçamentária, Financeira e de Custos

Em 2024, o INPI trabalhou continuamente junto ao MDIC e ao MGI para aumentar o orçamento de despesas, obtendo resultados positivos. No entanto, o tempo excessivo dedicado a essas negociações desvia a atenção da alta administração das atividades-fim. É fundamental avançar na construção de uma maior autonomia orçamentária e financeira para o INPI, garantindo a disponibilidade de recursos compatíveis com a arrecadação de seus serviços.

Em relação às práticas internas de gestão orçamentária, o INPI avançou, atualizando o Regulamento do Comitê Interno de Governança – CGI, incluindo como atribuição do comitê a autorização da programação orçamentária que compõe anualmente o Projeto de Lei Orçamentária Anual e o acompanhamento das alterações das despesas relacionadas aos Objetivos Estratégicos. Com isso, houve mais um avanço na integração do planejamento e do orçamento, garantindo planos estratégicos com maior viabilidade de execução.

Para 2025, as ações relacionadas ao Objetivo Estratégico 6 (Assegurar financiamento sustentável para modernização e expansão da capacidade de prestação de serviços) continuam em execução. Há uma ação em andamento, ainda na fase de estudo, para perseguir uma maior a autonomia orçamentária-financeira do INPI.

Em paralelo, as gestões por maior acesso à receita por meio da LOA continuarão em 2025, para garantir a plena execução do Plano de Ação 2025.

Metas para 2025:

- Perseguir maior acesso a receita de serviços do INPI de forma sustentável.
- Melhorar a gestão orçamentária, financeira e contábil interna com a manualização dos serviços ofertados pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.
- Avançar na autorização de orçamento com valores adequados, por meio de gestões junto ao MDIC e MGI.
- Modernizar as ferramentas de divulgação de informações gerenciais orçamentárias, financeiras e contábeis





# Lista de Siglas e Abreviações



AGU - Advocacia-Geral da União

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração

AUDIT - Auditoria Interna

BIO - Biotechnology Innovation Organization

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEGDI - Comitê Estratégico de Gênero, Diversidade e Inclusão

CEINPI - Comissão de Ética do INPI

CGI - Comitê de Governança Interna

CGU - Controladoria-Geral da União

COGER - Corregedoria

DNPI - Departamento Nacional da Propriedade Industrial

EUIPO - Instituto Europeu da Propriedade Intelectual

IBID - Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento

LOA - Lei Orçamentária Anual

LPI - Lei de Propriedade Industrial

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MEI - Microempreendedor Individual

MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

PCT - Tratado de Cooperação de Patentes

PDI - Plano de Desenvolvimento Individual

PI - Propriedade Industrial

PPH - Patent Prosecution Highway

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SIPOC - Supplier (fornecedor), Input (entrada/insumo), Process (processo), Output (saída/resultado), Customer (cliente)

SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades), Threats (Ameaças)

TCU - Tribunal de Contas da União

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPC - Unidade Padrão de Capital



